



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/11/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Presença deste Vereador Jair Tatto.

Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2018 e esta é a 6ª temática e a 2ª geral relativa ao PL 536/18, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2019 – Orçamento 2019.

Os temas a serem tratados nesta audiência são... Foi convidado o Sr. Vitor Levy Castex Aly, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, mas ontem ele justificou que não poderia comparecer por motivos óbvios: ele está dormindo debaixo do viaduto. Viria o Sr. Luiz Ricardo Santoro. O Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Caio Megale, está a caminho, enquanto isso nos representa o Sr. Ahmed Sameer El Khatib, que é o Coordenador-Geral do Orçamento. Convidados também o Secretário do Verde e do Meio Ambiente, Sr. Eduardo de Castro; o Secretário Municipal de Educação, Sr. Alexandre Alves Schneider; o Secretário de Esportes e Lazer, Sr. João Siqueira de Farias; o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado neste ato pelos Agentes de Fiscalização Sr. Fernando Correia Riserio do Bonfim e a Sra. Ruth Jenn Thai Shu Inoshita; os Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a população em geral.

Esta audiência pública foi publicada em jornais de grande circulação no dia 13/11/2018, no *Estado de S. Paulo*; dia 16/11/2018, *Folha de S. Paulo*; *Diário Oficial*, dias 18, 19, 20, 22 e 23 de novembro.

As inscrições estão abertas para quem quiser se manifestar.

Vamos começar com a exposição da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. EDUARDO DE CASTRO – Bom dia a todos. Gostaria de homenagear os presentes, meus Pares, Vereador Presidente da Comissão, representantes do Tribunal de

Contas, todos os partícipes, senhores e senhores.

Farei uma apresentação sobre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, uma sinopse daquilo que é, daquilo que representa, o que faz e o que vem fazendo, as metas a serem atingidas.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, foi criada em 1993 pela Lei 11.426, de 93. Foram feitos alguns ajustes e reorganizações para contemplar questões ambientais da Cidade. A mais recente ocorreu em 2009 pela Lei 14.887, de 2009.

O que fazemos? O objetivo da Secretaria do Verde é planejar, ordenar e coordenar as atividades da defesa e conservação do meio ambiente no Município de São Paulo definindo critérios para conter a degradação e a poluição ambiental enquanto órgão ambiental local do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Sisnama.

2. Manter relações e contatos visando a cooperação técnico-científica com órgãos e entidades ligadas ao meio ambiente do Governo Federal, dos estados e dos Municípios brasileiros, da sociedade civil - isso é muito importante ser frisado -, e de órgãos e entidades privadas ligadas ao meio ambiente, bem como os órgãos e entidades internacionais.

3. Estabelecer com os órgãos federal e estadual do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Sisnama, critérios para otimização de ação de defesa do meio ambiente dentro do Município de São Paulo.

4. Desempenhar as competências enquanto órgão local do Sistema Nacional do Meio Ambiente, Sisnama, de forma abrangente e descentralizado no território do Município de São Paulo.

Estrutura organizacional, como é composto e quais as definições dos órgãos da Secretaria do Verde. Temos o Departamento de Administração e Finanças, Departamento de Controle Ambiental, Departamento de Educação Ambiental, Universidade Aberta do Meio Ambiente, que é a UMAPaz, situada no Ibirapuera. Temos o Departamento de Parques e Áreas Verdes, Departamento de Gestão Descentralizado que atua em todas as regiões São Paulo –

Norte, Sul, Leste, Oeste -; Departamento de Participação e Fomento de Políticas Públicas; Departamento de Planejamento Ambiental; Comitê de Mudanças Climáticas.

As nossas metas. As nossas metas delineadas pelo Plano de Governo: promover a conservação e ampliação da cobertura vegetal de parques municipais por meio de concessões e parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais; plantar 200 mil mudas de árvores no Município de São Paulo, isso foi uma meta criada pelo nosso então Prefeito Municipal e já conseguimos atingir quase 70% desse total que compreende o plantio de mudas de árvores no Município de São Paulo através de TACs, TCAs, parcerias e cooperação; elaborar relatório de indicadores de sustentabilidade ambiental; realizar 4.500 projetos educacionais para valorização e a proteção de todas as formas de vida, fauna e a vegetação na cidade de São Paulo. Como observação, foram desenvolvidas atividades pela UMAPaz e planetários atendendo em torno de 274 mil pessoas.

A UMAPaz é a Universidade do Meio Ambiente que nós temos no Ibirapuera e que constantemente temos cursos gratuitos a todos os cidadãos São Paulo, basta fazer a inscrição e depois ele faz um curso e é certificado ao final desse curso. São os mais diversos cursos relativos ao meio ambiente, sustentabilidade e biodiversidade.

Outra meta é instituir o Plano de Arborização Municipal estabelecendo diversas diretrizes para os manejos arbóreos e florestais atualizando e mantendo o cadastramento georreferencial na arborização municipal e implantação e monitoramento *online*, via satélite, e algoritmos. Observação, ações em curso como o Comitê de Arborização em conjunto com SMPR, Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais; grupo de trabalho de manejo arbóreo em parceria com a SMIT, Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia; e Secretaria Municipal de Gestão, mapeamento de vegetação e Plano Municipal da Mata Atlântica.

Outra meta: instituir o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, Sistema SAPAVEL. No Plano Municipal da Mata Atlântica existem ações que estimulam o PSA - Plano de Serviço Ambiental. O RPPN é a reserva particular de patrimônio

natural e a conservação de áreas verdes. Outra meta é plantar 175.000 árvores de pequeno porte nos terrenos das linhas de alta tensão e faixas de outros, ação articulada com a Eletropaulo para viabilização da linha de ação. Essa foi uma parceria que nós estamos fazendo com a Eletropaulo, onde a Eletropaulo está autorizando, através daqueles linhões, áreas para que possa ser feito o plantio de árvores e manejo arbóreo. É uma parceria com a Eletropaulo. Plantar 50.000 árvores por meio de doações ou parcerias. Hoje nós temos, só com a Coca-Cola uma parceria onde a Coca-Cola se dispôs a doar 200.000 árvores e fazer o plantio de 100.000 árvores. Várias outras parcerias, dentro da nossa estrutura de parcerias, estão sendo elaboradas no sentido de uma colaboração da iniciativa privada para o melhoramento da Mata Atlântica, através de um plano que nós fizemos, que é o Plano Municipal de Mata Atlântica, onde nós identificamos que, do total do perímetro urbano de São Paulo, apenas 30% ainda é coberto por Mata Atlântica. Então, a obrigação da Secretaria do Verde e o projeto de Governo é no sentido de fazer a manutenção, melhoramento em relação a essa quantidade de perímetro urbano de São Paulo, a ser preservado e melhorado.

Programa Nova Fiscalização é um programa...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anuncio a presença do nobre Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO DE CASTRO – Vamos passar alguns projetos que a Secretaria tem. Um dos projetos é o Programa Nova fiscalização. O projeto consiste em estruturar um novo formato de fiscalização unificada vinculando aos procedimentos de licenciamento e delegar ações de fiscalização com a Guarda Civil Metropolitana. Uma ajuda muito grande. Hoje, a Guarda pode disponibilizar até 360 homens, que fariam, com o pessoal da fiscalização da Secretaria, um trabalho de fiscalização unificada no Município de São Paulo, a fim de coibir todos os atos que infringem o meio ambiente, a fim de sanar os conflitos com conceito de conciliação. O objetivo é fortalecer a fiscalização da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para que sejam cumpridas as obrigações inerentes ao órgão de defesa, proteção e

preservação ambiental na cidade de São Paulo.

Outro programa é o Licenciamento Unificado. O projeto consiste em implementar um procedimento unificado de licenciamento ambiental a fim de racionalizar e dar celeridade aos processos, já que hoje o trabalho é feito por vários departamentos - Depave, Decont, CTCA e Deplan. O objetivo é unir essas áreas para otimizar o licenciamento ambiental em São Paulo, para que nós tenhamos uma resposta rápida ao cidadão de São Paulo e ao requerente daquele pleito.

O programa Parque Legal. A proposta do projeto consiste em avaliar os parques existentes sob responsabilidade da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, estabelecendo padrões de infraestrutura, atendimento a atividades que estejam sustentadas em objetivos ambientais, sociais e econômicos, culminando em um plano de gestão que possa certificar o equipamento como um parque adequado e seguro a toda população. Esse programa foi discutido no gabinete. A ideia é que a concepção seja um parque legal no sentido de ser alguma coisa bacana, gostosa como um parque legal dentro dos princípios da administração pública, que é o princípio da legalidade. Hoje, a Secretaria do Verde possui 106 parques já instalados e em operação, e nós temos mais dois parques a serem instalados, que é o Parque do Campo de Marte e o Parque Augusta, que foi feito um acordo pelo governo municipal recente, com o Ministério Público. São parques a serem instalados ainda. A nossa preocupação é para que tenhamos uma segurança, dentro do parque, de maneira correta; o manejo, em relação à questão arbórea, e a manutenção do parque que seria a questão da zeladoria, também de inconformidade, indo principalmente de encontro com as necessidades da acessibilidade, que é uma preocupação muito grande, para que todos os parques tenham acessibilidade. Por se tratar de um bem público, ele deve ser utilizado por todo cidadão de São Paulo, independentemente da sua condição.

Nós temos, ainda, o Programa Sampa Verde. O projeto está diretamente associado à Meta 23 do Programa de Metas 2017/2020. O objetivo é o plantio de 200.000 árvores no

Município de São Paulo, com prioridade para as dez prefeituras regionais com menor cobertura vegetal. Como apuramos no Plano de Mata Atlântica, que foi um estudo realizado durante três anos, pudemos apontar que na região Norte e na região Leste existe uma preocupação muito grande em relação à devastação da Mata Atlântica. Na região Sul e região Norte, nós temos ainda um equilíbrio. Mas na região Oeste, perdão, e na Leste ainda existe uma defasagem. Nós estamos fortalecendo o plantio nesses parques, através da iniciativa privada e do contrato de plantio que a Secretaria do Verde recentemente autorizou. Nós estávamos sem contrato de plantio e hoje já temos o contrato de plantio. Então, estamos implementando um plantio com o favorecimento dessas regiões. Ao todo, a Secretaria do Verde realizou o plantio, até então, de 80.414 árvores desde o início de 2017 até agora, incluindo termos de compromisso ambiental - TCA -, e termos de ajustamento e conduta - que é o TAC.

Então, o objetivo nosso, em relação à Mata Atlântica, é a preocupação que nós tivemos nesse estudo que foi feito durante três anos, que é para a preservação e manutenção.

Então, isso, em suma, é um resumo bastante sintético das atribuições, das responsabilidades, dos objetivos e daquilo que de predisõe esta Gestão na administração da Secretaria do Verde e Meio ambiente. É uma Secretaria bastante sensível, é um assunto bastante afeto a todo cidadão de São Paulo. É uma Secretaria que faz tanto o trabalho finalista, como o trabalho de *e-mail* para algumas outras Secretarias, porque o licenciamento ambiental passa pela Secretaria do Verde também em relação ao manejo arbóreo e, depois, em alguns casos, ele é destinado à Secretaria de Urbanismo que, ao final, autoriza o licenciamento. Então, é uma Secretaria bastante sensível, com bastante trabalho, bastante preocupada com essa questão da biodiversidade, da preservação ambiental, e o Secretário sabe muito bem, assim como os demais componentes da Secretaria, sabem da responsabilidade que temos em relação ao legado que temos que deixar para os nossos filhos, nossos futuros herdeiros em relação a essa questão do verde e do meio ambiente.

Estamos à disposição, Presidente, para qualquer coisa treinamento e se V.Exa.

assim me autorizar. Vou deixar aqui o Secretário-Adjunto, Dr. Ricardo; e o nosso Chefe de Gabinete, Dr. Ravena, para eventuais questões e respostas que se façam necessárias, porque nós temos um compromisso agora, às 11h30min. Se V.Exa. me autorizar, peço licença para poder ir a esse compromisso, assumido com o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço ao Sr. Secretário. Não há problema algum em deixar que os seus colegas, extremamente competentes, fiquem aqui para respostas finais.

Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Cumprimento o Sr. Secretário Eduardo de Castro.

Peço desculpas pelo atraso, porque fui fazer uma visita ao prédio da Prestes Maia, que pegou fogo em seus quinto e sexto andares, anteontem à noite. Então, fiquei conversando com a população atingida.

Gostaria muito de perguntar ao Sr. Eduardo de Castro o seguinte. Houve um entendimento positivo para que possa haver o Parque Augusta. Acho que é uma iniciativa importante, porque se combinou com as empresas que ali pretendiam fazer edifícios. Em vez disso, se deu licença para que eles pudessem, em outras áreas, construir edifícios mais altos, para ali se preservar e se constituir o Parque Augusta. Acho isso muito positivo. Mas há outra área, aqui em São Paulo, muito importante, aqui na Bela Vista, o Parque do Bixiga. Está tramitando, na Câmara Municipal um projeto de iniciativa, sobretudo do Vereador Natalini, mas de diversos outros Vereadores, somos coautores - eu inclusive. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que para a população do Bixiga e também para todos aqueles que, há tantos anos, acompanham a vida cultural do Bairro Bela Vista, de todo o entorno do Teatro Oficina, do Teatro Brasileiro de Comédia, e de tantos outros teatros, então o Parque do Bixiga tenciona fazer ali não apenas uma área de lazer, do verde, mas também uma área muito

importante culturalmente.

Gostaria de dizer que este assunto está sendo objeto de diálogo aqui, na Câmara Municipal, inclusive com os moradores e artistas, do próprio José Celso Martinez Corrêa e de todas as pessoas interessadas. Alguns dos maiores artistas brasileiros estão irmanados nesta causa. E gostaria de deixar o apelo para que este assunto seja muito bem visto e cuidado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Era esse o apelo que eu queria fazer antes que o senhor saísse.

Se o senhor quiser comentar algo...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não, Secretário.

O SR. EDUARDO DE CASTRO – Vereador, é muito importante a sua observação e já como um excelente Senador, que assim foi reconhecido, porque ali estive muito próximo do Senado no seu período, porque também fiquei no Senado. Sei da sua preocupação em relação meio ambiente. E é com carinho e apreço que nós vamos analisar essa questão, assim como analisamos o Parque Augusta, com bastante responsabilidade, porque a absorção e a instalação de um parque gera uma série de responsabilidades da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, não só orçamentária, como a responsabilidade em trazer ao cidadão de São Paulo um espaço de lazer, que vá de encontro aos interesses da comunidade.

Então, Vereador e os demais Vereadores também, a Câmara Municipal como um todo, o cidadão de São Paulo podem ter a certeza que esta gestão da Secretaria do Verde vai tratar com bastante carinho e apreço essa questão do Parque do Bixiga, assim como de outros parques que nos são propostos. Nós temos uma comissão, dentro da Secretaria, que faz a análise com todo o preço, em relação a essa questão, não só a orçamentária, como a questão da zeladoria e do objetivo e daquilo que vamos trazer de bem para a cidade de São Paulo. O Parque Augusta foi, sim, uma conquista para a cidade de São Paulo. Depois de uma longa briga jurídica, foi feito um acordo com a parte e uma homologação. E nós estamos na iminência de fazer a contratação. Estamos negociando com a sociedade civil a questão do

projeto do Parque. É importante a participação da sociedade civil, porque só o munícipe que mora naquela região sabe qual é a melhor destinação que pode ser dada ao *pet*, ao cachorródromo, às pessoas que ali circulam o interesse do parque.

Então, V.Exa. pode ter a certeza de que teremos todo o apreço em analisar isso com todo o carinho. Eu acredito que, em a coisa sendo finalizada na Câmara, a Secretaria do Verde não vê óbice algum, nem objeção, na instalação e implementação de um parque tão importante como esse que o nobre Vereador acabou de referendar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Agradeço muito a observação. Da mesma maneira como aqueles empresários, que acabaram aceitando ter o direito de construir mais alto em outras áreas, quem sabe possa o Sílvio Santos aceitar que ele tenha o direito, quem sabe, em alguma outra área que a Prefeitura possa disponibilizar a ele, e, assim, de forma, um tanto parecida como foi feita pela Prefeitura com o Parque Augusta, também possa chegar a um bom entendimento.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Vereador. Muito obrigado, Secretário.

O SR. EDUARDO DE CASTRO – Gostaria de parabenizar, mais uma vez, o Presidente desta Comissão, Vereador Jair Tatto; os Vereadores Suplycy, Isac Felix, também bastante atuante em relação ao verde e meio ambiente.

Parabéns a todos e estamos à disposição, com o nosso Secretário-Adjunto e Chefe de Gabinete, para eventuais questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Anuncio a presença dos Vereadores Isac Felix e Soninha Francine.

Passaremos à exposição da Secretaria de Educação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto; Professor Eduardo Suplicy, foi meu Professor; Vereadores Isac Felix e Soninha Francine; meus colegas de secretariado aqui presentes.

Rapidamente, antes da apresentação do orçamento do ano que vem, vou contar, um pouco, como chegamos até aqui, nesses dois anos. Foi um período de recuperação do orçamento da Educação e de recuperação de uma série de processos lá dentro.

Em 2017, chegamos com um orçamento que tinha 500 milhões de reais a menos nas despesas e 5.000 professores a menos nas escolas. Isso não era surpresa para nós porque, na transição, a então Secretária Nádia Campeão nos avisou. Aliás, foi uma transição bastante correta, e ela nos mostrou, inclusive, o pedido que ela fez para a nomeação de professores no fim do ano, que não pode ser levado adiante por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Enfim, de lá para cá, tivemos que recompor o orçamento no ano de 2017, trabalhar o orçamento deste ano, reduzir algumas despesas para conseguir cumprir alguns compromissos. O primeiro dos compromissos foi nomear professores para dar aula em nossas escolas. Então, de janeiro de 2017 até hoje, foram mais de 13.000 profissionais nomeados na Rede Municipal de Educação. Ontem, o Prefeito autorizou mais 1500 profissionais - 1346 de Fundamental I e Educação Infantil, que atuam nas EMEIs e nos primeiros anos do Fundamental; 113 professores de Fundamental II. Isso foi atualizado ontem. O que vai chegar a uns 15 mil professore, mais ou menos. Para termos uma ideia do que significa isso, de janeiro de 2017 até hoje, com todos esses nomeados, com essa nova leva que o Prefeito autorizou, um em cada quatro professores que trabalham na Rede Municipal, vai ter sido nomeado nesses dois anos de gestão. É um esforço em um período em que, todos sabem, nenhum Estado, nenhum Município tem condição de fazer nomeações. Alguns estão, inclusive, sem pagar salários.

Também mantivemos os compromissos com os profissionais da Educação que já existiam. Não é mais do que obrigação. O compromisso era da Prefeitura, não era de uma gestão. Então, todos os aumentos salariais que estavam previstos foram também realizados. E nesta Casa está o projeto de lei que vai tratar do aumento do piso deste ano. Então, agora a discussão deve ser feita aqui na Câmara Municipal, que deve fazer isso até o fim deste ano, retroagindo até mai, que é a data-base dos profissionais da Educação. Do ponto de vista de pessoal, foi isso.

Do ponto de vista de infraestrutura. Retomamos 45 obras que estavam paradas desde 2016 - algumas pararam em junho, outras em novembro de 2016. Todas elas foram retomadas. As últimas a serem retomadas foram as dos CEUs, que são obras mais caras. Cada CEU custa em torno de 50 milhões de reais.

Resolvemos começar pelas creches, que são obras que atendem mais rapidamente à população a um custo mais baixo; e depois retomar os CEUs. Retomamos os CEUs recentemente. Em alguns lugares, como Vila Carrão, Vila Prudente, a demanda por educação é menor do que a demanda por esporte e por cultura. Cito o Parque do Carmo, que também foi retomado o CEU.

Na verdade, esses novos CEUs foram planejados em espaços da própria Prefeitura. A maioria deles não são terrenos novos, em cima de clubes ou no antigo espaço do Serviço Funerário. Por exemplo, em São Miguel, a gente está com a escola sem a quadra há bastante tempo. É um clube fechado. Então, a gente vai também começar as obras nos lugares a demanda é maior pelo uso de espaço de cultura e de esporte. Onde há uma demanda maior por escolas, começamos pelas escolas. Então, a gente retomou também.

Do ponto de vista da infraestrutura, depois de quatro anos, a gente voltou a ter um programa de manutenção de escolas. Elas ficaram desde 2013 sem nenhuma manutenção, por conta de questões financeiras e por conta de uma questão relativa à ação do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que não entendiam que a forma de contratação era adequada. A

gente conseguiu resolver isso. Trezentas e cinquenta escolas estão em manutenção hoje na Cidade, a gente quer ver se ainda consegue soltar mais um grupo de escolas ainda neste ano. Portanto, o cuidado do espaço físico é muito importante, tão ou mais importante do que construir uma obra nova.

Por exemplo, todos os CEUs estão passando por manutenção agora. Até o fim de ano, a gente deve ter a manutenção de todos, até o início do ano que vem, com a reabertura das piscinas em alguns casos. No caso do Anhanguera, além da reabertura das piscinas, haverá a reforma da quadra, que ficou sem ser utilizada por um tempo. Enfim, do ponto de vista da infraestrutura, a recuperação também foi dessa forma.

Do ponto de vista da Educação Infantil, que é a grande demanda que a Cidade tem, até o momento, foram geradas 47 novas matrículas em creches. A gente, pela primeira vez, a Prefeitura adotou metas regionais para geração de matrículas em creches. Então, onde há situação mais vulnerável e onde há uma maior demanda, baseada na demanda que nos foi deixada pela gestão anterior, de 66 mil crianças, a gente tem metas maiores de ampliação. Isso fez com que a gente conseguisse manter, a cada três meses, período em que a gente divulga a demanda, uma demanda menor do que no mesmo período do ano anterior. Por quê? Porque quando a gente coloca uma nova unidade de creche, acaba chamando mais gente para se colocar no cadastro da Prefeitura. Quando a gente coloca exatamente onde é mais necessário, essa movimentação reduz-se, na medida em que a gente fez uma ampliação voltada a quem precisa mais. Então, no ano passado, a demanda parou de crescer, e a gente teve 44 mil crianças registradas em vez de 65, e a gente espera que haja, nesse ano, um número ainda menor do que esses 44 mil matriculados.

Ainda no caso das parcerias, a gente implementou o novo marco regulatório das parcerias. Isso faz com que a gente possa ter um acompanhamento melhor das entidades parceiras da Prefeitura, e também realizamos aumentos, ao longo desses anos, e vamos continuar ampliando o valor repassado às unidades, para que a gente possa ter melhores

condições de trabalho para os profissionais e melhores condições de serviço para as nossas crianças que estão nessas unidades parceiras da Prefeitura, que hoje representam mais de 80% do atendimento da Prefeitura. É uma política há de muitos anos, e ela precisa ser feito com bastante cuidado. Recentemente lançamos inclusive um manual das parcerias, para tornar mais claras todas as regras, tanto para os supervisores de ensino quanto para as unidades parceiras da Prefeitura.

Em relação à supervisão de ensino, pela primeira vez, houve uma grande chamada de supervisores. A gente teve autorização de 121 supervisores - isso está no *Diário Oficial* de ontem - e mais 213 diretores de escola, que também compõem essa reestruturação da rede, que nós fizemos nesse período.

Então, do ponto de vista de recurso humanos e do ponto de vista de infraestrutura, voltamos a cuidar da rede. Foi muito difícil, como todos souberam. A gente teve um ajuste grande a fazer no orçamento, mas colocando dinheiro onde é preciso: no salário do professor, na nomeação de professor, para não faltar professor em escola e na ampliação dos serviços.

Por fim, ainda em relação à infraestrutura das escolas, nós renovamos todos os computadores das escolas de Ensino Fundamental. Foram mais de 13 mil computadores comprados e entregues nas escolas, computadores novos, e são também objeto desse processo de recuperação do orçamento da Prefeitura. A última vez que foi comprado computador na rede havia sido em 2010, nesse volume. Então, foram oito anos sem novas máquinas, a agora amanhã, hoje sai um decreto do Sr. Prefeito, autorizando o orçamento, amanhã haverá a contratação para colocar computadores em todas as unidades da Educação Infantil também, nos CEUs e nas diretorias regionais de ensino. Então, nós vamos renovar todo o parque de informática da rede municipal.

Esse é um período de reconstrução, de crescimento e de ampliação dos serviços prestados, no momento em que ainda é muito difícil para todos nós, mas o nosso compromisso, lá na educação, é que os recursos voltem-se para ampliação de matrículas em

creches, melhorias das condições de trabalho nas escolas e a presença de professores nas nossas unidades.

Vamos falar agora rapidamente do orçamento do ano que vem, como ele veio aqui para a Casa, que é bastante importante. Aqui o orçamento previsto do ano que vem é por tipo de despesa. Então, a gente tem aqui 12 bilhões de reais, previstos 12.780, por tipo de despesa. Mais da metade disso é investido em pessoal e benefícios. São 7,1 bilhões de reais, que se referem a salários e benefícios para os profissionais de educação. Quanto a atividades, que são o custeio, a gente tem 42%. Pelo que eu me lembro, são 5,4 bilhões. Para projeto e investimento, são 179 milhões de reais.

Aqui o orçamento é por composição por fonte de recursos. Desses doze bilhões, 7,7 vêm do Tesouro. Ou seja, 60% vêm do Tesouro, 33,7% vêm do Fundeb, Fundo de Educação Básica. São 4,3 bilhões. Aqui há uma atenção importante para esta Casa e para o próprio Executivo: Vai haver uma nova discussão sobre o Fundeb, fundo que financia a educação no Brasil.

Então, a gente precisa ficar bastante atento, para ver qual é essa repartição, para que a gente possa influenciar os nossos parlamentares, em Brasília, para São Paulo não perder recursos nessa nova repartição de recursos.

Aí a gente tem algumas transferências federais e estaduais. No caso do federal, são 744 milhões. Aqui há um recurso que vem, parte para a merenda e parte é recurso de transferência voluntária. A gente recuperou uma série de convênios que o Governo Federal tinha para construção de unidades. No caso do Estado, 17 milhões de reais estão previstos para a construção de creches.

Aqui há a composição das despesas por atividades. Então, os convênios de creches, as parcerias das atividades correspondem a quase metade do que a gente tem previsto para o ano que vem. São 2,7 bilhões de reais. Aí há a manutenção das atuais parcerias e a ampliação das parcerias para o ano que vem, para a gente cumprir a meta do

plano de metas da Prefeitura, que é de ter, até 2020, 85 mil novas matrículas na cidade de São Paulo. A outra metade é composta por atividades de custeio: apoio ao aluno, operação e manutenção de unidades, ações pedagógicas, formação, tecnologia de informação e comunicação.

Então, para o ano que vem, a gente vai continuar trabalhando para reduzir o valor dos contratos de serviços da Prefeitura, da Secretaria. Então, a gente tem uma negociação e novas licitações, mas negociação dura com os contratos de limpeza, de vigilância e de serviços terceirizados, para se reduzirem esse valores. A gente já reduziu bastante. Foram 500 milhões de reais entre o ano passado e esse, para que o dinheiro vá para onde é necessário.

Também há novos investimentos na área de tecnologia. A gente está refazendo todos os sistemas. Há uma reclamação bastante grande dos profissionais da educação em relação aos sistemas de gestão pedagógica e demais sistemas de uso na escola. Há a questão da conectividade na rede. A gente vai investir bastante nisso no ano que vem, e também, no ano que vem, a gente deve ampliar o processo de formação, para implementação do currículo da Cidade, com formações específicas por área, formações gerais para a coordenação pedagógica, e, pela primeira vez, a gente vai também fazer a formação dos profissionais da rede parceira, que é uma demanda do Ministério Público, da Justiça, das instituições e da sociedade. Não dá para a gente ter formações distintas. Aliás, o próprio Tribunal de Contas do município apontou, num relatório feito em 2016, a importância de se melhorar a formação dos profissionais da rede parceira.

O Conselheiro Maurício Faria fez aquele relatório. Aqui eu preciso fazer o reconhecimento. Foi ele quem mudou o entendimento do Tribunal, para que a gente pudesse fazer a formação da rede parceira. Até então, até esse parecer do Conselheiro Maurício Faria, isso não era possível.

Por fim, a gente fechou o orçamento de projetos, onde a gente tem a maior parte dos recursos ainda voltados à construção dos CEIs e a construção de EMEIs. A Cidade

conseguiu duas metas importantes. A Cidade conseguiu fazer a universalização da pré-escola. Agora o nosso desafio é reduzir o número de alunos por sala nessa etapa de ensino. Por isso, a gente precisa construir novas EMEIs e vai construir. No caso do CEIs, a gente continua o processo de construção dos CEIs, porque, apesar de São Paulo também ter batido, neste ano, a meta, o Plano Nacional de Educação, que prevê 50% da faixa etária atendida em creche, São Paulo hoje tem 61% da faixa etária. O Brasil tem menos de 30. Então, São Paulo tem mais do que o dobro da cobertura do Brasil, graças ao esforço desta gestão, mas das gestões que nos antecederam. Isso é uma passagem de bastão. Podemos hoje dizer que São Paulo bateu essa meta, mas há o desafio de continuar a atender a todos que nos procuram.

Do ano passado para esse, todas as nossas EMEIs estão funcionando. Não há mais nenhuma EMEI da Cidade funcionando em três turnos diurnos. A gente ainda tinha doze EMEIs que funcionam de quatro em quatro horas. Hoje o mínimo é seis ou oito; e, para o ano que vem, há três obras em EMEFs e Ensino Fundamental, que são muito importantes. Uma já está em andamento no Paraisópolis, que vai fazer com que a gente possa ter os alunos do Paraisópolis estudando em Paraisópolis. Há muitas crianças que são transportadas da comunidade e a comunidade ressenete-se disso. Então, a gente começou a obra. Deve estar pronta no ano que vem. Isso vai garantir não só que a gente tenha as crianças estudando no Paraisópolis, como a gente libere um prédio de uma EMEI, que fica na frente da creche Anglicana, perto do CEU. Falo de um prédio de uma EMEIs, que está funcionando como Ensino Fundamental. Ele vai voltar a funcionar como pré-escola. Isso vai aliviar na região.

Na Capela do Socorro, a gente também vai construir duas novas unidades, que vão fazer com que a Frei Damião e a Manuel de Abreu, que são as duas únicas escolas de Ensino Fundamental da Cidade, que funcionam ainda em três turnos diurnos - no caso da Frei Damião, acho que são quatro turnos, três de manhã para o Ensino Fundamental e ainda EJA à noite - passem a funcionar em dois turnos diurnos. Isso vai fazer com que alunos e vários profissionais da Educação tenham mais tranquilidade para trabalhar; e Cidade tenha um

sistema de Ensino Fundamental mais organizado. Há muito desafio pela frente.

A gente ainda espera muito a contribuição desta Casa e da sociedade em relação ao orçamento da Educação. Esse é um processo que começa na Secretaria de Educação e passa pela Fazenda. Por isso, passa por transformação, até chegar aqui, mas é esta Casa que diz quanto dinheiro tem que ir para a educação e para as outras áreas também.

Eu, como Secretário, digo que eu espero que a gente possa ter uma boa surpresa depois das discussões nesta Casa.

Muito obrigado a todos. Estou aqui à disposição para a gente conversar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. João Farias, do Esporte.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS – Bom dia a todos. Queria primeiramente saudar o Sr. Presidente da comissão, Vereador Jair Tatto, a Vereadora Soninha Francine, o Vereador Isac Felix, o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy e todos os presentes. Peço desculpas um pouco, por conta da voz fanha. Estou com uma grande gripe. Então, de vez em quando, posso, sem querer, acabar tossindo.

O orçamento da Secretaria Municipal de Esportes, no ano de 2018, teve a seguinte compilação: Com pessoal, o gasto, em 2018, foi estimado em 26%. Foram 61 milhões. Eu vou falar os números brutos, mas, no painel, os senhores têm como acompanhá-los mais detalhados. Os contratos continuados, que representam 43% do nosso orçamento, consumiram quase 102 milhões. Com convênios e eventos, foram 31,5 milhões. Com projetos de investimentos, que seriam obras de infraestrutura, foram 4%, somando 8,336. Quanto a transferências federais, foram 5,595, num subtotal de 209, com emendas parlamentares, no valor de 25.790. O orçamento de 2018 foi, no total, de 234,948.

Faço aqui uma observação: Nos 209, houve contingenciamento de 30%, significando que, com as emendas, esse valor diminuiu.

A gente separou também aqui, em forma de pizza, como se dá essa despesa, do

ponto de vista de percentual na secretaria, tanto no que diz respeito aos contratos continuados, convênios, projetos, transferências federais e as emendas municipais. O orçamento atualizado deste ano foi de 234 milhões, levando-se em consideração o contingenciamento de 36,95. Vai ser finalizado. Lembro-me de uma ressalva: Quando nós falamos de 25 milhões em emendas, elas são emendas carimbadas, ou seja, elas estabelecem, de forma muito exata, para onde vai o investimento. Então, não existe nenhuma possibilidade de se fazer, nesses recursos, qualquer tipo de remanejamento, para eventualmente se cobrirem algumas dificuldades que possam ter sido criadas, por conta do congelamento de uma parte do orçamento.

Esses recursos de 2018 são basicamente para a gente manter os 48 clubes de administração direta, os clubes municipais de esporte, popularmente conhecidos como clube escola e 268 clubes das comunidades, que são os CDCs.

Além disso, os recursos são utilizados para continuidade dos programas essenciais, como clube-escola, atividades orientadas nos equipamentos esportivos, esporte de alto rendimento e incentivo ao esporte amador. Quanto à formação de professores pela rede olímpica, foram 312 professores formados em nove modalidades esportivas, atingindo 3.791 crianças e adolescentes. A realização dos eventos institucionais, como a Virada Esportiva, que, inclusive, neste ano, realiza-se, sem ser nesse fim de semana, no próximo, dias 1 e 2 de dezembro, há os jogos da Cidade, Taça São Paulo e o Circuito Esportivo. Há 34 ruas de lazer em funcionamento, e 38 ainda em processo de implantação. Quanto aos programas e eventos, parcerias para o incentivo ao esporte de lazer, foram empenhados, de julho a setembro, 2,29 milhões, em 14 parcerias, para oferta de oito modalidades nos clubes-escolas, Taekwondo, capoeira, tênis, Tai Chi Chuan, Kung Fu, Zumba, Karatê e Kickboxing, nos 47 centros esportivos.

Para a administração direta dos centros esportivos, reformas e melhorias, finalizadas em cinco clubes de administração direta, via emendas parlamentares, somou-se 1,242 milhão, atendendo ao programa de metas 2017-2018, que seriam 28 clubes reformados

até 2020. Há 21 reformas em andamento, com recursos do fundo municipais de esporte e lazer, no valor de 6,503 milhões. Quando eu for falar do fundo, eu explico um pouco mais o que significa isso. Quanto a reformas e melhorias em equipamentos da Administração Indireta, que são CDCs, nós temos, em obra, a Arena Bela Vista, um projeto social embaixo do viaduto da Bela Vista, onde estamos reformando e colocando lá uma quadra de esportes, com grama sintética, cercado-a e colocando iluminação. É um projeto extremamente positivo. Quem puder conhecer, seria muito legal. É um trabalho feito por voluntários, que transformaram, um espaço completamente ocupado antes pelo tráfico de drogas numa escolinha de futebol para crianças carentes ali da região da Bela Vista.

Nós estamos com 14 reformas em clubes da comunidade em andamento, viabilizado por meio de emendas parlamentares, no total de 4,884 milhões. Há nove reformas também em clubes da comunidade a se iniciar, sendo um a licitar, no valor de 1,242 milhão e oito em trâmites internos, no valor de 1,898 milhão, totalizando 18,023 em reformas para 2018, entre finalizadas, em execução ou a iniciar em equipamentos da Administração Indireta, ou seja, os centros esportivos, ou, na indireta, os CDCs, e aí, na sua grande maioria, por meio de emendas dos parlamentares desta Casa.

O orçamento previsto, apresentado a esta Casa para o ano de 2019, tem uma previsão de 56,2 milhões para o gasto de pessoal; 98,287 milhões com os contratos continuados, ou seja, os contratos de manutenção e custeio dos equipamentos da Secretaria Municipal de Esportes; o valor de R\$ 20,768 milhões para os convênios e eventos, que são os projetos e os custos continuados na Secretaria em clubes da comunidade ofertados à população, além dos eventos oficiais como Virada Esportiva, Jogos da Cidade, etc.

São R\$ 2,51 milhões para projetos para intervenção de infraestrutura nos nossos equipamentos; e R\$ 2.475.248,00 de transferências federais para reforma, requalificação do centro olímpico, os CDCs e também os clubes; e uma transferência de R\$ 1,34 milhão para a Secretaria Municipal de Turismo, tendo em vista de que ela agora prestará serviços para o

esporte e equipamentos anteriormente utilizados pela SP Turis.

Novamente em gráfico, em forma de pizza, o montante do orçamento da Secretaria de Esportes, a cada área, totaliza R\$ 190.816,00.

Em seguida, temos a composição do Fundo Municipal de Esportes. Para os senhores terem uma ideia de qual é a principal ferramenta de recursos oriundos do Fundo Municipal de Esportes, vem basicamente dos recursos que obtivemos com as locações do Pacaembu, também com o pagamento da Damsp na utilização dos nossos centros esportivos.

Agora, a atual realidade orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Esportes. No mês de setembro, temos um saldo no Fundo de R\$ 9.503.427,00. E conseguimos, depois de dois anos, sem a Secretaria conseguir utilizar recursos do Fundo Municipal, aprovar no Conselho do Fundo a utilização de R\$ 6.971.886,00 para reformas e melhorias nos nossos clubes municipais, que devemos iniciar em breve em, pelo menos, 22 clubes municipais dos 48 que há na Cidade, com uma ampla intervenção de melhorias nesses equipamentos, principalmente na questão de acessibilidade, um dos principais problemas nos clubes municipais de esportes de São Paulo.

Em pleno século XXI, infelizmente, um cadeirante sequer consegue acessar o ginásio de esportes porque a arquitetura pensada para aquele clube não levou em consideração a inclusão dos portadores de deficiência física nas atividades esportivas. E sabemos o quão é importante possibilitar aos deficientes ao esporte, não só para a inclusão na sociedade, mas também para a sua própria reabilitação. Portanto, essas intervenções que serão feitas ainda este ano e concluídas, no máximo, até fevereiro do ano que vem, trabalham não só na questão da manutenção de hidráulica e elétrica, mas com foco principal na questão da acessibilidade, tendo em vista a necessidade de inclusão dos portadores de deficiências físicas numa área tão importante quanto esporte e lazer.

Sr. Presidente, fico à disposição para responder qualquer dúvida que, eventualmente, os senhores ou os presentes possam ter.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. João Farias. Fui informado de que o Tribunal de Contas não fará a exposição. É isso?

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM - Bom dia a todos. Quando for iniciada a audiência geral do relatório que a gente elaborou e encaminhou à Comissão, a gente vai tratar. Pelo que entendi, o orçamento do TCM será tratado em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não.

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM – Não se se houve alguma questão de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Hoje serão algumas pastas, inclusive o Tribunal de Contas do Município. Hoje é o dia de o TCM dizer para nós quanto dinheiro está sendo mandado para lá e onde se gasta. Então, agradeço a presença de vocês e quero fazer um repúdio a esse distrato.

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM – Nesse caso, acho que houve alguma falha de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não foi alguma, foi grave. Diria que é a pior falha de todas.

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM – O convite referente à nossa participação é em relação ao trabalho que a gente encaminhou à Comissão de Finanças e Orçamento referente aos documentos do...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, absolutamente nada. Isso é numa outra oportunidade. Hoje é o dia de vocês dizerem o seguinte: quanto vai entrar lá e como vai gastar.

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM – Aí não sei se o convite foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há demérito com relação a vocês estarem aqui. Justifico com muita tranquilidade todas as ausências do Secretário: “Na qualidade de

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, informo a audiência pública a esta Comissão realizada no dia 21 de novembro, quarta-feira... Outrossim, convido V.Exa. a comparecer à mesma audiência pública na nova data de 23 de novembro, sexta-feira, com início às 10h, Salão Nobre, 8º andar, que terá como objeto debater o projeto de lei abaixo: PL 536/18, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2019. Mais especificamente por tratar-se de audiência temática, serão objetos do debate as seguintes rubricas orçamentárias...” Aí vem: Secretaria Municipal de Educação, que se faz presente com o Secretário; a Secretaria Municipal de Esportes, que se faz presente com o Secretário; o Fundo de Esportes, cujo Secretário também aqui introduz; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, cujo Secretário esteve; a Secretaria Municipal da Fazenda e Tribunal de Contas do Município, aqui o Secretário que nunca nos faltou e se faz presente, o Secretário Caio Megale. “TCM e assuntos correlatos”. Há alguma dúvida?

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM – Aí realmente não sei onde foi a... porque a informação que tive da equipe...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu sei onde foi o erro, foi lá. O desrespeito a esta Comissão.

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM – A informação da equipe é... Acho que eles viriam aqui no dia 26, não sei o que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então hoje não teremos aqui a exposição ao público em geral, à TV Câmara, a todo instrumento que transmite, Vereadores, ficará manca. Não será colocado para a sociedade de São Paulo o quanto entra de dinheiro para o TCM no ano que vem. Secretário Caio Megale, é de uma gravidade profunda isso.

O SR. ISAC FELIX – Bom dia a todos. Sr. Presidente, talvez o companheiro do Tribunal de Contas não tenha nem culpa porque não passaram para ele. O recado é para o Tribunal de Contas: é uma falta de respeito com esta Casa. Não é a primeira vez que isso acontece na Comissão de Finanças. Quando se fala em Tribunal de Contas nesta Casa, tem

alguns defensores, mas o Tribunal de Contas não tem respeito nenhum com esta Casa. Ele só sabe exigir.

Nós vimos o episódio que aconteceu na Cidade da queda do viaduto; e, em vez de o TCM colaborar, precisou até que a imprensa justificasse e o Prefeito Bruno Covas dizendo: “Vou solicitar ao Tribunal de Contas para ver qual será a posição do Tribunal de Contas, a autorização deles, se podemos ou não fazer a contratação de reforma dos viadutos”.

Então, muitas vezes, há uma cobrança muito grande do Tribunal de Contas em cima dos Secretários, em cima do Executivo, mas o papel do TCM tem deixado muito a desejar nesses dois anos em que estive nesta Casa. Inclusive há uma Comissão de Estudos da Comissão de Finanças sobre a Cohab em que o TCM só faz acusação. Mas, até agora, o Tribunal não nos mandou nada certo a respeito dessas acusações.

Portanto, Sr. Presidente, sinto uma falta de respeito do Tribunal de Contas quando se trata do Orçamento, que manda um representante aqui apenas para assistir a audiência pública.

Obrigado.

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO DO BONFIM – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Dentro da estrutura do Tribunal, temos a área de Auditoria, da qual faço parte, que tem várias coordenações. A coordenação onde trabalho cuida da parte de contabilidade, lei de responsabilidade fiscal e de orçamento.

O nosso trabalho foi encaminhado a esta Casa no dia 12 de novembro. E quero ressaltar que, este ano, a gente fez um esforço bem grande para antecipar a produção desse relatório, já que no ano passado a gente mandou o relatório para a Comissão quase em meados de dezembro. Mas este ano a gente conseguiu antecipar o envio desse relatório para o dia 12 de novembro, justamente por entender que a gente tem de ter uma postura mais proativa para permitir que a Comissão de Finanças se debruce sobre os nossos apontamentos do processo orçamentário e das regras de execução vigentes no ano que vem.

Cabe ressaltar também que a gente tem tido uma evolução no relacionamento com a Comissão. Se os senhores se recordarem, no início do ano, na LDO, boa parte dos apontamentos que a gente fez foi levada ao substitutivo da LDO aprovado pela Casa. Depois, a maior parte foi vetada pelo Prefeito. Mas entendo que o nosso trabalho, como auxiliar da Comissão de Finanças e Orçamento, foi bem sucedido, o que me trouxe até uma satisfação pessoal. Então, a nossa presença aqui é justamente para repetir esse sucesso, no caso do PLOA.

A questão do Orçamento é da Secretaria Geral do Tribunal de Contas e acredito que houve alguma confusão, porque tive a informação de que eles viriam no dia 26. O que posso dizer é que não recebemos a informação na nossa área sobre o convite para a explanação do orçamento do Tribunal. Mas o que posso dizer pela minha experiência é que têm sido feitos esforços para aumentar a transparência. Um dos principais foi a implementação do processo eletrônico, que dará maior celeridade nos julgamentos e nos trâmites internos do Tribunal e uma maior transparência do andamento dos julgamentos para a sociedade.

No começo do ano passado, a gente passou a publicar os relatórios de auditoria na internet, justamente para dar essa visibilidade para a sociedade, para o contribuinte poder ver o que está sendo produzido pelo Tribunal de Contas. Então, há vários esforços para que haja a prestação de contas do trabalho do Tribunal.

No ano passado, estive aqui e o Tribunal fez a apresentação do orçamento normalmente, da mesma forma que a Câmara também faz. Mas neste ano houve um equívoco que vou ter que pesquisar para saber o que aconteceu. Mas da parte da nossa coordenação, a gente tem feito um esforço grande para colaborar com a Comissão de Finanças e Orçamento para fazer uma peça orçamentária mais aderente às necessidades da população. Isso eu posso garantir e o nosso trabalho mostra isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Considero que vocês têm feito um trabalho exímio junto a esta Comissão do relatório que vocês mandaram. Estou querendo aqui e lanço

um desafio, e vale para a Câmara Municipal de São Paulo também, porque não temos exposições de relação de gastos da Câmara e do Tribunal, assim como as outras Secretarias fazem. Então, fica o registro.

Não estou questionando o trabalho técnico que vocês fazem junto a esta Comissão, é um trabalho exímio. O que estou dizendo é que não há exposição dos gastos do Tribunal de Contas para o Orçamento deste ano, o que foi liquidado, nem do ano que vem, do que será orçado. É esse o questionamento. Mas agradeço a presença de vocês.

A SRA. SONINHA FRANCINE – A gente vai falar disso, Presidente, porque tenho os números aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – V.Exa. vai fazer esse trabalho por eles, então?

A SRA. SONINHA FRANCINE – É o nosso trabalho também. O erro é histórico, Sr. Presidente. Nós, do Legislativo, inclusive a Câmara, não debatemos o nosso orçamento com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acabei de dizer isso. Então, por favor, que no próximo ano venha o Presidente da Câmara, quem quer que seja, para dizer o que gasta, onde gasta.

O Secretário-Adjunto Luiz Santoro, da Secretaria de Obras e Infraestrutura, já chegou.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO – Bom dia a todos. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Secretário, peço desculpas em nome do Secretário Vitor Aly por não estar presente, pois ele está no canteiro de obras da ponte que sofreu aquele colapso no dia 15, então espero passar aos senhores as informações da melhor forma possível.

Agradeço a oportunidade de estar aqui explicando, prestando contas aos membros da sociedade civil presentes e aos Srs. Vereadores também sobre o nosso trabalho na Secretaria.

Para os que não conhecem, a Secretaria de Obras tem basicamente três áreas

distintas e uma empresa: projetos e obras de infraestrutura, que são as grandes operações: viadutos, pontes, avenidas, drenagens, canais, piscinões, edificações, quando nós trabalhamos para as outras Secretarias. Então, executamos obras para Secretaria da Saúde; Educação; outros equipamentos; Cultura; Esportes; Verde e Meio Ambiente; as partes de edificações; a parte de controle de subsolo e Convias; e nós temos uma empresa ligada à Secretaria, que é a SP Obras, que faz o gerenciamento das obras das Operações Urbanas, que são as grandes obras, cuida do mobiliário urbano e hoje é responsável pelas obras de mobilidade.

Qual a nossa proposta para o próximo ano? Já foi adaptado com a Secretaria de Finanças, basicamente, nós temos quatro fontes de recursos: a fonte Tesouro, FMSAI, Fundurb e FMDT, além de recursos federais. Como se tratam de investimentos, boa parte deles são de recursos federais, complementados pelos diversos fundos, como o de saneamento, de urbanismo e de multas de trânsito. Isso tudo dá um total de 959 milhões.

Origem desses recursos da infraestrutura. Os que são aplicados em edificações estão nos orçamentos de cada uma das outras Pastas. Então, as obras de saúde, as UBS e os hospitais estão no orçamento da Secretaria da Saúde. CEUs, creches, manutenção de creches estão na Secretaria da Educação. Assim por diante.

Falando somente da Secretaria de Infraestrutura, a parte de investimentos propriamente dita, o custeio da parte: 58,3 milhões do Tesouro; 193 milhões de operações de crédito do BNDES; 300 milhões de recursos federais, basicamente PAC; 192 milhões de recursos estaduais – no caso, FMSAI, aquela outorga que recebemos da Sabesp por eles estarem atuando no Município de São Paulo, e por isso que é estadual; e recursos vinculados, ou seja, o do Fundurb, que são 72 milhões, dinheiro da outorga, administrado por SMUL, e o FMDT, que é o fundo de multas mais 88 milhões, totalizando 909 milhões de investimentos.

O próximo *slide* mostra esta proporção: grande volume de operação de crédito, federal e fundos, e, do recurso do Tesouro, um valor pequeno.

Quais são os grandes setores que estamos trabalhando nesse Orçamento?

Cinquenta milhões de custeio da Secretaria; viários e obras de arte especiais, 81 milhões. Esse é um assunto sobre o qual estamos preocupados, porque estamos sentindo isso na pele hoje, com um pedaço da Cidade com problemas de mobilidade em função desse assunto. Por isso, estamos indicando no Orçamento 81 milhões para esse tipo de serviço, para obras viárias e obras de artes especiais; 500 milhões para drenagem, basicamente recursos de FMSAI e recursos federais do PAC; mobilidade, basicamente corredores e um terminal, e outras intervenções. De uma forma geral, são intervenções mais pontuais pela Cidade.

Quando falamos de drenagem urbana, estamos executando obras que já estavam iniciadas na gestão passada, finalizando-as. A pior obra é a inacabada, que já recebeu investimento público e ainda não trouxe benefício para a população. No começo deste ano, por exemplo, finalizamos o projeto do Ponte Baixa, uma obras superimportante na zona Sul. Estamos também finalizando agora o Piscinão do Cordeiro e estamos com outras intervenções na Cidade, como o Ribeirão Aricanduva e nos preparando para fazer mais dois piscinões lá. No Riacho do Ipiranga, estamos com dois piscinões em execução. No Cordeiro, que eu já citei, estamos terminando o último piscinão desse contrato. No Zavuvus, estamos desenvolvendo. Para o Ribeirão Perus, estamos soltando a licitação para fazer o projeto, um chamamento do Ministério das Cidades que fechamos este ano. Assim como no Ribeirão Mooca, um piscinão na Avenida Anhaia Melo. O Córrego Tremembé, continuamos, assim como o Paciência e o Mirassol, e estamos iniciando a obra do Córrego Anhanguera, uma condenação que teve a Prefeitura e que, por isso, precisamos dar continuidade. Assim como o Córrego dos Irmãos, porque o Município também foi condenado a executar essa obra, estamos dando continuidade. O PRA, que são obras localizadas de microdrenagem, na maior parte, para resolver pontos localizados de alagamento na cidade de São Paulo.

Com respeito à mobilidade, corredores e terminais. Nós estamos falando do projeto do Corredor Leste Itaquera I e II. Nós estamos com alguns problemas de contrato com a União e, por isso, alguns estão sendo rescindidos e outros estão sendo renegociados. Nós estamos

trabalhando uma série de projetos de corredores e requalificação de outros corredores, com os projetos também já em andamento ou em fase de licitação.

Recuperação de pontes e viadutos. Esse ponto é muito importante. Nós estamos trabalhando nos projetos do viário da região do Hospital de Parelheiros, que será entregue agora, no final do ano. No entanto, em função disso, a região vai demandar uma melhora no sistema viário no futuro. Por isso, já contratamos um projeto para melhorar toda a região do centro de Parelheiros. O hospital consegue operar perfeitamente bem com esse viário que há hoje, mas nós já estamos pensando numa melhora futura.

Quanto à ligação Pirituba-Lapa, o projeto já está bem adiantado e o início de obra do viaduto já está previsto. Além de vários outros projetos importantes, como o Programa de Recuperação de Pontes, Viadutos e Passarelas.

Sobre a SP Obras, eu gostaria que falasse o Maurício, o Presidente, ou o Giovani, o Diretor Técnico, já que estão aqui prestigiando esta audiência.

O SR. GIOVANI OLIVEIRA DA COSTA – Bom dia a todos. Como ações de intervenção na Cidade, o carro-chefe são as Operações Urbanas. Para a Operação Água Branca, os recursos previstos para desenvolvimento de projeto são de 1 milhão e 48 mil reais. Para a Operação Urbana Água Espreada, os recursos previstos são de 6 milhões, 790 mil para a continuidade de implantação de Parque Linear naquele trecho da Avenida Roberto Marinho. Para a Operação Consorciada Faria Lima, são 4 milhões, 376 mil, e estão previstas intervenções de requalificação na Avenida Santo Amaro e a conclusão das requalificações do Largo da Batata e a implantação de uma ciclopasseira na Ponte Goldfarb.

Da parte de apoio técnico, são recursos de suporte da própria SP Obras, com 6 milhões, 863 mil, e outras atividades estão sendo desenvolvidas com a Secretaria de Tecnologia e Inovação, que são as unidades do Descomplica, totalizando 1 milhão e 47 mil reais.

Para a operação da administração do autódromo, temos 10,5 milhões de receita

previstas com a comercialização de espaços do autódromo e, para a recuperação de mobiliário urbano, receitas próprias de 14 milhões, 263 mil, totalizando 44 milhões, 888 mil reais.

Sobre os empreendimentos que estão sendo executados, reformas de edifícios públicos, obras de adequações do Autódromo de Interlagos, com diversas melhorias com relação à manutenção e ampliação de espaços para locação e implantação da nova cobertura dos *boxes*, que será implantada no ano que vem.

Quanto à mobilidade urbana, implantação de corredores de ônibus e terminais. E, na área de intervenções de Operações Urbanas Consorciadas, a Água Branca, sobre a qual já foi explanada, a Água Espriada e a Operação Centro, com a Praça das Artes.

Era isso o que tínhamos para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Secretário Caio Megale.

O SR. CAIO MEGALE – Primeiramente cumprimento o Presidente Jair Tatto, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa, Secretários e colegas, e os munícipes.

Reforçando a importância desta audiência, na primeira parte, vou falar rapidamente do orçamento da Secretaria da Fazenda.

- Orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. CAIO MEGALE – Este é o histórico da Secretaria da Fazenda, que, em 2017, teve um orçamento de 386 milhões de reais, basicamente o que utilizamos ao longo do ano, e, na LOA de 2019, assim como diversas outras Secretarias, há necessidade de fazer um ajuste, pois sabemos que, apesar do crescimento das receitas, nós temos algumas linhas do Orçamento que crescem muito mais do que crescem as receitas. Sempre chamo atenção para a questão da previdência, assunto sobre o qual vamos falar na segunda parte desta audiência. Como esse é um item grande do orçamento e cresce muito mais do que a receita, seja qual for ela do ponto de vista factível, enquanto esse sistema continuar da forma como está, não há

como não espremer outras Secretarias e investimentos.

Na Secretaria da Fazenda não é diferente. Nós tivemos uma redução de orçamento de 361 milhões, essa é a realidade, e nós vamos ter que fazer esforços, tentar ganhar eficiência para que esse orçamento seja executado dessa forma. Se olharmos para trás, de 2016 para 2017, também houve uma queda no orçamento da Fazenda, e assim por diante.

Basicamente, fora pessoal e questões administrativas, a Fazenda tem duas linhas de despesa: a de correios, muito importante para nós, especialmente por conta da emissão do IPTU, e a Prodam e outras despesas com tecnologia, já que temos muitos sistemas na Secretaria da Fazenda, tanto do lado da receita como do da despesa, da gestão de caixa e da gestão orçamentária; esses sistemas precisam, a todo o momento, ser mantidos, aprimorados e aperfeiçoados. Daí os nossos investimentos nessa área.

Portanto, na Secretaria da Fazenda, à parte daquela despesa tradicional de pessoal e administrativo de todas as Secretarias, as duas grandes linhas de despesa são correios e tecnologia.

No próximo *slide*, só para dar um exemplo de como nós atuamos no ano passado, buscando ganhos de produtividade, nós reduzimos em 50% o custo com impressão e postagem do IPTU no ano passado. Fizemos essa mudança importante no boleto impresso do IPTU. Até 2017, era emitido um boleto por mês, sendo que a emissão geral era feita para todo mundo no primeiro mês e que aqueles que optaram por não pagar à vista ou eletrônico continuava recebendo os boletos. Historicamente, a Secretaria da Fazenda mandava um boleto por mês para a casa das pessoas, pela importância de lembrá-las de pagar. Como nós achamos que daria para ajustar isso, reduzimos para um boleto apenas, além do boleto da emissão geral, que vinha com as outras nove guias. Então, saiu esse boleto individual de um por mês e passou para um que traz as nove guias dos meses seguintes. Deu tudo certo, tivemos pouquíssimos problemas, as pessoas se adaptaram rapidamente, guardaram as guias. Quem perdia esse boleto, entrava na internet e emitia rapidamente. Foi, portanto, um exemplo

importante de ganho de eficiência que nós tivemos, uma das nossas principais linhas de custo, que eu acho que vale. Tenho certeza de que as demais secretarias aqui, estou com o Secretário Alexandre Schneider na Mesa, que fez grandes ganhos de eficiência também; na Secretaria do Verde, o Ravena, que também está do meu lado, a gente tem trabalhado muito junto para ganhar eficiência nos custos e a Secretaria da Fazenda está fazendo a sua parte.

Também tivemos um evento importante no ano de 2018, que foi a mudança da sede da Secretaria da Fazenda. Aliás, estão todos convidados para visitar as nossas novas instalações da Secretaria da Fazenda. Temos uma praça de atendimento ao público mais moderna, mais arejada, muito mais confortável para o público. Temos todas as unidades da Secretaria da Fazenda agora juntas dentro do mesmo espaço, que é o Edifício Othon, logo à frente da Prefeitura. E acabamos de inaugurar o nosso salão nobre, fizemos, inclusive, uma homenagem a um servidor histórico da Secretaria da Fazenda, que tem ligação com esta Casa, que é o José Police Junior, pai do nosso José Police Neto. José Police Junior foi um grande servidor da Fazenda e homenageado com o salão nobre, que fica no último andar do edifício.

Eu queria agradecer o pessoal da SP Obras, que trabalhou muito conosco durante o período todo, costumo brincar que cheguei à Secretaria da Fazenda achando que eu ia só administrar o orçamento e a primeira coisa que soube foi que iria tocar obra, uma obra gigante à frente da Prefeitura. Tinha muito apoio da Siurb e da SP Obras e também da gestão anterior, porque na verdade essa mudança começou na gestão anterior, com o Secretário Marcos Cruz, depois com o Secretário Rogério Ceron. Eles identificaram o prédio, fizeram a desapropriação amigável, começamos a fazer a mudança, eu continuei a obra e hoje nós temos uma sede da Secretaria da Fazenda, que acho que dá orgulho ao cidadão e ao munícipe paulistano e também traz economia de recursos. Antes gastávamos 11 milhões de reais com despesas, principalmente de aluguel, agora há a redução para perto de cinco milhões de reais.

Outro tema importante da Fazenda são as operações de crédito. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – o BID – e o BNDES têm linhas de crédito específicas

para a modernização da administração tributária. É o PMAT, do BNDES, que nós temos 13 milhões; e o PNAFM, do BID, que nós temos 18 milhões previstos no orçamento. O PMAT foi importante para financiar a obra do Othon, por exemplo, mas está financiando a nossa aerofotogrametria da Cidade, que é o voo para fazer o mapa em 3D, para melhor cobrança do IPTU, compatibilizações de lotes fiscais, novo sistema do IPTU – isso é importante. O sistema do IPTU da cidade de São Paulo é da década de 70. É um sistema muito bom, muito sólido, mas claramente já ultrapassado e estamos trabalhando num novo sistema. A nossa expectativa é que no ano de 2019 consigamos fazer a migração do sistema antigo para o sistema novo. É um sistema muito mais moderno, com mais agilidade para o munícipe, que vai facilitar a vida da administração tributária também. Está sendo financiado pelo PMAT e temos um sistema de acesso de segurança do Othon, do prédio novo.

O PNAFM, 18 milhões, modernização do sistema de dívida ativa. É uma parceria com a Procuradoria do Município, modernização de sistemas de arrecadação, sistemas para o orçamento municipal, o SOF, muitos de vocês acompanham e utilizam os dados do SOF. O SOF é um bom sistema, mas tem de ser cuidado e aprimorado e evolução de infraestrutura de TI da Secretaria da Fazenda. Já estamos na segunda fase do PMAT e na terceira fase do PNAFM. Fomos bastante ágeis no levantamento desses recursos. A terceira fase do PMAT foi disponibilizada para os municípios ano passado. Saímos na frente, fomos o primeiro município do país a assinar com o BID, a Caixa e o Governo Federal e a ter acesso a essa linha de crédito e parabenizo a equipe da Secretaria da Fazenda por essa agilidade.

Depois no *slide* seguinte tem os nossos novos sistemas, não vou entrar no detalhe, mas o fato é que eu diria que, apesar da redução do orçamento, vamos fazer esforços para manter a qualidade e agilidade da administração tributária e da gestão fiscal da cidade de São Paulo, que é muito importante para os dois lados. Primeiro, para arrecadar recursos, que vão poder financiar todos esses programas que estamos discutindo aqui e vamos continuar discutindo na audiência geral. É importante também para fazer a gestão do orçamento e a

gestão da despesa para que possamos ter ganhos de eficiência e, portanto, maximizar as receitas do Município no sentido de gerar cada vez mais e melhores serviços aos cidadãos paulistanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Quero dizer-lhes que a Secretaria da Fazenda veio dizer o que gasta na sua secretaria, está entendido a minha observação?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Tribunal de Contas entendeu agora, assim como a Câmara Municipal precisa entender. Veio dizer o que gasta lá, no prédio dele, vocês entenderam a minha observação, não entenderam? Então, eu queria que o Tribunal viesse dizer o que gasta lá dentro, como a Câmara tem de dizer.

Tem a palavra a Sra. Norma Lúcia, do Sinesp. Em seguida, Sheila Mendes, e depois Ana Maria, do Sinesp. Rapidamente, três minutos.

A SRA. NORMA LÚCIA – Bom dia a todas e todos. Sou Norma, do Sinesp. Eu, há muitos anos atrás, fiz uma opção de ser servidora pública aos 18 anos, quando a gente ainda podia fazer opções de emprego e fiz o meu primeiro concurso. E, ao longo desses 33 anos de trabalho, 28 deles foram na Secretaria Municipal de Educação.

Nesses últimos tempos, a gente tem percebido – e todo servidor tem percebido isso – que o governo ou os governos têm colocado os servidores como um peso no orçamento. O servidor acabou sendo um peso no orçamento dos governos. O servidor não é peso, o servidor é investimento para que os munícipes tenham garantidos os serviços públicos de direito, que nós temos, e a educação pública é um direito.

Muitas vezes, em alguns discursos, têm colocado também a população contra os trabalhadores públicos e como eu falei há 33 anos fiz essa opção de ser servidora pública, amo o que faço e continuo fazendo. Muitas inverdades vêm em relação a isso, na hora em que o Governo faz a fala contra o servidor público. Uma delas é que por causa do salário dos

servidores públicos: não há dinheiro, verba, orçamento, para manutenção, para custeio, para ampliação, para a continuidade das obras e assim vai.

Nós, funcionários públicos, até por algumas planilhas que foram mostradas aqui, não levamos todo o orçamento. A Prefeitura gasta um orçamento inferior até ao que é colocado na própria legislação e há mais de 16 anos a grande maioria dos servidores públicos tem um aumento de um indicador perverso, que é o de 0,01%. E é muito interessante quando isso vem retroativo a alguns meses, porque nem todo ano sai esse índice, quando você olha não consegue identificar o que é isso, porque 0,01% é terrível.

Este ano, até agora, não foi respeitada a Constituição Federal, não foi respeitada a legislação municipal, onde não houve um aumento do piso do magistério. Na fala do Secretário Alexandre Schneider parece que isso deve estar saindo e a gente fica muito feliz se isso sair, porque isso seria em maio, que é a nossa data base.

Uma das coisas do orçamento que não foi colocada aqui hoje, pois se a gente está discutindo o orçamento ele deveria também ter vindo, isso é um grande complicador, quando se fala em orçamento não se vê a previsão do aumento dos salários dos servidores públicos. Acho que ele também tem que estar dentro desse orçamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Sheila Mendes, do Sedin e depois Ana Maria, do Sinesp.

A SRA. SHEILA MENDES – Bom dia. Meu nome é Sheila, sou secretária geral do Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância e já justifico a não presença da nossa Vereadora Claudete Alves, porque estamos em congresso acontecendo nesses três dias.

Então, gostaria de colocar alguns pontos a partir da explanação do Secretário. Apesar do número apresentado de chamadas para a PEI e PEIF, estamos tendo chamadas de PEI a conta gotas. Estamos pedindo realmente, a gente sabe da falta de professor ainda na rede dos CEIs, Centros de Educação Infantil, e a gente vem colocar isso.

Em relação ao PEIF, está acabando a vigência do concurso de PEIF. E a prorrogação? A gente sabe que precisamos desses profissionais nas unidades, tanto nas EMEIs, quanto nas EMEFs e viemos pedir essa prorrogação do concurso, que vence amanhã, os quatro anos. Não foi prorrogado ainda e sabemos que tem a necessidade dessa chamada urgente para PEIF.

Em relação à construção dos CEIs, o Secretário colocou em uma das previsões que prevê 73% da composição de despesas para a construção de CEIs. E aí a pergunta que nos fica: todos serão entregues para a rede conveniada? Então, estamos pedindo e deixamos registrado aqui que queremos os CEIs entregues à rede direta e a devolução dos prédios que estão com a rede indireta para a rede direta.

Em relação à formação, é bastante positiva a questão da formação da rede parceira, porque temos que atender essas crianças com qualidade. Essas crianças não podem ser divididas, são crianças do nosso Município. Porém, essa formação nós vimos claramente que foi diminuída. Nós não tivemos tantas formações como já houve no nosso Município. Se há investimento e previsão para formação que exista realmente e que aconteça, de fato. É só pegar o *Diário Oficial* para ver a defasagem de formação dada pela Secretaria. Estamos pedindo mais formação.

Como o Secretário disse, em relação ao aumento do piso, parece que há um projeto que já chegou à Câmara, então deixamos aqui o nosso pedido aos nobres Vereadores que, ao invés de pressionarem com a reforma da previdência, pensem no aumento do quadro do magistério, já que esse projeto está na Câmara. Acho que foi o que entendi sobre o que o Secretário disse, aumento do piso.

Secretário, em relação à estrutura eu fiquei um pouco preocupada. O senhor disse que a estrutura é importante para o trabalho, mas na projeção para o Orçamento a gente está vendo a diminuição de quase 190 milhões para a estrutura e manutenção dos CEIs. Esses números me espantam. É claro que sempre deixa uma margem, mas a pergunta fica:

realmente teremos essa diminuição?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, Sheila.

A SRA. SHEILA MENDES – Também para a EMEI, constam mais ou menos 144 milhões a menos. Deixamos isso também.

Esperamos que... Infelizmente, estamos vendo a audiência pública bastante defasada. Ficamos preocupados com isso também, mas acho que a comunicação ainda é falha em relação à audiência pública e os nossos profissionais servidores têm de estar aqui falando. É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o *Rapper* Pirata, depois a Sra. Cida Peres.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – Rapper Pirata - Boa tarde.

Todos vocês que estão nessas mesas são servidores públicos, atendem à cidade e ao cidadão. Como vocês são contra os servidores públicos? A taxa de salário de vocês é boa, aí se reduzir...

Agora, o Orçamento da Cidade vai para 60 bilhões. Todos vocês estão falando de redução nas Secretarias, para onde vai o dinheiro? São perguntas que eu quero saber e não há resposta.

Na área da Cultura se cortou uma grana, então o TCM não deu resposta, pega uma parte dele coloca na Cultura. O pessoal das Finanças pega aquela parte lá que vocês fizeram um corte maior na Cultura, então pega dos 43 milhões e joga para a área da Cultura que é importante. No hip hop que eu vim aqui defender não foi gasto o dinheiro. Não é gasto o dinheiro, não atinge.

Secretário de Educação, você precisa fazer uma reunião com o Movimento Hip Hop, não com cinco pessoas, mas para discutir a questão do Mês do Hip Hop nos CEUs, que atinge a todos. Conversar com o Movimento porque é importante o que nós fazemos. Nós

pedimos 2 milhões voltados para o Mês Hip Hop, R\$ 2.500.000,00 da área das Secretarias de Cultura, Direitos Humanos e de Educação. Porque é uma transversalidade, o hip hop tem essa importância.

O pessoal do Esporte e das praças, essas áreas de lazer precisam ser requalificadas e precisa ter cultura lá. Se você for ao Parque D. Pedro, vai ver aquele negócio abandonado. Eu pergunto: para onde vai o dinheiro do Esporte? A grana do Esporte é muito baixa, o fundo é muito alto, mas a grana para investir em esportes é baixa. Esporte não pode ser apenas cinco ou seis modalidades, tem de ser bem maior porque tem um monte.

Só no hip hop se eu for falar, só no *freestyle*, da coisa intelectual eu entendo também o esporte, os *b-boy* como o esporte. Há outras áreas.

Precisamos colocar nas rubricas o Mês do Hip Hop, Território Hip Hop e também precisa colocar as Casas do Hip Hop. Investir nisso seriamente na cidade.

Agora precisa dar acesso. Este Governo, até agora, não fala com a sociedade civil. Os Secretários quando vêm falar com a sociedade civil eles se irritam, têm medo de falar. A sociedade civil é um montão de gente, mesmo. São as pessoas que pagam os salários para vocês serem Secretários. Aí vocês pegam a demanda para o Estado. Não pegar uma parte do Orçamento da cidade de São Paulo e mandar para empresas, porque vocês fazem muitos prédios, mas a Cidade é feita de seres humanos, são eles que pagam os impostos e têm de ter acesso a esses impostos.

Também investigar a Secretaria de Cultura que tem 52 processos no TCM e mais outros processos.

Não há investimento no hop hip e ele foi lesado. Havia cinco milhões no Orçamento, para onde foi? Todos os orçamentos que vocês estão falando para onde vão? O hip hop não está no Orçamento da cidade de São Paulo. Olhei o Orçamento e não tem.

Precisamos ter uma audiência pública do Orçamento onde o Orçamento apareça para as pessoas, porque a gente não dialoga Orçamento, a gente dialoga com muita

informação escondida. Igual ao rapaz ali que falou das obras, ele fala do investimento, mas obra em quê? Dá muito dinheiro, mas quero saber aonde vai colocar o dinheiro do cimento, porque viadutos há um monte aí prá cair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – Rapper Pirata - Para resumir, tudo o que estou falando é porque este Governo só tem mais dois anos, não é transparente, é um Governo que alguns Secretários são arrogantes, porque eles tratam mal a população. Não falo dos que estão aqui, mas estou falando do “Tobini”, de um monte de zoados que já ouvi, só aqui eu quero saber para onde vão 60 bilhões, sendo que não é mais o Doria, mas o Bruno Covas. Por que Bruno Covas não fala com a sociedade civil? Que dia vai ter uma audiência de Orçamento com o Prefeito da Cidade?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Cida Peres, em seguida o Sr. Fábio Siqueira.

A SRA. CIDA PERES - Bom dia a todos e a todas. As minhas colocações são sobre a Educação. Preocupam-me algumas coisas que estão no Orçamento, comparando a execução com este ano, como que eles vão ficar para o próximo ano?

A questão da construção dos CEUs, depois de dois anos de brigas, foram retomadas as construções no segundo semestre, só que, para o próximo ano, tem um valor simbólico. A gente que trabalhou na Administração já sabe o que significa colocar o valor simbólico lá, não vai ter recursos para continuidade das obras. É uma contradição: libera, pergunto se foi por conta da eleição e das pressões da periferia, ou se é um compromisso mesmo, porque é gasto de dinheiro sem continuidade.

A questão da manutenção das escolas. No ano passado foi anunciado que haveria um grande plano de manutenção, neste ano houve o aumento na manutenção, a maioria dos nossos prédios são muito antigos, só que tem uma diminuição grande para o próximo ano. Como que fica esse plano de reformas que foi anunciado? Em muitas escolas a reforma ainda

não chegou, estão com problemas de teto caindo e algumas coisas preocupantes.

Redução das despesas com uniforme, o número de alunos não diminuiu, mas há diminuição significativa. O que vai acontecer? Estão reduzindo ainda mais o Leve Leite, não diminuiu a quantidade de crianças nas EMEIs. No transporte escolar também há uma pequena queda. O Secretário até falou de construir escolas mais próximas das casas, mas a gente sabe que há muitas crianças que deixaram de ser transportadas por conta da cláusula da barreira física que não foi considerada. Já estivemos várias vezes com o Secretário, mas continuam tendo muitos problemas para garantir esses direitos para as crianças.

Sobre a construção de EMEIs e CEIs que estão no Orçamento, eu queria perguntar para o Secretário por que não investir na construção de Cemeis, como está colocado no Plano Municipal de Educação? As Cemeis ajudam a reorganizar a rede municipal. Ao invés de a criança ficar três, quase quatro anos em uma, dois anos na outra, eu consigo organizar melhor a otimização do prédio e, com certeza, com a Cemei - a Sheila está aí e o pessoal do Sedin pode confirmar -, a gente conseguiria organizar melhor o horário de trabalho dos servidores, para que as trabalhadoras das creches consigam ter as suas duas horas, conforme está na Lei do Piso Nacional, sem que a gente precise inventar novas leis que possam trazer prejuízos para as carreiras. Eu acho que isso precisaria ser bem considerado.

A gente discutiu no Plano Municipal unificar CEI e EMEI até por conta de crescer a rede direta e ver como que a gente continua com a rede parceira. Não é barrar os parceiros, mas sim como a gente reorganiza essa rede. Eu acho que isso precisaria ser retomado.

A minha última colocação, não foi falar da formação, porque já foi falado, mas a questão da educação integral, Secretário. Há uma equipe na Secretaria, a Secretaria faz falas, anuncia que quer investir e aumentar a educação integral, só que o recurso no Orçamento é exatamente igual, ou melhor, um pouquinho menor, no próximo ano, para as ações de apoio para educação integral. Isso significa um discurso e uma ação diferente, não há como aumentar as escolas para educação integral sem esforço de investimento maior.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, Cida.

A SRA. CIDA PERES - Já vou terminar.

A educação integral poderia trazer mais recursos do Fundeb para o Município, à medida que a gente não aumenta, a gente estabiliza esse recurso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira. Em seguida, D. Maria do Socorro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu sei, D. Maria. Estou criando um critério de as entidades representativas falarem primeiro. Foram três minutos a mais. Como a senhora é uma parceira de todos os momentos, sei que a senhora me entende, D. Maria.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Bom dia população paulistana. Bom dia senhoras e senhores Vereadores. Bom dia Secretários. É um desafio falar das quatro Secretarias, mas vamos lá, começando pela ordem de apresentação.

Secretaria do Meio Ambiente. Eu acho, com todo respeito, que foi um papelão do Secretário Eduardo ter falado e ido embora. Isso realmente não pode acontecer, até porque é só uma vez por ano a apresentação do Orçamento da sua pasta. Peço que no ano que vem seja modificado isso. É algo incrível o Secretário falar e ir embora.

Talvez, para não explicar, por que, por exemplo, dotação, manutenção e operação do Herbário Municipal não foram nada executadas em 2018. A dotação em educação ambiental não chegou a 10% na sua execução até o dia 31 de outubro. Para a dotação de fiscalização, monitoramento e controle ambiental, a 6660, só se executou 9 mil reais em 10 meses, de três milhões. Talvez, por isso, o Secretário de Meio Ambiente desapareceu do mapa.

Também no Fundo Municipal, no FMSAI, aqui dito, conservação e implementação de parques e área de conservação não se chegou a 1 milhão de reais de execução, em 10

meses, de 26 milhões previstos, ou seja, 5%. Os dados do Meio Ambiente continuam, como em todo ano, muito ruins.

A gente lembra que botaram inspeção veicular, o horror criado pelo Gilberto Kassab, que está voltando aí, o patrão do Sr. Schneider está voltando para assombrar, de novo, a municipalidade, o Estado, é uma situação realmente muito desagradável aqui. O povo dará resposta no momento oportuno.

Secretário de Educação, Sr. Schneider - que não veio no ano passado, até hoje a gente aguarda a explicação por que isso aconteceu -, o Tribunal de Contas mostra que, em 2017, nenhuma creche foi inaugurada em São Paulo, porque o número de 332 creches é igual a 2015. Para 2016 foi o mesmo número, 2017 foi igual, ou seja, por que não se aumenta o número de CEIs diretas na cidade de São Paulo? Talvez porque queiram privatizar as CEIs como foi dito aqui. As parceiras já chegam a quase 1.500 creches, é uma privatização total de um precípuo direito da população que é a educação pública. É muito grave, é um horror!

Como a EMEF, só há uma nova em 365 dias, como mostra o Tribunal de Contas, em sua página 227, estou usando material dados de vocês.

Infelizmente, os dados orçamentários da Educação também são ruins. Na sua gestão, Schneider, como Secretário da época do famigerado Kassab, houve graves problemas na questão da merenda e do uniforme. Parece que, de novo, está acontecendo, porque a execução da 2815, formação de uniforme escolar de educação infantil, CEI e EMEI, só foi executado 10%, 4,5 milhões de um total de 48 milhões. Para EMEF pior ainda, execução de 5 milhões, de 90 milhões. Infelizmente, de novo, a criança paulistana vai ficar sem uniforme completo, segundo os dados orçamentários mostrados aqui.

Eventos educacionais, culturais e esportivos nos CEUs, não foi executada nem a metade do Orçamento, até o dia 31 de outubro, em sua liquidação.

Construção de creches, fundamental demanda, de 90 o senhor executou 30 milhões, ou seja, um terço, a média é 83%, considerando os cinco sextos do ano.

Questão dos CEUs, nenhuma liquidação para os 10 primeiros meses de 2018.

Aliás, o senhor nunca priorizou os CEUs, o senhor os deixou sem nome de biblioteca, sem nome de teatro. É lamentável como a sua postura de Secretário vem reiteradamente sendo observada na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Indo agora para a pasta de Esporte e Lazer, é lamentável que o senhor não falou, Sr. Secretário João, na questão do esporte para o idoso. Estamos aqui com a D. Socorro, que sempre faz um trabalho importante, como outros também, o Jomi, Jogos do Idoso, Jori, são jogados para Direitos Humanos, para o Esporte, ninguém assume a dotação orçamentária de jogos municipais do idoso, evento importantíssimo na cidade de São Paulo.

Como também implantação na área de Esportes a dotação está zerada, nada foi liquidado nesses 10 primeiros meses. Há um monte de emendas parlamentares, nada executado, praticamente nada na questão do Esporte e do Lazer.

Também uma dotação que chamou a atenção aqui, realização de eventos de esportes, a 2897, só executou 25%.

Ampliação, reforma e requalificação de equipamentos esportivos a execução foi de 13%, baixíssima. Incentivo à prática do esporte, execução de 4 milhões, num universo de 25 milhões, também muito pouco.

Do Fundo Municipal de Esportes, a execução foi de, apenas, R\$ 1.300,00, nos 10 primeiros meses. Então eu queria entender um pouco como acontece esse Fundo Esporte, quem autoriza? Do Conselho Municipal de Esportes ninguém dá satisfação, me parece um conselho fantasma...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

O SR. FABIO SIQUEIRA - ...não há nenhuma prestação de contas de um Conselho que existe desde a época do Dr. Paulo Machado de Carvalho, anos 70. É lamentável o que

acontece também na sua Secretaria.

Gostaria, para terminar, peço a reinscrição para falar de Siurb, no final, devido à gravidade da ponte sem nome da região Sul de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – D. Maria do Socorro, depois vamos ouvir mais uma representante do Sinesp, Ana Maria, em seguida do Movimento Hip Hop o Teles Rios. Vamos depois permitir que a Mesa possa fazer uma rodada de respostas.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia à Mesa. Olha, se eu me decepciono, agora fiquei mais. Além de eles tirarem os jovens, querem eliminar os idosos, porque o que eu vejo aqui, é Secretaria de Finanças, né? Fazenda? É onde tem a verba, né?

Vou entregar em primeira mão, esse aqui ao Sr. Jair Tatto. Sou D. Socorro, do Conjunto Habitacional Águia de Haia. Falaram tanta coisa bonita, só que não falaram da região Leste. Falaram do meio ambiente, que meio ambiente? Em Itaquera, no Conjunto Habitacional Águia de Haia tem um duto que passa no meio do conjunto, que é um lixão completo; Transpetro, Petrobrás e o duto e o Prefeito, que falava que era Prefeito, nunca foi lá. Outra, nós temos sim, por que vocês se esqueceram da Leste? Falaram só na Sul e na Norte, a Leste não existe.

E vocês, jovens, arregacem as mangas, se respeitem, tenham dignidade e vão à luta para que eles respeitem vocês, porque eu continuo do mesmo jeito. Tenho 77 anos, sou do conselho da saúde, temos uma URSI no corre-corre, porque vocês prometeram a saúde, que ia ficar provisória a UBS da Vila Regina para reformar e a URSI continua. Parece que eles querem acabar com os idosos e com as crianças. Que futuro vocês têm? É a Cracolândia que eles querem? Infelizmente, só que os filhos deles não correm esse risco. É ou não é, gente?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – É ou não é? Estão com fome? Eu não. Nós queremos ampliação do PAI, da URSI, da NCI, LTI e todos os equipamentos. Conheci o avô de

Bruno Covas, um homem digno de respeito, que respeitava a periferia e vocês, infelizmente, são poucos, poucos mesmo. Só que para os idosos falta, gente, ponham isso na cabeça de vocês.

Eu, Maria do Socorro, conhecida por D. Socorro, ONG Nosso Sonho. É um trabalho social de política pública, não é faz de conta. Não venho aqui para puxar o saco de ninguém, não tenho sigla e não quero, tão pouco. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Ana Maria, do Sinesp, depois o Sr. Teles Rios, do movimento Hip Hop.

A SRA. ANA MARIA DUNKEL – Quero cumprimentar os presentes, a Mesa, essa é a segunda audiência que participo nessa semana e fico bastante contente que todos os secretários tenham vindo, porque na audiência anterior o Secretário de Saúde não se fez representar e não estava presente. Então, a primeira coisa que eu queria fazer é parabenizar todos os secretários. Isso é bacana, é um respeito para conosco. Eu sou a Ana Dunkel, sou diretora de organização sindical – Sinesp –, e a primeira coisa que eu queria justificar é a ausência do restante do nosso grupo. A diretoria se dividiu porque nesse momento temos uma conferência nacional de educação, e parte do nosso corpo diretivo está defendendo as causas da educação.

Eu vou falar sobre a zona Leste. E fui supervisora da São Miguel até o ano passado, então tenho bastante tempo de dedicação à educação pública no Município de São Paulo, e com muito orgulho. É uma educação de grande qualidade, esse depoimento eu posso dar. Viu, Dona Maria, eu também tenho orgulho de ser da zona Leste.

À medida que eu fui ouvindo o nosso Secretário Alexandre, e os outros também, eu fui fazendo algumas reflexões. E eu gostaria de trazer alguns dados para que pensássemos um pouquinho acerca do orçamento de 2019. Por exemplo, reiterar alguns pontos positivos.

Um dos pontos positivos para nós, da educação, é bastante importante: que nós

tenhamos tido chamadas dos concursos, como o Secretário anunciou. Isso é bastante importante, tanto para professores quanto para gestores. Saiu recentemente autorização para uma nova chamada de supervisores e diretores de escola, bem como está em trânsito o concurso de coordenador pedagógico. Isso é bastante importante porque nós sabemos que, nesse momento, na cidade de São Paulo, os concursos estão contingenciados. Há uma dificuldade enorme de realização de concursos para reposição dos profissionais que vão deixando o serviço público, por várias razões, e há uma dificuldade enorme. Então, se a Secretaria da Educação conseguir repor esses profissionais, é uma coisa muito importante para a gente reiterar. O concurso público é uma forma bastante democrática de selecionar as pessoas, e é nele que a gente acredita.

O referido contingenciamento tem sido atrelado a uma nefasta reforma da previdência do Município de São Paulo. Reforma essa em trânsito há algum tempo, e que foi objeto de enfrentamento no primeiro semestre – todos nós sabemos, esta Casa Legislativa também –, e novamente está tramitando. Então está sendo atrelada a chamada e a realização de concursos. Portanto, a prestação direta do serviço público lá no lugar onde ele está. E vou falar de um lugar que eu conheço bem, que é a escola. A escola está em todas comunidades. A escola pública é, sim, de qualidade, porque está em todos os lugares e é para todos, não para alguns. Nenhum a menos na escola pública, porque ela tem que atender todos. Portanto, ela é necessária. E para esse serviço de qualidade acontecer é preciso haver um corpo profissional qualificado, com gente preparada. Concorde comigo? Se você não realiza concurso e tem uma temporalidade, ou falta política de reposição de pessoal com qualidade, se compromete aquilo que chega para a população, ou seja, o serviço vai ficando de pior qualidade. A gente viu isso na audiência de anteontem da Saúde, uma denúncia de vários lugares, onde as condições objetivas de trabalho eram bastante ruins; e, na educação, também estamos enfrentando algumas coisas. Embora, volto a repetir, seja importante que tenhamos tido reposição. Mas é bastante sintomático, por exemplo, que eu tenha que repor de um a

quatro professores, devido à alta rotatividade. E por que será?

Em relação ao gasto com o pessoal, falou-se da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Município não gasta nem os 40% previstos para gastar com pessoal. Hoje, a rubrica está em torno de 38%. Então há, sim, uma clara organização de política de pessoas para desmontar o serviço público. Queríamos chamar a atenção para isso. Então pressionar, através do PL 621, para não ter reposição de pessoal impacta diretamente na população paulistana. Impacta os profissionais, mas também impacta a população paulistana.

O nosso retrato da Rede do Sinesp aponta que estamos com problema na educação – na política de formação; na reposição de pessoas, mesmo com a chamada dos concursos, porque as pessoas não se fixam na Secretaria. Há algo de sintomático aí. Tem alguma coisa errada. O profissional passa por concurso e depois não se fixa na rede.

Outra coisa importante são as questões de violência que enfrentamos na cidade. É uma outra coisa que queríamos saber.

Com relação à estrutura, a Cida falou, ou a Sheila falou, outros falaram, mas eu queria tocar num ponto nevrálgico para tentar concluir a minha falta. Eu tinha um conjunto de outras coisas para trazer.

Com relação à supervisão escolar, que tem que acompanhar a rede parceira: de cada seis equipamentos de 0 a 3 no município, cinco já pertencem à rede direta. E os senhores sabem quem é que controla a qualidade da prestação desse serviço na ponta? É um cara chamado supervisor escolar. É um profissional de carreira, concursado – que o Secretário já anunciou que vai ter a chamada. No entanto, as condições de trabalho, o número de profissionais disponíveis para atender essa rede hoje é precário.

A Secretaria também citou o manual MROSC, que é o manual das organizações sociais. Ele traz um conjunto de orientações para todos os outros setores, e, para a supervisão escolar, ele silencia. Só que o supervisor escolar é aquele agente público que todos os meses está visitando aquele CEI conveniado para acompanhar o cumprimento das metas e a

aplicação da verba pública. Portanto, precisamos pensar que o esvaziamento do serviço público impacta diretamente no controle social da prestação do serviço, inclusive nessa rede, que é a rede parceira. E isso tem que ser, pela sociedade paulistana, acompanhado, porque a qualidade depende daquele que presta os serviços – os profissionais de creche – e o fortalecimento dos mecanismos que a Administração tem para acompanhamento desse serviço na ponta.

Para concluir, peço ao Secretário, sobre a questão dos supervisores escolares: a imediata distribuição desses cargos; que a gente tenha um grupo de trabalho estabelecido pela Secretaria. Já temos a chamada autorizada, já temos um cronograma, divulgado por nós e pela Secretaria. No entanto, não temos, no horizonte, a distribuição imediata desses cargos.

Agradeço a gentileza de todos. Muito obrigada. Boa tarde. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Presentes, a Vereadora Rute, o Vereador Atílio Francisco, Relator do Orçamento.

Tem a palavra o Sr. Teles Rios, do Movimento Hip Hop.

O SR. TELES RIOS – Muito boa tarde, senhoras e senhores, presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto, Secretários, demais Vereadores, municipais, Secretário de Finanças, Secretário de Educação, Comissão de Finanças.

Meu nome é Teles Rios; represento o Largo do Socorro, a zona Sul de São Paulo e o Campo Limpo; sou irmão de um grande rapper do Estado de São Paulo, mais conhecido como Movimento Hip Hop; e estou aqui para fortalecer o meu parceiro Pirata, entre outros outros rappers, artistas que estão entre nós, nesta Casa.

Gostaria de pedir, em nome do Movimento Hip Hop, a inclusão de rubrica para as pautas de política pública do hip hop, para casas de hip hop das zonas Leste, Sul, Centro, Oeste e Norte. São rubricas de 300 mil reais da Secretaria de Cultura. Também peço rubrica para o Território Hip Hop, que são oficinas e programações – dois milhões da Secretaria de

Cultura. E também peço rubrica para o Mês de Hip Hop para 2019. É um mês específico, mas o valor é gasto durante o ano todo, que é gasto o ano todo para chegar a este mês e fazer um grande evento – das Secretarias de Cultura, Educação e de Direitos Humanos. Todas essas políticas estão previstas no Plano Plurianual de 2017 a 2021.

Eu venho em nome do Movimento Hip Hop, eu venho em nome de alguns jovens das comunidades que estão sofrendo as mazelas de estar tendo que assaltar um celular, matar um cidadão, sendo visto como jovem isso e aquilo, mas, por nós, visto como jovens que não estão sendo criados na raiz, numa idade transitória, em que precisa de um cuidado, que os pais não têm condições de dar, pela situação financeira, que estão sempre correndo atrás de alguma coisa. Então eu venho em nome desses jovens, em nome desses bairros, em nome desse pessoal que está aqui, em nome do Pirata, da nossa população, do cidadão que está cansado de ver essas mazelas atingirem nossos jovens, e eu gostaria de, através do nosso movimento, e com a ajuda dos Secretários, que fossem criadas mais oficinas, mais lideranças nas comunidades, para tentarmos amenizar a condição do nosso jovem. Eu mesmo tenho filhos jovens, eu consigo dar uma educação diferenciada para eles, mas eu creio que os que estão ao redor dele não estão conseguindo, não vão acompanhar os meus, e eu tenho preocupação quanto ao convívio daqueles jovens com os meus.

Agradeço à Casa, a todos, ao nosso movimento, em nome do qual eu peço essas rubricas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente.

Para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e para nós mesmos, Vereadores, para o nosso Relator, quero reivindicar uma atenção especial ao Parque Linear do Córrego Água Podre, uma área que já foi desapropriada há vários anos, mas na qual não foi feito nenhum investimento após a desapropriação. É uma área de nascente, e é muito importante

que se faça algum tipo de obra de intervenção para que se comece efetivamente a transformar aquela área efetivamente em um parque para desfrute da população e para a proteção da região.

Peço especial atenção à Chácara do Jockey, ao Parque dos Búfalos, onde estive neste fim de semana. É um erro crasso, histórico, feito lá com o Residencial Espanha, a construção de unidades habitacionais para 20 mil pessoas em área de nascente, em área de manancial, de preservação; mas ao menos sobrou uma parte daquilo, e precisa ser feito um investimento para que seja de fato um parque.

Para a Secretaria, eu tenho uma questão: confirmar que o Parque Cemucam nos pertence, embora fique no município de Cotia, que é uma cidade que tem uma receita *per capita* maior que São Paulo, como muitas aliás. O parque é bárbaro, eu adoro, mas fica em Cotia. Então se existe alguma tratativa no sentido de que a Prefeitura Municipal de Cotia assumira a gestão do parque, e que tenhamos, portanto, mais recursos para os parques em território municipal mesmo.

Sobre a Educação, Secretário, já foi mencionado aqui, como em muitas outras ocasiões, a questão do transporte gratuito. Lógico, depende de recursos financeiros; mas, para funcionar bem, seria preciso ter algum tipo de investimento num sistema de logística, de critérios, que não fosse o critério seco da distância com alguma tolerância que existe, porque, de fato, em distâncias inferiores a um quilômetro, você pode ter percursos muito ruins para serem feitos por uma criança, por uma mãe com uma criança no colo e outra pela mão. E o transporte escolar não é só a questão da distância, é mais da disponibilidade mesmo de algum adulto para fazer aquele roteiro, aquela caminhada com a criança até a escola. Existem projetos muito bacanas, e até recentemente, com a Política Municipal de Primeira Infância, já foi feita uma primeira ação local do território em Campo Limpo, de que as crianças tenham alguém que as conduzam até a escola que não seja necessariamente um motorista de uma van, um automóvel motorizado. Existem ações, até em cidades grandes, em que se faz a

carona a pé, em que alguém conduz as crianças até a escola por aquele trajeto. Então precisamos pensar em como resolver isso melhor, porque, de fato, existem crianças que fariam jus ao transporte escolar gratuito, mas nós, tentando acertar por um modelo, por outro – distância, *per capita* –, e acaba não encontrando um jeito que seja justo, que garanta o transporte para quem realmente faz jus a ele, precisaria dele. E claro que isso tem um impacto orçamentário.

Tem outra pergunta, Secretário, para a qual já até imagino a resposta: se existe alguma tratativa com o Governo Estadual no sentido de que os custeios das nossas unidades de ensino médio sejam feitas com recurso do estado. Eu não gostaria de transferir a gestão das nossas unidades de ensino médio para o estado porque elas funcionam muito bem, elas têm uma avaliação muito boa da comunidade escolar, de modo geral. E, se fizéssemos essa transferência da gestão, isso seria sentido pelos servidores, pelos alunos, pela comunidade. Mas, enfim, o município custeia ensino médio, e, no rigor da lei, não deveria.

Em relação ao esporte, embora possa soar meio extravagante ter o hip hop aqui, de fato, hip hop agora é uma modalidade olímpica. O Brasil deixou de participar da Olimpíada da Juventude, que já teve hip hop, porque não temos recursos orçamentários na área do esporte para fazer essa participação. E nos nossos esforços de fazer a conta do orçamento fechar, precisamos pensar em todas as renúncias de receitas, evasões, elisões, sonegação, tudo. Eu recebi, um tempo atrás, uma denúncia que eu não consegui apurar exatamente: de que as empresas que promovem corrida de rua, e são muitas, recolhem uma taxa baseada no número estimado de participantes. Depois, Secretário, me confirme se é isso mesmo. O que me disseram é que muitas vezes se declara o número de participantes muitas vezes inferior ao número efetivo de inscritos, e as pessoas pagam uma taxa de inscrição para participar. Quer dizer, talvez tenha aí uma modalidade de sonegação que eu desconhecia. Não que isso vá, necessariamente, trazer uma enormidade de recursos a mais para a Secretaria, mas isso ter sido uma prática corriqueira é bom verificarmos.

Digo isso sobre o Legislativo, de modo geral, mas o Tribunal de Contas, em especial, por ser um órgão auxiliar, um órgão de controle, de atividade-meio, e que consome, sozinho, mais recursos do que alguns órgãos executores de políticas públicas. Então tem alguma coisa errada. E nós, tanto a Câmara quanto o Tribunal, geralmente devolvemos recursos orçamentários no final do ano, sobra. A Câmara faz economias. Eu sou da Mesa Diretora, eu vejo renegociação de contratos, a gente faz um esforço, mas, ainda assim, a gente tem uma folga, quando todos os outros órgãos públicos têm um aperto. Então tem alguma coisa errada. E eu tenho alguns números do Tribunal de Contas.

O orçamento do Tribunal de Contas, nos últimos anos, passou bem de 200 milhões. Em 2016, 268 milhões, sendo liquidados 186 milhões. Então, de fato, é um orçamento folgado. Por que ele é tão alto? Porque pode. Porque dentro da porcentagem permitida, conforme as regras, a Câmara e o Tribunal, a função legislativa, podem ocupar uma determinada porcentagem do orçamento, e, como nosso orçamento é gigante, essa fatia vai lá para cima também. Então, se o orçamento é gigante, é que as nossas despesas são gigantes.

No ano passado, o Tribunal tinha um orçamento de 272 milhões, e, para esse ano – e eu fico feliz com isso –, a proposta orçamentária veio menor – 268 milhões de reais em 2019. Ainda assim, é uma enormidade de dinheiro. No ano passado, nós conseguimos, por meio de uma emenda assinada pelas onze Vereadoras da Casa, analisando e vendo que, não, esse dinheiro não vai fazer falta – retirar 10 milhões de reais de orçamento da administração geral do Tribunal de Contas para destinar a serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência, tanto na SMADS quanto na Secretaria de Direitos Humanos. E eu quero dizer, Presidente, Relatoria, que eu vou tentar fazer isso de novo. Eu identifico que o Tribunal de Contas tem um orçamento maior do que o que ele realmente precisa, e nós precisamos encontrar recursos de algum lugar para aumentar os das Secretarias-fins. E eu vou propor ao Relator que remanejemos alguns recursos previstos para o Tribunal de Contas, já que sempre sobra no final do ano, para ações do Executivo.

Só mais dois números sobre o Tribunal de Contas: no ano passado, até essa altura, novembro de 2017, o Tribunal tinha liquidado 138 milhões de reais, de janeiro a novembro. Quando terminou o ano, tinha liquidado, 222 milhões de reais. Quer dizer, no último mês do ano, o Tribunal liquidou 84 milhões de reais. São duas subprefeituras do M'Boi Mirim. Juro que eu já olhei, já fuzei, entrei, olhei de novo. É muito gasto, é muita coisa. Isso foi uma lei aprovada aqui na Câmara Municipal, no primeiro mandato, eu votei contra, mas, enfim: existe a possibilidade da concessão de algumas gratificações no Tribunal de Contas com critérios muito pouco exigentes para justificar uma gratificação. Então temos um bom número de cargos em comissão do Tribunal cujo vencimento básico é de 14 mil reais, e fazem jus a uma gratificação de incentivo de 10 mil reais. Existem, no Tribunal de Contas, mais de 100 servidores – acho que 150, mas eu não tenho o número exato agora, e não achei a minha anotação – que recebem o teto do município, cuja soma do básico mais a gratificação chegaria a 30 mil reais. Mas não pode ser 30 mil reais porque o salário do prefeito é 24. Então temos, em um órgão auxiliar do Poder Legislativo, cento e tantos servidores recebendo o mesmo salário do Prefeito, recebendo mais que o Secretário Municipal de Educação, de Obras. Não é possível. Podem ser pessoas de altíssima qualidade, pode ser que executem um grande trabalho, mas temos milhares de pessoas executando um grande trabalho e recebendo muito menos do que seria custo a gente pagar para eles. E como são muito numerosas, a conta não fecha, a gente não consegue pagar o que é justo. Mas reitero: vou procurar, nos orçamentos nossos da função legislativa... a LDO já foi aprovada com artigo dizendo que o que sobrar do orçamento do Legislativo, no final do ano, e voltar para os cofres da Prefeitura, será gasto obrigatoriamente em educação, mas, mesmo assim, eu prefiro que a gente faça um orçamento mais justo, mais enxuto e que não precise sobrar no final para voltar para educação e que a gente possa efetivamente fazer uma previsão orçamentária, com mais recursos, onde salta os olhos que não tem o suficiente.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Caro Presidente Jair Tatto e prezados colegas Vereadores, prezados Secretários, quero também cumprimentar a todos os munícipes que aqui vem participar dessas importantes audiências da Comissão de Orçamento. Eu não sou membro dessa Comissão, mas considero este encontro dos munícipes com os Secretários da maior relevância e por isso tenho feito questão de estar aqui presente. É uma oportunidade de esclarecimento muito significativa para nós e para São Paulo.

A primeira pergunta é para o Secretário de Verde e Meio Ambiente. Em 2016 o Orçamento para a manutenção e operação de parques era de 164 milhões de reais, agora, em 2017, desceu para 119 milhões. Essa queda é decorrente do quê? Por acaso de alguma concessão? A Secretária de Trabalho Aline Cardoso, na audiência sobre a Secretaria de Desenvolvimento Social, disse que a sua Secretaria estava realizando o Programa Operação Trabalho, inclusive, para a manutenção dos parques. Eu pergunto: a Secretaria de Verde tem uma previsão de implementação desta oportunidade do Programa Operação Trabalho? Em quais parques se pretende realizar?

Para a Secretaria de Esportes e Lazer noto que o Orçamento da Secretaria de Esportes e Lazer sofreu um corte grande no Orçamento da ordem de 38 milhões de reais, principalmente, o item prática de esportes. Com esse corte que já ocorre desde 2017, o que efetivamente será cortado e como é que vai se cuidar da demanda para programas que vinham sendo realizados, eles serão suspensos?

Para a Secretaria da Educação, o Secretário Alexandre Schneider nas duas últimas semanas das eleições o governo municipal anunciou que iria retomar a construção dos CEUs com recursos para 2018 e anos seguintes, mas, no entanto, na Peça Orçamentária, não vemos a previsão de recursos. Serão esses recursos ainda previstos no orçamento. A Fazenda pretende encaminhar algum substitutivo? Lembrando que durante a campanha eleitoral foi

anunciado um valor da ordem de 200 milhões de reais para a construção dos CEUs?

Para o Secretário Caio Megale agradeço se puder fazer uma análise da receita dos diversos impostos existentes em São Paulo e do conjunto das despesas do ponto de vista de se alcançar maior grau de equidade e justiça, tendo em conta, inclusive, aquele, se nós levarmos em consideração o artigo terceiro de nossa Constituição, que fala dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Ali está escrito que são objetivos fundamentais erradicar a pobreza e promover maior igualdade, tanto do ponto de vista regional, quanto pessoal. Pois bem, nos documentos apresentados pela Prefeitura, observamos, por exemplo, que nesses últimos dois anos tem havido um nível de desemprego bastante alto na cidade de São Paulo, também é visível, ainda que se tenha apenas uma estimativa, mas os próprios Secretários da área de Direitos Humanos, de Desenvolvimento e Assistência Social reconheceram aqui que tem havido um aumento muito significativo de pessoas em situação de rua, sem o devido direito a uma moradia digna. Também temos visto um grande número de pessoas que estão em ocupações e nem sempre com o devido direito à moradia para valer, portanto, o que acredito que o Prefeito e Secretária da Fazenda e todos devem ter a preocupação de como é que vamos levar adiante o objetivo de maior igualdade, equidade e justiça.

Relacionado a isso, agradeço se puder nos informar qual é o valor de isenções e incentivos fiscais, por exemplo, no documento da mensagem orçamentária está escrito que para 2019 se prevê um bilhão e 790 milhões de incentivos fiscais. Em que medida esses incentivos são compatíveis com os objetivos de maior equidade e justiça em São Paulo e obviamente como o maior município do Brasil, já que temos que estar juntamente com os governos estaduais e federal procurando atingir esse objetivo.

Gostaria de lembrar que em março do ano passado jornalistas perguntaram a Presidenta Dilma Rousseff se ela tinha cometido algum erro em seu Governo. Ela mencionou que o governo dela concedeu um volume muito grande de isenções e incentivos fiscais e com

a expectativa de que os empresários utilizariam essas vantagens para realizar maior nível de investimentos e assim proporcionar um nível mais alto de emprego, de oportunidade de trabalho.

Infelizmente o que aconteceu foi que os empresários absorveram aqueles incentivos com maiores lucros e observei que o volume de isenções e incentivos fiscais até calculado por instituições de pesquisa do Senado Federal. E para esses anos de 2017 e 2018 o valor de incentivo e isenções fiscais está na ordem de 280 bilhões de reais.

Como o Secretário Megale sabe, eu, por exemplo, gostaria de ver ainda em minha vida a instituição de uma renda básica de cidadania no Brasil, o direito de toda e qualquer pessoa, não importa a origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo origem socioeconômica de participarmos todos da riqueza comum de nossa nação através de uma renda que com o progresso do País será suficiente para atender as necessidades vitais de cada um. Já é lei, há 14 anos aprovada e sancionada, mas falta implementá-la.

O Prefeito Fernando Haddad, no último dia de seu mandato, apresentou um projeto de lei que tramita aqui e já passou por duas Comissões; de Constituição e Justiça, e de Administração Pública; aprovando o projeto na cidade de São Paulo, em cooperação com os níveis estadual e federal, se instituir a renda básica.

Se começássemos com um valor modesto, o Bolsa Família hoje assegura 89 reais per capita para os seus beneficiários. Se começássemos com um valor um pouco melhor, 100 reais por mês, 1.200 reais por ano, para os 208 milhões de brasileiros, custaria algo como 148 bilhões de reais, menos do que o valor dos incentivos pagos àquelas pessoas que detém maior riqueza. Eu cito isso como uma reflexão de preocupação e agradeço muito se puder nos dizer a sua visão sobre como alcançar maior equidade, tendo em conta os diversos tipos de impostos e também a qualidade, o conteúdo das despesas do Orçamento Municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos começar com o Secretário Alexandre

Schneider.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER – Bom, vamos lá. Espero responder a todos aqui.

Vou começar pela ordem, a Norma Lúcia, do Sinesp. Em nenhum momento eu disse que servidor é um peso, aliás, é importante dizer que os profissionais da Educação desde a minha primeira gestão como Secretário em 2006 recebem aumentos anuais de salário, aumentos no piso que depois são incorporados e - se a gente for olhar - a evolução dos salários dos profissionais da Educação é superior a qualquer categoria no Brasil.

Eu, como Secretário, gostaria de dar mais, se eu tivesse dinheiro, se a Prefeitura pudesse, eu daria mais. Esses aumentos estão baseados numa lei que eu propus para a Câmara Municipal, negociando com os sindicatos. Não foi uma lei que apareceu do além, eu propus para a Câmara Municipal.

A Prefeitura tem de escolher o que fazer com o seu dinheiro total e aí há questões relativas aos demais profissionais, mas desde 2006, os profissionais da Educação vêm recebendo aumento de salário. Valeria a pena até a gente fazer uma comparação com outros servidores públicos do Brasil e com os servidores que hoje têm emprego na iniciativa privada para verificar nesse período quem recebeu aumento igual ou superior ao que a Prefeitura deu nesse período. Isso foi uma garantia para os profissionais, inclusive.

Com relação à questão da Sheila Mendes, do Sedin, as chamadas estão sendo feitas de acordo com as necessidades. Vou dar um número para você que é importante: nesse concurso, a gestão Haddad contratou 1.249 professores em quatro anos, nós chamamos 2.882 em dois anos. Se a gente não quisesse chamar profissionais, a gente não teria feito mais do que o dobro do que a gestão que nos antecedeu fez em quatro anos. E vamos continuar chamando, tanto é assim, que em negociação com o próprio Sedin e a Claudete, no ano passado, a gente prorrogou o concurso por mais dois anos.

No caso dos PEIFs isso não é possível porque era um concurso que já tinha sido

prorrogado, mas a gente provavelmente deve fazer um novo concurso em breve porque nós somos favoráveis, a gestão é favorável aos profissionais serem concursados. É importante dar estabilidade.

Em relação aos prédios, a gente vai ter uma mistura de propostas. Já fizemos cinco Cemeis, nesse período, aliás, é um prédio onde tem CEIs e EMEIs. O primeiro Cemei da cidade fui eu que fiz, quando era Secretário, na região do Campo Limpo. Houve até uma discussão com a comunidade, porque a escola se chamava Parque do Lago, que era para ser uma escola de ensino fundamental, e a comunidade não queria. Como fica num morro muito alto, a comunidade queria que a escola fosse lá embaixo. Propus achar um terreno, nós e a comunidade fomos ao local, achamos junto esse terreno. Lá foram feitas uma EMEF e uma EMEI, nesse terreno novo, que foram inaugurados na gestão Haddad, mas a obra começou na nossa gestão.

E a gente vai continuar uma política mista com as parcerias, desde que as parcerias cada vez mais tenham uma maior fiscalização. A gente ampliou o processo de fiscalização, está chamando mais supervisores para que eles possam ter mais tranquilidade - como disse a Ana -, para trabalhar, porque o volume de supervisão que tem de ser feito aumentou bastante nos anos recentes.

Em relação à questão da formação, nós vamos continuar investindo nos processos de formação. A proposta de aumento do piso está aqui, vai ser discutida na Casa, acho que é importante e deve ser cumprida e certamente isso já está previsto no Orçamento deste ano. Já fizemos esse trabalho junto com o Secretário da Fazenda e isso vai ser retroativo a maio, o cálculo quando foi feito... Ninguém vai deixar de perder o recurso que deveria ter ganho desde maior em relação aos salários.

Em relação aos dados de infraestrutura dos CEIs, eu preciso checar, mas acho que não teve redução de valor, mas eu checo e mando para o Sedin, não tenho esse número agora na minha mão.

Pirata, digo que a gente conversa na hora em que você quiser. É só pedir ou a gente pode marcar aqui no fim da audiência. Nunca recebi nenhuma solicitação de vocês. Geralmente, sobre o movimento Hip Hop, quem trabalha diretamente com o movimento é a Secretaria da Cultura. Inclusive, quando há a semana do Hip Hop, o recurso, mesmo quando tem recurso da Educação, vai para a Secretaria da Cultura. Ela é que organiza tudo. Muitas coisas acontecem nos CEUs e aí entram recursos da Educação. Mas não há problema algum, na hora em que quiser. Se for uma coisa muito importante...

Com relação à transparência do Orçamento, e eu concordo totalmente com você. Ainda este ano, nós estamos organizando, na Secretaria da Educação, e vamos lançar um *site* que a sociedade vai poder olhar todo o Orçamento da Educação. Não vai ser aquela coisa difícil para todos nós que tem o “orçamentês”, que é a linguagem do Orçamento. É até uma parceria com a Secretaria da Fazenda. A pessoa que quiser saber um dado de um gasto qualquer, ela vai poder fazer a pesquisa do seu jeito e chegar onde estamos gastando dinheiro. Por que é que estamos fazendo isso? Primeiro, porque é nossa obrigação. Segundo, como eu disse, como a gente não tem recursos para tudo, infelizmente, a sociedade pode dizer para em vez de gastar nisso, gaste naquilo. É como a gente faz em casa, se você tem 10, você vai dividir do jeito que for melhor. E nós vamos discutir com a sociedade, com a Câmara Municipal, onde colocar o dinheiro da Educação, desde que a gente mantenha um trabalho olhando para as prioridades. Vai aumentar o número de matrículas em creches? Vai aumentar o salário do professor? Vai construir novas unidades? Vai colocar mais coisas dentro dos CEUs? Vamos discutir isso abertamente. Mas todo mundo sabendo o tamanho do bolo e para aonde está indo o dinheiro.

Eu não tenho problema nenhum quando alguém diz: “Você está gastando muito dinheiro com isso. Isso é bobagem.” Isso, para mim, não é um problema. Vou lá e corrijo se estiver errado ou justifico se achar que eu estiver certo. Então, podemos marcar.

Em relação à questão dos CEUs, o plano de obras da Prefeitura parou em 2016.

Foram duas etapas. Na primeira etapa, os CEIs e as escolas que estavam sendo construídas pela gestão anterior pararam em maio e junho de 2016. O Sr. Santoro está aqui e pode até corroborar com isso, que a obra é tocada pela Secretaria de Obras e não é tocada pela Secretaria de Educação. Acompanhamos, decidimos, planejamos e colocamos os recursos.

Parou em 2016 por quê? Porque não tinha dinheiro, nem para fazer CEU e para fazer escola ao mesmo tempo. Então, pararam as escolas para fazer os CEUs no ano de 2016. No fim da gestão, passada a eleição, em novembro, todos os CEUs pararam. Então, não foi a nossa gestão que parou. Infelizmente, talvez, se a luta tivesse ocorrido antes, nenhuma obra teria parado, mas eles pararam e o que nós temos de fazer? Chegou-se lá, com 500 milhões a menos no orçamento, sem cinco mil professores, com obra de creche parada, com os CEUs parados? Há que se estabelecer prioridades.

O primeiro movimento que fizemos – e é público – foi recompor o orçamento. Tiramos dinheiro de obra, naquela época, e de intervenções urbanas, para recompor o orçamento da Educação. Chamamos os professores – primeiramente, os contratados e, depois, os concursados. Aí, retomamos as obras das escolas, porque uma obra de escola custa mais barato e atende mais gente. O CEU custa 50 milhões de reais para atender 400 crianças. Uma EMEI atende 450 crianças. Falo do CEU no modelo atual, e não no modelo anterior. É o modelo recente. Uma EMEI atende 450 crianças e custa sete milhões de reais.

Mais uma vez: prioridade. Há que se escolher. Posso ser acusado de ter feito a escolha errada, mas eu preferi retomar as obras e depois retomar os CEUs. As obras foram retomadas e já entregamos várias dessas obras. Foram 17 obras entregues e há mais 30 obras que estão em andamento na Cidade e vão ser entregues. Os CEUs também foram retomados.

Eu já adianto a questão em relação ao Orçamento do ano que vem. Podemos até mexer na Peça, aqui, na Câmara, e tal, mas temos o acordo do Parque Augusta, cujo recurso vai entrar para a retomada dos CEUs. Temos recursos da corrupção do Maluf, cuja recuperação começou desde a gestão Kassab e foi terminada na gestão Haddad. Temos,

também, recursos de uma troca de fonte que nós vamos fazer no fim do ano, de recursos do Fundeb, pois tivemos um excesso de arrecadação e vamos trocar para fazer com que essas obras continuem andando. Elas vão continuar andando. Isso é um compromisso. É um compromisso do nosso Governo e ele vai continuar. Nós retomamos essas obras.

Como eu disse, algumas obras, inclusive, não têm demanda de Educação. Não sei quem aqui conhece a obra, lá, do Carrão, por exemplo. No Carrão, havia um clube maravilhoso em curso. Tinha uma piscina dos anos 50. Era um negócio espetacular. Quem quiser, desce na estação do Carrão. Da escada já dá para ver. Aí, quebraram o clube. Deixaram tudo parado e hoje a demanda da comunidade é para retomar o clube. Não é para fazer o CEU, mas decidiram fazer. Temos de continuar, porque a obra mais cara é a obra parada. Nós retomamos isso, inclusive, com a Secretaria de Esportes. Ali nós vamos retomar, primeiramente, a área esportiva e cultural, para depois verificar como vamos fazer com a escola.

Em relação à manutenção, há cem milhões no ano que vem. Neste ano havia muito menos do que nós gastamos. Gastamos mais de 200 milhões de reais neste ano. Nós somos bons para gastar dinheiro. Nós vamos achar dinheiro e vamos continuar mantendo as escolas. Infelizmente, a Rede Municipal ficou sem contrato de manutenção de escola durante cinco anos. Cinco anos! Como eu disse aqui, são questões administrativas, etc. Não estou criticando ninguém, mas nós retomamos isso e já há 350 escolas, hoje, passando por manutenção.

Então, realmente, em algumas escolas, quando eu cheguei, quando chovia, tinham de se separar os alunos, mas eu vou fazer o quê? Posso ficar reclamando do passado ou posso resolver. Nós resolvemos. Nós fizemos uma licitação. O Sr. Santoro está aqui. Foi quem fez isso. O Sr. Caio, Secretário da Fazenda, trouxe os recursos. Nós estamos fazendo a manutenção e vamos continuar.

Uma coisa que eu me esqueci de dizer e que também ajuda para pequenos consertos é o PTRF, que é o dinheiro que vai diretamente para a escola. O ano passado foi um

ano difícil. O orçamento previa apenas dois repasses do PTRF, do dinheiro que vai diretamente para a escola. Neste ano, conseguimos recompor esses repasses e dar um aumento no valor que é repassado para as escolas. Portanto, é mais recurso direto na mão da escola.

Em relação à despesa de uniforme, para o ano que vem há o mesmo valor deste ano. Não é um valor menor. São 124 milhões de reais.

Para o Leve Leite são 74 milhões de reais. Neste ano, está mais ou menos em 70 o valor. Então, é um valor superior ao deste ano. Foi uma decisão complexa fazer a reestruturação do Leve Leite, mas hoje a prioridade é para crianças que estão em situação mais vulnerável e para crianças que estão na primeira infância. Essa foi uma requalificação do programa.

O programa custava 366 milhões de reais no ano passado, para um orçamento que foi feito para nós, deixando 143 milhões de reais. Hoje ele custaria mais ou menos 400 ou 500 milhões de reais. Mais uma vez, tivemos de fazer uma escolha e estava difícil para a Prefeitura. O próprio Governo Haddad parou de entregar o leite no segundo semestre de 2016. Nós entregamos na Secretaria o leite que não foi entregue no fim de 2016. Isso está documentado. Está nos jornais.

Pensou-se, também. Com relação a muitas dessas coisas que eu estou dizendo aqui, eu não estou falando mal de governo, não, porque boa parte das decisões que tomamos foi sugerida pela Sra. Nádia Campeão, que eu quero elogiar publicamente mais uma vez, porque fez uma transição exemplar conosco. Eu não sabia de nada de errado que havia na Secretaria quando eu me sentei lá. Não sabia de nenhum problema, de nenhum desafio que eu ia ter, e muitos dos programas que nós refizemos e construímos foram sugestões dela, à mesa. Eu tenho tudo isso anotado. Então, para não ficar no “Fla-Flu”, temos de falar a verdade.

Digo o mesmo sobre o Sr. Gabriel Chalita, que, todos sabem, foi o principal conselheiro do Prefeito Haddad na área da Educação e foi seu candidato a vice. É meu amigo e também me deu uma série de conselhos antes de eu me sentar na Secretaria. É alguém com quem ainda mantenho uma relação bastante cordial e de amizade.

Em relação ao transporte escolar, neste ano o orçamento era de 217 milhões. No ano que vem será de 243 milhões de reais. Reorganizamos o transporte escolar. Tiramos fotos das barreiras físicas. Fizemos um trabalho que foi bastante difícil, com os transportadores escolares, porque o modelo adotado anteriormente não favorece nem a Prefeitura nem os transportadores, as crianças e as escolas.

Quando a Sra. Marta Suplicy criou o transporte escolar, para mim, além de ser um programa extraordinário, foi o melhor modelo que nós tivemos até então. Funcionava. Há dois transportadores escolares que eu estou vendo aqui. Negociamos, inclusive. Já me bateram muito e depois chegamos à paz. Porém, funcionava muito bem. Por quê? Porque era quase um fretamento. Então, fazia-se a licitação. Tanto o transportador autônomo quanto o transportador de uma cooperativa sabiam quantas crianças iriam transportar – e as escolas também sabiam quem era o transportador que ia chegar lá.

Na gestão anterior, por conta de um questionamento do Tribunal de Contas, o que se fez? Um credenciamento de transportadores, em que o privado pode competir com o da Prefeitura. Então, para quem não conhece o processo, alguém que transporta 15 crianças em um carro de 20, de maneira privada, com contrato com a mãe ou com uma escola privada, pode vir e pegar cinco crianças da Prefeitura. Com isso, houve um número muito maior de credenciados do que o número de crianças para serem transportadas.

O que acontece? Se é um sistema aberto, como é o caso da Uber ou de outros, o preço tende a baixar. No caso do sistema de transporte da Prefeitura, como é um sistema fechado, as pessoas começam a brigar por aluno. Começaram a brigar, literalmente, com o aluno, entre eles e, depois, eles com a Prefeitura.

Tive até uma visita. Ficaram lá por um dia. Passaram uma noite lá, na Secretaria. Foram muito bem tratados e tal. Sempre discutimos. Eu nunca tive nenhum problema em discutir com ninguém e nunca descumpri um compromisso com os transportadores escolares. Inclusive, naquele dia em que a Secretaria foi ocupada, eu pedi para subir no caminhão para

falar diretamente e os transportadores me pediram: “Não venha porque o clima está muito difícil.” Nós fizemos, depois, uma reunião nesta Casa, onde assumimos compromissos mútuos e tanto os transportadores como nós cumprimos cada um desses compromissos. Aumentamos o valor repassado por criança. Vamos continuar trabalhando com eles e com as escolas para ter um bom sistema de transporte escolar na Cidade.

Para quem quiser conhecer um pouco mais, o Tribunal de Contas fez um relatório dizendo que não reduzimos o programa. Hoje, há um trabalho que está sendo feito por alguém insuspeito. Trabalhou até com o seu irmão. O Sr. Ciro Biderman, economista da FGV, trabalhou na gestão passada inteira com o Sr. Jilmar Tatto na Secretaria de Transportes e o relatório preliminar dele diz que o que a Secretaria fez com o transporte escolar nesse momento é exemplar. Ou seja, não é ninguém do partido do Prefeito. Não é nenhum amigo meu. Alguém que trabalhou na gestão anterior está dizendo que o que fizemos foi bastante correto. Podemos melhorar e vamos trabalhar para melhorar, sempre desse jeito, transportadores, Secretaria de Transportes, Secretaria de Educação e as escolas.

Quanto às EMEIs e Cemeis, há cinco que nós vamos fazer.

Em relação à educação integral, precisamos fazer um aposto, aqui. A educação integral está dentro de um departamento da Secretaria, que é a Coceu. É um departamento que cuida de coisas como o *hip hop* e apresentações nas escolas ou nos CEUs. Cuida dos CEUs e lá também está a educação integral. Inclusive, quem cuida disso trabalhou na gestão anterior muito bem.

O que caiu foi o orçamento desse departamento em relação a este ano. Caiu de 14 milhões e 600 para 14 milhões, mas a educação integral não depende desses recursos para funcionar. Depende do quê? De ter professor na escola, de ter projeto, de ter espaço. Vamos continuar trabalhando para ampliar a educação integral no Município – se tiver espaço, porque também estamos fazendo um trabalho nas EMEFs, nas escolas de Ensino Fundamental, para reduzir o número de alunos, especialmente nos anos iniciais.

Sr. Fabio Siqueira, eu vou ter o cuidado de tratar o senhor com mais educação do que o senhor me tratou. Minha avó costumava dizer, em casa, quando eu era pequenininho: “Alexandre, seja sempre educado e lembre-se do seguinte: cada um dá o que tem.”

Eu vou começar com a questão dos CEUs. O senhor falou que eu nunca dei prioridade aos CEUs. A Cidade tem 46 CEUs. Desses, 22 foram feitos pela Sra. Marta Suplicy, 24 foram entregues por mim como Secretário e o único que o Sr. Haddad entregou foi feito por mim, com a comunidade do Heliópolis. Foi um projeto que eu desenhei com eles desde o início e nunca deixei de reconhecer o valor daquilo que a Prefeita Marta fez – e que a Sra. Cida, que está aqui, fez. Ela era Secretária na gestão da Sra. Marta, quando foram feitos os CEUs. O próprio Prefeito Haddad foi generoso comigo, no dia, porque, em Heliópolis, disse que a obra tinha começado na nossa gestão.

Eu não me preocupo muito com o nome na placa. Outro dia, fui a uma escola que fica na zona Sul, que é a Sócrates Brasileiro. Aconteceu uma coisa interessante. Aquela escola foi entregue por nós, mas o meu amigo Chalita, quando a escola mudou de denominação, colocou uma placa de inauguração lá. Na verdade, a escola mudou de nome, mas ela está ali, como se tivesse sido inaugurada pela gestão anterior, e não pela nossa.

O senhor conhece bem lá, Sr. Santoro. É aquela escola alta. Tem um conjunto habitacional atrás. Agora, inclusive, estamos trabalhando com eles para anexarem um terreno lá. Enfim, há um projeto que vai lá, logo, para vocês. Assim, a placa, para nós, não é importante, mas o que é importante é entregar e nós vamos entregar esses CEUs, sendo eu o Secretário ou sendo qualquer outra pessoa.

Em relação aos uniformes, talvez tenha havido um equívoco, pelo seguinte: realmente foram liquidados 9,3 milhões, mas isso é o resto do uniforme do ano passado. Como é que funcionam os uniformes? Isso é importante, também, que todo mundo saiba. Começamos a tomar o cuidado, desde o ano passado, de fazer a compra no ano anterior, para não atrasar. Inclusive, neste ano, não atrasou o uniforme.

Entretanto, são 430 mil crianças no Ensino Fundamental, mais umas 280 mil crianças na pré-escola, que recebem uniformes. Todas elas precisam que o pai nos entregue o tamanho. Precisamos saber a que escola ela vai. Muitas vezes, é um processo bastante difícil para a Administração Pública tocar. Todavia, acho que também tivemos neste ano quase 40 mil crianças que entraram no primeiro semestre – e até março ou abril também fazemos um pedido para comprar o uniforme para essas crianças. Por isso, talvez, essa liquidação seja referente ao passado. Para deixar todo mundo tranquilo, o valor do uniforme do ano que vem já está empenhado e nós vamos entregar no início do ano, também, os uniformes.

Em relação às entregas, entregamos 17 escolas. Eu vou até pedir para o pessoal no Tribunal para dar uma olhada nesse relatório. Não tenho conhecimento desse relatório, mas queria até ver. Entregamos 17 escolas entre o ano passado e este ano, que foram as que retomamos. Estamos aí, com 30 em andamento, mais os CEUs. Enfim, queremos começar outras. Conseguimos recuperar dinheiro do Governo Federal e do Governo do Estado. Há uma aprovação, também, no Fumcad, para que comecemos algumas obras novas.

Sra. Ana Maria, deixe-me ver se está faltando alguma coisa aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER – Isso nós não vamos fazer. Nós não vamos tirar as unidades parceiras dos prédios e colocar... Nós não vamos fazer. É melhor eu dizer que nós não vamos fazer do que eu enrolar. Isso nós não vamos fazer. Nós vamos seguir a política que a Prefeitura já tem há alguns anos. Eu entendo o drama dos profissionais que estão...

Ela quer o seguinte: hoje temos... Isso vem acontecendo há muito tempo, já, mas nas gestões anteriores houve muitas creches inauguradas e todas elas foram entregues para entidades parceiras da Prefeitura. Há um pedido que, do ponto de vista do sindicato, é um pedido legítimo, porque o sindicato tem de defender essa questão, mesmo. Temos de respeitar. É para que tiremos as organizações de lá e coloquemos a Administração Direta da

Prefeitura. Porém, uma entidade parceira da Prefeitura também presta um serviço público.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER – Podemos discutir a qualidade em outra possibilidade. Podemos discutir a qualidade. Eu conheço escola, gente. Olhem, eu ando por escola o tempo inteiro e eu posso dizer que eu conheço muita entidade parceira que tem a mesma qualidade das outras escolas...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Então assim, eu entendo, é um pedido, mas não vamos fazer como nenhum Governo fez e nenhum Governo que passar depois da gente fará. Entendo e é uma questão, foi feito um concurso para Professor de Educação Infantil, os que atuam nas creches, temos 12 mil professores de Educação Infantil na rede que atuam nas creches. E o concurso feito na Gestão anterior aprovou 24 mil, então basicamente para chamarmos todos – o pedido básico que todos fazem – teríamos de mandar todos que trabalham hoje embora, chamar uma vez e mandar todos embora de novo.

Então acho que foi um erro aprovar o dobro do número de pessoas que cabe na rede porque infelizmente não vamos chamar todos. Prefiro vir aqui falar a verdade a enrolar porque aí ninguém vai me cobrar de ter dito que vou pensar e não pensei. Isso é impossível fazer e infelizmente não faremos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - A Claudete é do mesmo partido do Haddad. O Haddad fez essa política em quatro anos. Então se fosse possível.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Não. Tenho muito respeito pelo Prefeito Haddad.

É lógico, mas a bancada sindical tem de defender e respeito isso. Mas o dia que o Sindicato e o Secretário ou o Prefeito concordarem em tudo, ou o Prefeito está errado ou o

Sindicato está errado. Vamos ter divergências sim. Essa é a natureza do trabalho de vocês e do nosso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Mas é dinheiro público e o fato de ser dinheiro público não quer dizer que não possamos conveniar. Mas pela sua lógica temos de recriar a CMTC, por que o transporte é feito por um privado? É dinheiro público do mesmo jeito. Pela sua lógica tudo tem de ser estatal. Tem muita gente que defende isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Mas é uma boa luta. Acho importante que o senhor se junte com pessoas que querem isso e elejam alguém que faça isso. Estou falando isso com o maior respeito do mundo. Não estou sendo irônico e tal. Estou querendo dizer que não vamos mentir. Basicamente é isso.

Supervisão escolar. Criamos um grupo com os próprios supervisores para nos ajudarem a fazer o desenho. Vamos logo fazer essa distribuição. Não tenho data, mas será este ano porque no próximo teremos de começar com os novos diretores e supervisores.

Hip hop já falamos. Vereadora Soninha, a questão da logística, eu a convido depois para dar uma olhada nesse processo, inclusive, tem uma página da internet na Secretaria que põe todas as regras do transporte escolar, como é feito, quais são as barreiras físicas, etc.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretário, só um ponto, é um desafio sempre na Assistência Social, Saúde e Educação, como criar uma regra geral justa e lida com as exceções que não se enquadram na regra e que fariam jus. É um desafio.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - É um grande desafio, Soninha. Verdade. Agora, é sempre uma escolha porque a partir do momento que aceito quebrar a regra, aceito que eu mesmo decida discricionariamente quem vai ter e quem não vai ter. Era assim com vaga em creche na Cidade até 2007 e colocamos uma fila. Hoje com essa fila na internet ninguém pode pular na frente de ninguém. É difícil. É um grande desafio, mas prefiro

um mundo com regras a sem nenhuma. Acho que é melhor. Mas podemos estudar alternativas.

Em relação ao Governo Estadual acho difícil que nos ajudem com custeio das escolas de ensino médio. Acho que as escolas de ensino médio do Município têm um papel muito importante para a rede, um trabalho já de um bom tempo e devemos investir mais nessas escolas, mas dificilmente nos passariam recurso para manter essas escolas. Vamos ver.

Professor Suplicy, acho que a questão dos CEUs com essa composição está resolvida.

Agradeço a todos e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Secretário. Tem a palavra o Secretário de Esportes, João Farias.

O SR. JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS – Vou começar respondendo ao Vereador Suplicy porque a partir da resposta, inclusive, nos permite fazer aqui uma reflexão que cabe a esta Casa e a todos os agentes políticos do Brasil e também ao plenário aqui.

De fato, Vereador, o orçamento no Esporte teve uma diminuição de 2018 para 2019; reflexo da diminuição que teve de 2017 para 2018; reflexo da diminuição de 2016 para 2017; de 2015 para 2016; de 2014 para 2015. Ou seja, o Brasil como um todo trata a questão do Esporte e da Cultura no momento de crise como principal instrumento a se tomar recursos para sanar problemas nas áreas de Educação e Saúde.

Ou seja, criou-se uma cultura no Brasil de que Esporte e Cultura, em momento de crise, são políticas secundárias. E a maior prova é que isso está embutido no inconsciente de cada um de nós, basta ver a quantidade de perguntas desta audiência para a Educação e a quantidade de perguntas para as outras pastas.

Não que não seja legítimo e é lógico que é legítimo alguns setores se mobilizarem mais do que outros. Mas enquanto o Esporte e a Cultura não forem tratados por todos, sem exceção, agente público e cidadão, como política educacional inclusiva vai continuar sendo a política pública a sofrer cortes em momento de crise.

E é isso que vem acontecendo no Esporte não só em São Paulo, mas em todo o Brasil já há alguns anos. Para entenderem do que estou falando, o orçamento da Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo, em 2013, era na casa de 700 milhões de reais. Hoje vamos fechar o orçamento executando 96% do orçamento em aproximadamente 160, porque tivemos um congelamento de 30% no início do ano que não foi só para o Esporte, mas para todas as secretarias.

O problema é que o Esporte por ter já um orçamento menor fica um pouco mais achatado. E como se resolve isso? Fazendo adequações. E estamos trabalhando no sentido de fazer adequações. Por exemplo, diminuindo de forma substancial o gasto de recursos com eventos. A Virada Esportiva que vai acontecer 01 e 02 de dezembro, vai custar aos cofres públicos aproximadamente 1 milhão e 400 mil reais. Eu acho muito. Mas já se gastou na Virada aqui em São Paulo algo em torno de 6 milhões em dois dias, em detrimento de podermos colocar nos clubes escolas projetos continuados. E esse é o nosso foco.

Então estamos fazendo uma Virada mais enxuta e com a perspectiva de no ano que vem trabalhar a Virada com recursos da iniciativa privada, porque se não tenho dinheiro para fazer um evento pontual que consome muito recurso em apenas dois dias, preciso ter dinheiro para poder retomar com força os clubes escolas, que foram os mais afetados nos últimos anos por causa da crise financeira. E são os mais importantes, oferecem oficinas para a criançada, jovem, adulto e para o idoso.

Hoje temos um número limitado de oficinas nos clubes escolas se comparado aos anos anteriores, porém a maioria das oficinas que temos está ligada à terceira idade. E posso listar várias: a yoga; zumba; balé; dança para terceira idade, com quatro bailes por ano realizados pela Secretaria.

Ou seja, os idosos são os que mais utilizam os equipamentos esportivos que a Secretaria Municipal de Esportes tem, porém ainda é insuficiente. Não viemos aqui para ficar enganando e muito menos falando o que não é verdade. Lógico que a cidade de São Paulo

hoje carece de maior investimento na área esportiva. É evidente que os recursos destinados à Secretaria, perto do que representa o número da nossa população, são insignificantes do ponto de vista do que precisaríamos, mas não por isso vamos deixar de trabalhar no sentido de fazer, realocando melhor os recursos.

E a Câmara Municipal tem um papel fundamental porque pode junto com os demais pares repensar, Vereador Atílio, o orçamento do Esporte para este ano. Por exemplo, discutir melhor a demanda de emendas dos Vereadores numa perspectiva de priorizar o que é mais fundamental na área esportiva e pudesse ter um projeto continuado.

Então é essa a nossa perspectiva e aproveitamos, inclusive, para responder a pergunta feita em relação à execução. De fato, a execução não se deu na sua totalidade por causa do congelamento, mas até o final do exercício vamos executar pelo menos 96% daquilo programado para o ano de 2018, levando em consideração que não estou colocando aqui o congelamento feito no orçamento.

Em relação ao Fundo Municipal de Esportes, um recurso que existe na Secretaria Municipal e só pode ser utilizado com a aprovação do Fundo composto de forma paritária entre representantes da sociedade civil e do Poder Público. Esse Fundo há dois anos não aprovava nenhum projeto. Nenhum projeto foi apresentado para o Fundo para que pudesse ser aprovado.

Logo que assumi a Secretaria, dia primeiro de julho de 2018, solicitamos que nosso Departamento de Engenharia fizesse um levantamento criterioso de onde precisaríamos investir recursos, principalmente na manutenção dos clubes municipais. Visitei os 48 clubes municipais de São Paulo e percebi a precariedade deles. Chamamos uma reunião do Fundo e conseguimos aprovar um investimento de quase 7 milhões de reais desse dinheiro para ser investido na recuperação dos clubes.

Isso ainda não aparece no orçamento porque ainda não se deu a execução imediata da obra. Ou seja, ainda está em processo de liberação de verba, de acerto com o

Tesouro – estão me avisando que acabou de ser autorizado. Ou seja, o orçamento real hoje do Fundo não são os 9 milhões. O Fundo tem aproximadamente 2 milhões disponíveis.

E o recurso do Fundo é oriundo daquilo que recebemos com locação dos nossos equipamentos. Temos aqui o Pacaembu, um dos principais que nos traz recursos, mas também as taxas públicas pagas para entidades que acabam utilizando com mais periodicidade os nossos clubes municipais. Então estamos tentando na medida do possível fazer com que o Fundo Municipal tenha utilidade.

Em relação ao Conselho Municipal de Esportes, você tem razão. Está inativo. O mandato venceu agora em agosto e estamos num processo de recomposição do Fundo. Em breve vamos chamar uma reunião do Conselho Municipal por entender que o Conselho tem um papel importante, principalmente no quesito de discutir as ações da Secretaria, haja vista a dificuldade financeira que a Secretaria enfrenta.

Em relação às corridas de rua, Vereadora Soninha, não consegui detectar desde o dia que assumi se de fato existe essa sonegação no que diz respeito às taxas de inscrição, até porque as inscrições para as corridas são feitas através de site em que se tem a possibilidade de saber exatamente o número de pessoas que se inscreveram para a corrida. Já tinha ouvido falar sobre isso, porém no que pude apurar até o momento não tenho condições de afirmar que exista um esquema de desvio ou de ocultação do número de inscrições e as empresas favorecendo.

Mas constatei e queria de primeira mão avisar à Câmara que estaremos mexendo nisso o ano que vem. As corridas de rua, em São Paulo, vêm se tornando algo vantajoso do ponto de vista comercial. Só este ano vamos ter 150 corridas de rua, significa em média duas a três por fim de semana. Qual é o problema? Mais de 80% dessas corridas estão concentradas na região do Centro expandido. Não estão nas periferias da cidade de São Paulo. Para mim elas acabam deixando de cumprir aquilo que é o objetivo fundamental, estimular as pessoas a fazerem atividade física.

Vejam, se eu não levar uma corrida de rua lá para o extremo da zona Norte, Leste e Sul, só vai participar de corrida de rua quem gosta de fazer corrida de rua. Então estamos replanejando a quantidade de corridas de rua para o ano que vem estabelecendo para os organizadores privados que querem fazer corrida no Centro Expandido tem de haver uma proposta de contrapartida: a realização de outra corrida numa região periférica da cidade de São Paulo para buscarmos atender a população da periferia no sentido de estimular a prática de atividade física.

Para a rapaziada do Hip Hop quero dizer que temos 48 clubes municipais de esportes espalhados na cidade de São Paulo. Todos à disposição da população para atividades e práticas esportivas e de lazer, inclusive, principalmente para vocês. Por favor, nos procurem na Secretaria, vamos ocupar os centros esportivos da Cidade que estão se deteriorando, seja por falta de manutenção, seja por falta de ocupação da comunidade. E quando a comunidade não ocupa quem ocupa é o crime. E precisamos trabalhar para que a comunidade ocupe. Essa é a nossa meta e o nosso objetivo hoje na Secretaria de Esportes, fazer com que os clubes municipais se justifiquem com o gasto que a Secretaria tem porque consomem mais de 70% do orçamento da Secretaria só em manutenção.

Para não me estender muito, no orçamento deste ano, dos 160 milhões aproximadamente que vamos gastar, mais de 100 milhões é só para manter o clube com contrato de limpeza, manutenção, energia elétrica, água, segurança e não é sem uso, mas subutilizado. Poderia ser muito mais utilizado. E pode ser utilizado se a comunidade procurar esse espaço, dialogando com o coordenador, porque a ordem da Secretaria é que a comunidade ocupe os clubes. Não há restrição. A única restrição de utilização de clubes que tinha foi derrubada: o Pacaembu só podia receber gente que tivesse a carteirinha do Pacaembu. Se você fosse sócio do nosso clube, no Curuçã, zona Leste e quisesse frequentar o Pacaembu não podia porque tinha uma portaria proibindo.

Nós não só revogamos a portaria como também organizamos excursões todos os

finais de semana para o Pacaembu. Os clubes municipais da periferia de São Paulo passam o dia usando a piscina, a quadra poliesportiva, fazendo visitação no Museu do Futebol, participando de atividades organizadas pela Secretaria, inclusive, para demonstrar que o Pacaembu assim como qualquer outro equipamento é público. Então para deixar muito claro, a determinação que temos do Prefeito Bruno Covas é fazer com que os equipamentos tenham sentido na sua utilização.

Para concluir, é evidente que não podemos aqui nem mentir e nem deixar de falar a verdade. Quero só fazer uma justa defesa do Prefeito Bruno Covas em relação ao comportamento dele na condição de agente público desde que assumiu. Quem entrar na agenda pública do Prefeito vai ver que ele não para no gabinete. Então não é verdade que o Prefeito não visita a periferia, se você abrir vai ver que o Prefeito no dia de hoje já esteve na zona Leste. Ontem estava na região da Vila Brasilândia inaugurando UBS, acompanhando obras do Hospital. Podemos ter diferenças políticas, discordâncias. Isso é legítimo e saudável, mas o que é de César é de César. O Prefeito está indo na periferia, visitando os equipamentos públicos, dialogando com as pessoas, nem sempre concordando com tudo o que ouve ou podendo fazer tudo que querem, mas não está deixando de cumprir com a obrigação dele, buscar dentro das limitações que tem fazer o melhor na condição de agente público.

Muito obrigado.

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Sr. Rodrigo Ravena, Chefe de Gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

O SR. RODRIGO RAVENA – Boa tarde. Vamos tentar responder o mais rápido possível, começando pela questão da Dona Socorro quanto à atuação da Secretaria na Zona Leste. Eu queria chamar atenção, o Secretário fez uma apresentação das metas e das atividades principal da Secretaria com relação ao Sampa Verde, ao plantio e manutenção de áreas verdes. A área prioritária da atuação da Secretaria é a zona Leste, o plantio está

prioritariamente destinado para a zona Leste, a Secretaria está num movimento de levar para a zona Leste. O que o Secretário chamou atenção é que vamos criar uma unidade no planetário no Carmo, não precisa ficar tudo no Ibirapuera, a gente tem que levar para lá também. Então a gente tá fazendo um movimento para organizar e não só organizar, mas atender a meta que a Secretaria tem que cumprir e a área prioritária, por conta de ilha de calor e tudo mais, é a zona Leste. Então a gente tem uma política voltada sim para a zona Leste.

Com relação à pergunta do Carlos e um pouco também à pergunta do Vereador Suplicy com relação à execução orçamentária, o que temos buscado - como o Secretário Caio Megale destacou em sua fala - e é um exercício permanente de todas as secretarias, é buscar fontes alternativas de custeio, efetivamente verificando o que necessário ser gasto ou não. Fizemos um enxugamento nas previsões do que estavam registradas no Orçamento, executou-se o que era possível e se executou muita coisa em parceria e com a iniciativa privada nos apoiando na execução das atividades da Secretaria.

Quanto à manutenção dos parques, o orçamento prevê a concessão do Ibirapuera e da Chácara do Jockey e, mais que isso, a criação do que o Secretário chamou atenção aqui, do projeto Parque Legal, que é buscar na comunidade, na iniciativa privada apoio para manutenção e custeio dos parques. Então tá justificado, mais ou menos, porque a previsão é que comece a partir desse ano, com mais força.

A questão da parceria da Secretaria do Trabalho com o Verde para capacitação de pessoas para manutenção e limpeza dos parques, sim, é verdade. A gente tá fazendo uma série de parcerias com as secretarias buscando a transversalidade com a Secretaria do Verde nas atividades que tem correlação com o meio ambiente e preservação.

Vereadora Soninha, o Parque Água Podre tem licitação prevista, a primeira fase está em andamento esta semana, estamos licitando gradil e calçada. Semana que vem, licitação do LEPAC, do projeto de implantação. Então a primeira fase já está em andamento, este ano a gente complementa. Na Chácara do Jockey, a gente está em conversa permanente

com a comunidade por conta de entender o programa de parcerias e a concessão de parques. Um dos parques prioritários é o Parque Chácara do Jockey. Já fizemos quatro reuniões com a comunidade, fizemos uma audiência pública ontem e devemos fazer outra, até o final do mês, para envolver a comunidade e garantir o funcionamento eficaz do Parque Chácara do Jockey. O Parque dos Búfalos, a despeito de não querer entrar no questionamento quanto à validade ou não do conjunto habitacional no meio do Parque, a gente tá fazendo o seu cercamento. A primeira fase de implantação do Parque, os dois pedaços que sobraram já estão em andamento. A gente está fazendo o cercamento, já fez o levantamento planialtimétrico, e está discutindo com a comunidade a implantação do Parque em si, que é a segunda fase. Por fim, o Parque Cemucam, que está fora do Município, só que é o maior viveiro da Cidade. Então o maior viveiro que a Cidade tem lá está. Então se simplesmente transferir para o município de Cotia, vamos ter de comprar uma área enorme em São Paulo para transferir um viveiro monstruoso, que nós já temos lá. Então nós não temos conversado com Cotia para entregar o Cemucam para eles, eu quero o Cemucam.

Acho que eu consegui dar conta das perguntas que cabiam ao Verde.

Fico à disposição.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO RAVENA - Eu falei, Vereador. Nós estamos montando uma portaria intersecretarial, e isso já existia na Secretaria do Verde, que era a capacitação de pessoal para cuidar das praças, cuidadores de praças. Estamos estendendo esse projeto um pouco mais, com a Secretaria do Trabalho, para possibilitar que essas pessoas venham para o parque, ajudem, que é uma forma de ajudar a diminuir custo com manutenção e dar trabalho às pessoas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - São aproximadamente quantas pessoas?

O SR. RODRIGO RAVENA - Eu não lembro quantas eles falaram, mas inicialmente

eram 300 pessoas. Eu não sei, foi apenas uma conversa, a gente está formalizando, e deve estar entrando em atividade a partir do ano que vem.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Secretário Luiz Ricardo Santoro, Secretária de Serviços e Obras.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Foi comentado sobre uma série de assuntos, eu tenho só um assunto que acho vale a pena ser esclarecido. Não foi perguntado, mas acho que vale a pena a gente comentar.

Em termos orçamentários, se olharmos o ano passado, isto é, 2018 para 2019, há uma redução na previsão da fonte 02, nos recursos federais. Se observarmos a nossa execução este ano, está baixa porque não teve essa transferência de recursos. Então foi uma opção da Secretaria da Fazenda, junto conosco, fazer uma previsão orçamentária mais realista quanto à previsão de recursos que serão destinados a cidade de São Paulo.

Então não teve esse questionamento, mas acho que vale a pena citar. Provavelmente eu seria questionado, e gostaria de deixar esclarecido aos senhores.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigado, Secretário.

Desculpem a distração, mas por alguma barbeiragem nossa na condução da audiência pública, há um número de pessoas que se inscreveram para falar, no tempo das inscrições abertas, que não chegaram a se manifestar. Infelizmente, alguns dos secretários já saíram, não sabiam que tinha gente escrita que não se manifestou.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu só posso pedir desculpas, eu não sabia, eu também acabei de saber que havia essas pessoas. Foi algum erro no manejo das inscrições. Deixe-me perguntar, por favor, levantem as mãos os que se inscreveram e não chegaram a falar.

- Pausa.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – São 13 inscritos. São mais 39 minutos de falas.

Embora alguns secretários já tenham saído - eu insisto - eles não imaginavam que as inscrições não tinham terminado, normalmente só trazemos as palavras para a mesa quando já terminaram as falas da plateia.

De todo modo, a audiência está sendo transmitida ao vivo, está sendo gravada, transcrita e anexada aos autos. As demandas são todas disponibilizadas a todos os Vereadores, e principalmente ao relator do Orçamento. O relator do Orçamento é a pessoa que tem a responsabilidade de processar todas as reivindicações, as demandas, as reclamações e ainda que não estivesse presente na Casa, teria acesso a tudo.

Tem mais uma coisa que é importante dizer, não tem nada que se compare à experiência da gente estar discutindo presencialmente, mas não precisa estar na audiência pública para fazer uma demanda, uma contribuição ao Orçamento. Uma contribuição que seja feita depois, por e-mail, tem o mesmo peso. Não importa se não veio aqui, não se inscreveu, a contribuição terá o mesmo valor para a relatoria do Orçamento.

Ainda faltava falar o Tribunal de Contas e a Secretaria da Fazenda. Pergunto se eu posso devolver a palavra para plateia ou se vocês precisarão ser substituídos?

O SR. CAIO MEGALE – Só uma pergunta, só para me programar e saber o quanto eu falo. Estamos na audiência temática, depois teremos a geral. Eu não tenho nenhuma pressa, nenhum problema.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Hoje é o dia da audiência geral do Orçamento, tem que ser destacada, Vereador. (Pausa)

O SR. CAIO MEGALE - Depois eu vou fazer a apresentação da audiência geral. Era só para saber o cronograma, aí tanto faz, falo agora ou falo depois.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Secretário da Fazenda diz que tem todo tempo do mundo conosco, hoje. Mantenha as Inscrições e quem acha que pode declinar, tudo bem.

O SR. CAIO MEGALE - Outra pergunta, tenho uma resposta específica ao Senador Suplicy, não sei se precisa sair.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo. Vamos finalizar com o Tribunal de Contas?

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO BONFIM – Vou fazer comentário muito breve para não tomar o tempo dos munícipes. A Vereadora Soninha trouxe a discussão do Orçamento ao Legislativo, que é uma discussão importante, eu só queria pontuar de forma bem rápida.

A auditoria do Tribunal é independente. Do mesmo modo que fazemos apontamentos sobre o Executivo, também fazemos sobre o Orçamento do Tribunal e também da Câmara. Não participei do último Orçamento, mas do penúltimo participei da elaboração e realmente tem a questão de gestão. Tem espaço para melhoria, que é você colocar uma dotação e no final do ano, ela ser devolvida. Do ponto de vista da gestão, a Vereadora Soninha está coberta de razão, há um espaço para melhoria na previsão orçamentária, tanto do Tribunal quanto da Câmara.

Na questão do teto, cabe destacar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo é o único que segue à risca o teto. No Poder Executivo há carreiras que não seguem o teto do Prefeito e aqui na Câmara há verbas extrateto. Com relação à gratificação dos auditores do Tribunal, segue a mesma sistemática da Câmara e também dos auditores do ISS da Prefeitura.

Por fim, houve uma discussão sobre a transparência do Orçamento. Eu aproveitei a oportunidade para enfatizar. Já foi para a mídia, mas quero falar sobre o Sistema Iris, que

permite consulta da execução orçamentária customizada. Todo mundo que entra na internet consegue ver a mesma informação que a gente vê lá no sistema interno do Tribunal.

Era só isso.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Só uma observação. Quando eu falo das gratificações, eu não estou falando das gratificações dos auditores. Aparentemente, todos os servidores do Tribunal fazem jus a algum valor de gratificação, de incentivo à especialização e produtividade. Por exemplo, Assessor de Secretaria 2 – vencimento básico, 13 mil e gratificação de incentivo, 10 mil; Assessor Médico, idem; Assessor de Segurança, vencimento básico 7 mil e gratificação de incentivo à especialização e produtividade, 6 mil. Então há um critério generoso demais, complacente demais para concessão de gratificações, que deveriam ser mais bem justificadas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Secretário Caio Megale, na primeira audiência pública, geral, ele fez uma exposição que me consta não ter nada de diferente do que venha a apresentar hoje, então não há motivo para isso. A diferença vai ser causada a partir daquilo que se traduziu nas audiências públicas. Não é isso, relator? (Pausa)

Vocês fazem questão, aqueles que não assistiram na primeira vez, querem rever os números gerais para o Orçamento do ano que vem? É questão de tempo, se precisar, ele vai repetir, vai apresentar em 15, 20 min. Se não nós vamos tocando com uma audiência geral traduzida, dentro de todas as pastas. E as perguntas seriam encaminhadas. Eu sugiro que o Secretário, se quiser, pode responder as perguntas feitas, na primeira rodada, e voltaríamos a ouvi-lo. Essa é uma consulta que faço: há necessidade?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tem tempo regimental. (Pausa) Então, o Secretário Caio Megale vai responder as perguntas feitas.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, Vereador. Acho que faz sentido. Se for a respeito da audiência temática, que foi da primeira, faz sentido serem feitas antes da exposição

geral.

Deixe-me fazer alguns comentários que acho importantes, alguns sobre temas gerais e outros mais específicos sobre a Fazenda. Deixa começar pelos específicos da Fazenda, que foram os comentários do Senador Suplicy.

Primeiro com relação aos incentivos fiscais, às renúncias de receitas. Eu não poderia concordar mais com a sua intervenção. Este é um momento de nos revermos, de forma muito importante, quais são as renúncias fiscais, quem paga mais e quem paga menos imposto na cidade de São Paulo e no País.

A Receita Federal começou esse trabalho de forma um pouco mais profunda. A necessidade de expor no Orçamento já existe. Tem aqui todos os números que está na peça orçamentária. Nós temos os incentivos fiscais para redução de valores venais de IPTU, dependendo do valor venal; aposentados e pensionistas; têm o ISS de profissionais liberais, as chamadas sociedades uniprofissionais; os benefícios do PPI, programa lançado em anos anteriores; e o ISS do metrô. A somatória é cerca de 1.8 bilhão de reais.

Há outras desonerações e isenções porque a lei orçamentária me pede para eu só reportar o que vai impactar na margem, no ano que vem. Mas tem todo histórico de desonerações, setores que não pagam, setores que são isentos ou imunes de imposto, e é importante transparecer para a sociedade. As pessoas precisam saber quem paga e quem não paga imposto. Estamos fazendo um trabalho profundo na Secretaria, avaliando o melhor momento e a melhor forma de expor para a sociedade, até para saber se essas isenções vão ao encontro com a questão da equidade, que é absolutamente fundamental.

Nós temos hoje uma Planta Genérica de valores de IPTU na Cidade que já endereça de forma importante o ponto da equidade. Assim como o Secretário Schneider, algumas iniciativas da gestão anterior, eu ressalto. Algumas são continuidade, nós demos continuidade, e outras foram feitas na gestão anterior, uma delas foi a revisão da Planta Genérica de Valores do IPTU, que tornou o IPTU mais equânime, gerou uma arrecadação

maior para Cidade

Então isso está no radar, é muito importante, existem que setores inteiros da sociedade que não pagam imposto por questões constitucionais, legais. Não cabe ao Secretário da Fazenda discutir o mérito, cabe ao Legislativo, cabe aos representantes do povo. E à Secretaria da Fazenda cabe expor quem paga e quem não paga imposto, e a sociedade em cima disso pode debater e discutir. De novo, o Legislativo tem que propor mudanças se acreditar que são importantes.

O SR. FERNANDO CORREIA RISERIO BONFIM – O senhor me permite um comentário pontual? A gente faz um trabalho de acompanhamento das renúncias, o Tribunal começou a fazer isso há, mais ou menos, um ano e meio. Cabe destacar que tem havido melhora na transparência. Se você olhar as peças orçamentárias de dois anos e olhar o LOA desse ano, está mais completo. Então o esforço que está sendo feito está colaborando. Hoje está atingindo, em termos de benefícios e isenções, 1,7 bilhões, é o que está no anexo no LOA. Essa é uma informação que está sendo transparente, antes a sociedade paulistana não tinha conhecimento.

O SR. CAIO MEGALE – Preciso fazer mais comentários. O primeiro deles é que a Vereadora Soninha falou sobre o orçamento da Câmara e do Tribunal de Contas. Eu mencionei algumas Secretarias que tiveram seus orçamentos reduzidos. O orçamento da Câmara e do Tribunal de Contas entraram no grupo das secretarias que tiveram seu orçamento reduzido para acomodar o crescimento de algumas áreas do orçamento, que precisavam ser aumentadas. Vou aproveitar para falar sobre isso.

Na intervenção do Pirata, ele disse: corta aqui, corta ali e ninguém sabe aonde sobe. Aonde aumenta? Ninguém sabe. Mas eu vou dizer aonde aumenta: LOAS 2018/2019 - orçamento da Saúde pulou de 9,9 para 10.6 aumento de 700 milhões. Educação: 11,8 pulou para 12,9, aumento de 1,1 bi; subsídio ao transporte público 2,1bi. Veio para a Câmara com valor de 2,5bi e reduziu para 2,1bi. Os 2,5bi era um desafio para o ano passado porque, desde

2016, o subsídio ao transporte público atingiu 3,0 bi de reais. Tínhamos um desafio, conseguimos segurar, não aumentar desde 16, e ele continua girando em torno de 3bi, são 2.9 bi, e não fazia sentido manter em 2,1bi. Tornamos a aumentar e então deixamos mais realista.

E a Previdência, o orçamento da Previdência era de 5.4 bi déficit, o déficit pulou para 6.1 bi, um aumento também de 700 milhões de reais. Então: Previdência, Educação, subsídio ao transporte público e Saúde - cada um tem a sua explicação. O subsídio ao transporte público e a Saúde tornaram o Orçamento mais realista, essas pastas já rodavam acima do que estava no Orçamento, era preciso tornar mais realista. Para a Educação há um mínimo constitucional, nós precisamos subir junto com as receitas, faz sentido, tem que subir mesmo. E a Previdência, é lei, temos de seguir, a Previdência vem crescendo de 700 a 800 milhões por ano, e ano que vem crescerá também.

Então quando eu somo essas quatro linhas, vai dar mais do que subiu a receita. A receita vai subir quase 10% ano que vem. Estamos num ano de crise, ainda estamos em crise. A economia não cresce, o desemprego está altíssimo, a arrecadação, tem de fazer um esforço hercúleo para aumentar arrecadação. Estamos com aumento de arrecadação em torno de 3bi. O aumento nessas áreas supera o aumento da arrecadação. Cabe ao autor da peça orçamentária ajustar para que despesas sejam iguais a receita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Os colegas do Tribunal de Contas têm compromisso, agradeço a presença de vocês.

Tem a palavra o Sr. Tom, da Comunidade Unidade Ativa, e depois o Sr. Vidal.

O SR. TOM – Boa tarde, Srs. Vereadores, Secretários, munícipes. Bom, para quem não me conhece, sou o Tom, militante da cultura Movimento Hip Hop. Posso me colocar aí, formado pelos mestres da São Bento na década de 90 até 95, quando decidi levar a cultura para o meu município e para a minha vida, enfim.

Hoje fico triste por chegar aqui e ver uma falta dos representantes da Cultura Hip

Hop, isso me causa uma extrema, extrema decepção e preocupação, por quê? Ao longo desses 30 anos que a gente tem vivido aí, dentro da cultura Hip Hop e a ligação dela com a política, porque sem a ferramenta a gente não consegue trabalhar, algumas pessoas veem ainda a política como ferramenta de autoajuda, acredito eu.

Eu vim aqui para propor para a Mesa que permaneça o Orçamento, pelo menos o que foi dado para a gente aí no ano passado, que fique para 2019. E vamos lá.

Uma maior participação e transparência dos nossos, em como é gerenciada a verba destinada ao Hip Hop, independente de onde ela venha. Se é via poder público, dinheiro nosso, seja esporte ou cultura, a maior transparência dos nossos para os nossos, em exceção àqueles que já se libertaram dessa malha, que está envolvendo a nossa cultura, que se faz necessária a presença dentro da ferramenta política. Cito o exemplo do Joul Matéria Rima, que hoje sobrevive muito bem obrigado por meio das iniciativas privadas do terceiro setor.

Então, rapaziada, a gente tem outras saídas. Vendo a minha região em pleno avanço econômico e social, percebo na região Oeste, formada por dez municípios, uma formação de um consórcio chamado Cioeste. Acredito que nós, do movimento Hip Hop, teríamos de começar a pensar em algo nesse sentido também.

Então, nós, da cultura Hip Hop da região Oeste, composta por esses dez municípios, propomos dentro das defesas da pasta da Cultura Hip Hop, as casas de cultura Hip Hop dentro das cinco que existem hoje aqui no Município de São Paulo, porque até então estou falando da região Oeste de São Paulo. São 39 municípios formando essa grande cidade, esse grande Estado. E eu acredito que a minha referência estadual, municipal, a essência está se perdendo, enfim. Entre tantos nomes dentro da Cultura Hip Hop, muitos ainda ficam só embaixo dos holofotes.

Nós da Cultura Hip Hop de Santana do Parnaíba, dentro dessa região formada por dez municípios, a gente defende as Casas de Hip Hop, o mês de Hip Hop e, na minha opinião, a ferramenta mais importante, que é proposta e quase passa batido dentro dessas pautas, que

é o território de Hip Hop. E aí eu defendo muito a pauta do território de Hip Hop, visando hoje em dia a formação para aqueles elementos envolvidos já dentro desse evento olímpico, hoje, reconhecido, claramente a nossa participação dentro dele e na fala do Secretário a falta dos nossos atos para isso, e isso a gente convive desde os editais, creio eu.

E, por fim, acredito eu, uma proposta aí para o Hip Hop Nacional, aí eu falo a nível nacional, porque dentro dessa minha caminhada eu participei de NH2O, participei de Nação Hip Hop Brasil, entre tantos outros que talvez nem aqui estejam mais militando.

Então, vindo da região Oeste de São Paulo, representando esses 10 municípios da região, a gente propõe a criação de um banco comunitário do Hip Hop para o Hip Hop, para assim fazermos o correto gerenciamento e financiamento de nossas ações a partir de nós mesmos. Essa fórmula não é minha, não é mágica, acredito que muitas pessoas já ouviram falar da economia criativa ou solidária, como era tratada algum tempo atrás. E eu conheci o pai, o dono do primeiro banco e eu acredito que seria a ferramenta que falta para nós deixarmos de não focar no avanço da Cultura e no exemplo que a gente tem de dar para a molecada.

Eu falava muito na minha quebrada que projetos de firula aconteciam e eu estou vendo muita coisa de firula acontecendo dentro da cultura Hip Hop. Para falar a verdade, eu estou vendo gente que nunca vi na vida usando o termo Hip Hop.

Encerro por aqui e agradeço, mas dê importância aí na proposta que a gente está trazendo da ZO para cá, quanto à criação de um banco para o Hip Hop, do Hip Hop e para o Hip Hop.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Vidal.

O SR. VIDAL – Boa tarde a todos que continuaram até agora! A gente está aqui desde as nove da manhã. E quero cumprimentar o pessoal da Mesa, o pessoal do Hip Hop – tamo junto.

Sou Vidal, também sou do Hip Hop. Faço rap desde os anos 98, 99, tenho um grupo. Só que assim, algumas pautas já foram defendidas aqui. Nós temos também um projeto que vou distribuir para vocês, com as pautas da zona Sul, do pessoal do Centro, a gente mora na zona Sul - eu e o Zuruca -, junto com o pessoal do Centro, mais o pessoal da zona Oeste, zona Sul e zona Leste, criamos umas pautas também que a gente vai distribuir daqui a pouco.

Então, o que eu queria focar, ser mais sucinto, naquilo que a Soninha tinha falado, que o Comitê Olímpico Internacional colocou o break como modalidade esportiva. Esse ano já tivemos na Argentina os Jogos da Juventude e não pudemos levar ninguém porque não tinha verba. Foi criada a Federação Paulista de Break e eu já conversei, entreguei para o Presidente Jair Tatto, eu e mais um pessoal que faz parte da Federação, e para mais alguns Vereadores aqui algumas propostas de emendas. E a gente vai estar aí discutindo para ver como a gente faz, porque em 2020 tem Olimpíadas no Japão, e aí como a gente vai? Também como o Movimento vai se organizar para isso, isso é o mais importante: paz entre nós tem de ter.

Conversei com o pessoal, com o Secretário de Educação e com o Secretário de Esportes, que eram os que precisávamos conversar, vamos marcar uma reunião para estar discutindo isso e a gente queria pedir também o seguinte: na questão que está muito defendida pelo Hip Hop, a questão do território. O que a gente tem visto? Qual o problema do território? O território há quatro anos coloca na rubrica, só que não é executado. Mas por que não é executado? Se formos parar para pensar, o território está para dar aula. Então, o que a gente tem de pedir para que seja trocado essa chave. Tirar da Cultura e ir para a Educação. Porque se é para dar aula, a gente tem de conversar com o pessoal da Educação, não com o pessoal da Cultura. O pessoal da Cultura entende de show. E o território não é para show, não é isso? O território, a gente faz o Mês Hip Hop, que é uma mostra na cidade, e o território seria para dar continuidade dentro. Porque a gente ir também fazer o Mês Hip Hop, fazer uma oficina por ano, deixar aquelas crianças lá com água na boca e voltar só ano que vem. Isso não é construção. O território está aí para isso. Então, a gente queria pedir a atenção da Mesa para

que fizesse essa virada de chave: colocar o Território, os 2 milhões que tem, não vai mudar em nada o Orçamento, porque a rubrica já está lá. É só colocar para a educação; aí, vamos discutir com a educação se organizar dentro do hip hop para a gente dar sequencia a essas oficinas. Porque, aí, você começa a formar público e artistas que possam se profissionalizar. No mês do Hip Hop, por exemplo, na zona Sul, temosicineiros que começaram recebendo aulas na escola. Mas isso parte de alguns do movimento, que fazem o Mês do Hip Hop, mas que não vivem do Mês, porque o hip hop tem de ser trabalhado o ano inteiro. Costumo falar o seguinte: eu ganho no Mês do Hip Hop para fazer o que eu faço o ano inteiro, porque, para mim, independente disso, é militância. Ir só quando tem dinheiro também está errado. Mas esse é um debate que precisamos fazer dentro do movimento para ver quem é qualificado, e quem não é que se profissionalize. Porque se não se profissionalizar, também não dá.

Então, gostaria de pedir isso à Mesa: colocarmos essa inversão de chave. Vou passar entregando a vocês.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Johny Lopes. Em seguida, Gênio X.

O SR. JOHNY LOPES – Boa tarde. Eu queria complementar o que falou do Pirata, que disse que se corta daqui e dali, e não sabe nem de onde vem nem para onde vai o corte. Ele quis dizer que esse corte é feito nos lugares onde nós sentimos. Não que haja superávit, mas há muito dinheiro recolhido de imposto que pode suprir essa necessidade de investimentos sem que se corte da Educação ou da Cultura – já agregada na educação, como você falou.

Vereador Suplicy, você conhece Anderson Bigode?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Anderson Bigode? Anderson Herzer ou Sandra Mara Herzer. Nascida Sandra Mara Herzer, autora de A Queda para o Alto.

O SR. JOHNY LOPES – Exatamente, exatamente. É sobre ela a primeira

autobiografia de uma pessoa trans brasileira.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu conheço e recomendo muito esse livro, que tem sido muito lido por jovens. E desde quando foi escrito já tem mais de 18 edições pela Vozes.

O SR. JOHNY LOPES – Tive o prazer de cantar rap com um cara trans, e ler esse livro me ensinou muito sobre questões que eu não entendi. Até não entendo tanto, mas tive uma proximidade muito grande para entender as pessoas que não se identificam com o gênero com que nascem – homens e mulheres trans. Conheço bastante pessoas assim no hip hop, tá ligado?, mas aqui vocês não verão nenhuma, porque a forma como o hip hop funciona na quebrada é diferente da forma como acontece sob os holofotes.

Com a vivência política que eu tenho, por causa dos meus irmãos e de amigos que frequentam ambiente político, passei a me motivar a fazer isso e a acreditar nos ideais deles, de tentar algum tipo de mudança política. Hoje, por exemplo, vim sem o dinheiro da passagem e não tomei café porque não tinha dinheiro para comprar pão, e só tinha arroz e feijão em casa, mas não mistura. Tenho dinheiro no Poupatempo. O Poupatempo simplesmente cometeu um erro e me deixou pegar o RG só daqui a 10 dias, quando eu terei dinheiro para comprar alimentos. Mas eu vim assim mesmo, porque acredito na mudança política o hip hop; não para ir atrás de dinheiro, mas para ir atrás da mudança que ela pode trazer.

A fala dele me contemplou um pouco: tem, sim, que haver investimento na educação do hip hop. Mas que não se tire da cultura, mas seja feito um entrelace para que cultura, futebol *etc.* – e odeio falar isto -, de políticas do opressor. Mas nos Estados Unidos, mesmo com esse choque de opressão, na cultura eles vinculam o esporte à educação e à cultura. Então, torna-se possível um periférico ganhar algum tipo de bolsa ou ter um futuro a partir da educação. Então, reforço o que ele está falando sobre educação, tem que ter investimento sim; mas não pode ser tirado da cultura. Ao contrário, tem que aumentar o investimento, porque a cultura salva.

A cultura, a poesia, o rap estão salvando pessoas trans, e temos que nos atentar para isso, para a forma como o rap está evoluindo, e não ficarmos só na política de holofote.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Johny. Próximo inscrito, Gênio X.

O SR. GÊNIO X – Boa tarde, senhoras e senhores. É uma satisfação estar aqui. Sou do Subdistrito do Grajaú, zona Sul, onde moro há 30 anos. Quando cheguei lá, o Cantinho do Céu era só mato e área de manancial. Eu já era militante do hip hop. Juntei forças à associação do bairro, juntei a molecada e fizemos algumas ações. Na época da ex-Prefeita Marta Suplicy, conseguimos fazer bastante coisa para a região. Junto com meus irmãos e irmãs, por meio do hip hop, conseguimos transformar algumas coisas lá. Com a chegada do CEU, o bairro se expandiu. O Cantinho do Céu, que era considerado favela, é hoje um bairro, todo pavimentado, com uma estrutura bacana; e acredito que em outros bairros também o hip hop faz um trabalho social muito forte. A essência, a natureza do hip hop é essa. Hoje posso dizer com segurança que 20% do que sou devo aos meus pais, mas 80% do que sou como ser humano devo ao hip hop; senão eu não seria a pessoa que sou hoje, com a consciência e o respeito que tenho pelo ser próximo e até pelo inimigo.

As políticas públicas têm de dar atenção ao hip hop, pois, sem muito dinheiro, conseguimos transformar a cabeça de uma criança, de um garoto - como aconteceu comigo e, acredito, com a maioria dos irmãos que estão aqui -, tirando-as da linha do crime. E até aqueles que foram para o crime, o hip hop conseguiu resgatá-los, transformando-os em cidadãos de bem.

A sociedade tem de entender que tem de fazer uma escolha sobre o que ela prefere: um jovem preto e pobre da periferia com um livro na faculdade, ou um preto pobre da periferia com revólver, sem nada a perder, “vida louca”, na rua, no farol, fazendo sequestros relâmpagos ou coisas piores? O hip hop faz esse papel muito bem, só que ainda somos marginalizados. Somos vistos ainda como membros de uma cultura marginalizada, e não é bem assim; se assim fosse, não estaríamos aqui. Eu nem vejo outras vertentes culturais

musicais presentes – não sei se estão aqui -, que ganham milhões na mídia e não têm essa preocupação social. Inclusive o hip hop nos anos 90 fez um trabalho muito bom nas periferias, uma grande revolução, como fez comigo – e penso que a maioria dos presentes aqui é da mesma geração que a minha. Mas vejo que hoje isso se perdeu um pouco, e estamos lutando.

Essa verba que existe da cultura que é destinada ao hip hop não pode ser desvinculada, desviada ou diminuída; ela tem de ser direcionada, porque o hip hop é uma segunda escola. Vejo professores presentes neste recinto, e digo que o hip hop faz uma algo que muitas vezes a escola não faz, porque estamos na rua, onde a educação pública.

Então eu acredito que o hip hop é de uma importância muito grande para a sociedade, por isso tem de receber a devida atenção sim e ter uma verba. Como o Vidal falou, esse território tem de ser valorizado e tem de ser investido nisso.

Nós do hip hop temos capacidade de administrar, tocando esse barco aí. Há pessoas capacitadas que sabem o que é e o que representa o hip hop na periferia. Não adianta colocar pessoas que não sabem o que é essa essência, essa vertente, o que ela representa para a periferia e para a gente.

Acho que o dever público se quiser investir na educação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. GÊNIO X -...para o hip hop. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É isso aí. Obrigado.

Vamos lá. Tem a palavra o Sr. Quintino José Viana, depois ainda teremos mais nove inscritos.

O SR. QUINTINO JOSÉ VIANA - Boa tarde a todos.

Eu sou morador há 47 anos na Brasilândia, meu nome é Quintino José Viana. Eu tenho uma crítica para fazer na área do meio ambiente, porque sou seu defensor.

Acho que é uma falta de respeito, porque a gente fala, a gente pede, o povo está derrubando todas as árvores das reservas, inclusive, dentro do Parque da Brasilândia, uma

área tão bonita com 21 minas d'água, uma cachoeira linda, o Vereador Suplicy conhece porque ele já esteve com a gente lá dentro, visitando da cachoeira. Estamos vendo o povo acabando com aquelas árvores: pau jacaré, peroba, guaribu.

A gente vai atrás do Secretário, vai atrás do Prefeito, liga para a segurança e não aparece ninguém. Vai lá ver a reserva que o Suplicy conheceu, veja agora como ela está toda derrubada. É uma área que pertence ao Estado, a Sabesp fica ao lado, nem o CDHU que disse que tinha um projeto lá, ninguém se mexeu. Estão acabando com tudo lá. É uma falta de respeito o que estão fazendo, acabando com as minas de água. Aquilo é um crime ambiental. Acho que o administrador tinha de dar mais atenção na área do meio ambiente, porque isso aí é muito abuso.

O povo chega, quer construir um barraco e constrói em cima de um barranco. Vai lá um político bate nas costas dele e diz que ele está certo. Não está certo, não. Tem que respeitar a área do meio ambiente que são as nossas árvores, são elas que trazem a nossa saúde, as nossas águas, acabando com a poluição brava que nós temos aqui dentro de São Paulo. Agora vai acabando, acabando.

Quando eu cheguei na Brasilândia era tudo verde, hoje só se vê barraco emendado com pedaço de madeira. Isso é triste. Vamos construir moradias para esse povo e respeitar a natureza, porque isso é um crime ambiental.

Será que não teve um... todo Secretário do Verde que entrou eu cobre, cobre de todos eles, até agora nenhuma providência foi tomada dentro da Brasilândia. Por quê? Será que a nossa Brasilândia é o pior lugar que tem? Nós não temos área de lazer para a criançada brincar e no dia de amanhã ter uma água limpa, água mineral para tomar. Hoje está sendo tudo contaminado.

A própria Sabesp está matando nossas águas com aquela poluição brava e ainda cobra do povo pelo esgoto que nós não temos na Brasilândia, porque jogam dentro dos riachos. Ninguém faz nada.

Isso é um abuso, uma falta de respeito com o nosso povo que precisa de lazer.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado ao senhor.

Vamos lá. Tem a palavra o Sr. Lourivaldo Delfino, em seguida o Sr. Alair Molina.

O SR. LOURIVALDO DELFINO – Boa tarde a todos.

Meu nome é Lourivaldo Delfino, o mais idiota que está aqui dentro hoje; o cara que fica lá fora falando, segundo muitos aqui, muita besteira, mas eu quero deixar bem claro que antes de fazer a fala lá fora, trago encaminhamentos para esta Câmara.

Eu fico triste que o cidadão do Tribunal de Contas foi embora, porque eu tenho o que dizer para ele e para os Vereadores. Fico triste porque era para todo mundo ficar aqui até às 15h. Então, o respeito não está sendo levado a sério e nós acabamos nos sentindo como lixo. Eu falo com sentimento, porque a vontade que eu tenho, aqui, é de chorar.

Eu quero dizer que nós, da Rede Tietê News e da ONG Loucos pela Paz, denunciemos, no ano passado, a farra dos gabinetes com ênfase apenas nos gabinetes dos Vereadores. E, naquela época, Assessor ganhava mais que Chefe de Gabinete; Chefe de Gabinete ganhava mais que Vereador e Assessor ganhava mais que Vereador. Conseguimos, através do Dr. Valter Foleto Santin, ser ouvidos. E esta Câmara equalizou os salários. Para nossa surpresa, o Presidente atual fez o quê? Alterou os cargos e criou dez cargos. Nessa criação, houve um aumento de 5,25 a 525% no salário dos comissionados, que não se confundem com os concursados. Porque os concursados já sabem o quanto vão ganhar e, no plano de carreira, não conseguem subir 15% no salário. Enquanto isso, o comissionado sobe 500%.

O fato é que, neste ano, conseguimos equalizar. Quando eu falo “nós”, entendam vocês também, porque nós não somos os caras, nós somos as coisas. Se antigamente nego procurava heróis, hoje eles procuram monstro e esse foi o monstro que eu me transformei aí fora. Porque, aqui, fecharam a tribuna e nós falamos lá fora. Mas, antes de falar, volto a dizer:

tenho um encaminhamento. E quando equalizaram os salários, ninguém ganhou mais que o Vereador. Mas o atual Presidente fez uma sacanagem, por prerrogativa – pilantragem, safadeza -, e me perdoem as palavras que, se forem de baixo calão, eu peço desculpas porque não foi a minha intenção. Mas o fato é que...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Faço um registro que tudo isso aqui está sendo gravado, transmitido. Qualquer ofensa, especialmente ao Presidente da Casa, isso tudo...

O SR. LOURIVALDO DELFINO – Concordo plenamente e peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero aqui dizer que não vejo, no Presidente desta Casa, nada dessas alusões que você colocou. Eu diria que todos nós temos dificuldades e defeitos. Não sou amigo íntimo do Presidente da Casa, mas não o vejo dessa maneira que você está aqui colocando.

Como Presidente desta Comissão, e tamanha a responsabilidade que eu tenho, não posso permitir que aconteça isso com ninguém da Mesa, tamanha ofensa e uma averbação dessa natureza.

No demais, se há causas que inspirem atos ilegais, nós temos a Corregedoria da Casa. E eu tenho certeza de que o Presidente nunca fechou a Corregedoria. Ela continua aberta para que cheguem acusações, inclusive essas que o senhor colocou aqui.

O SR. LOURIVALDO DELFINO – Eu faço questão de inserir o meu pedido de desculpas. A minha intenção não é denegrir ninguém, mas expor que nós, cidadãos comuns, estamos colocando o quê? Isso aqui é orçamento. Isso aqui são números. Quando eu falo em Presidente, eu não estou colocando nomes. É lógico que a coisa tem direcionamento e acaba caindo no foco. A lógica é perfeita. Mas o que eu estou querendo colocar aqui? Que naquela época, quando fizemos isso, se aumentou a verba de gabinete, de 143 para 150, normalmente anual... Naquela ocasião, se aumentou de 150 para 164, de forma desnecessária. E, agora, de 164 para 169. E para a nossa surpresa, o Chefe de Gabinete, agora, ganha mais...

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. LOURIVALDO DELFINO - Então, para vocês entenderem bem, o Orçamento da Câmara agora, com base nesse contexto, porque nós tivemos nesse último ano, eu posso falar isso com tristeza e ao mesmo tempo, nem um Vereador aqui tem menos de 35 encaminhamentos meus. Eu enalteci você ali, porque você é um dos poucos que me responde. Eu tenho o direito de questionar os 55, não escolher um ou outro. O fato, o retrato e o registro. Nós vimos o Vereador ganhar agora 13º, mas o foco nem é o Vereador, o foco é o gabinete que está gastando dinheiro desnecessário, como a Soninha bem colocou aqui, eu ia falar sobre isso e eu ainda pergunto para que um Tribunal de Contas desnecessário que só sabem parar obra. Pararam uma obra nossa lá do Córrego germano que você nos ajudou e pararam por um detalhe técnico, que não era para parar. Hoje quem está lá continua ganhando seu salário, mas o córrego Germano está lá. Literalmente.

Eu gostaria de perguntar para Siurb a questão de Aricanduva, dos córregos das enchentes, porque nós conseguimos no ano passado a limpeza do Córrego Aricanduva, via Ministério Público, porque a Prefeitura não limpou. A gente sabe que a Siurb vai retomar e eu gostaria de ter essa resposta, se possível, ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Olair Molina.

O SR. OLAIR MOLINA – Boa tarde aos resistentes. Eu venho falar em nome do movimento pela retomada das obras nos CEUs, já foi bastante colocado aqui, nós temos um movimento, cerca de dois anos, com reuniões periódicas, dos 14 CEUs interrompidos com as obras interrompidas nós temos representações em pelo menos dez deles. E a gente tem se encontrado frequentemente. Não vou me alongar, porque diante das circunstâncias e até pela ausência do Secretário, eu queria ir ao ponto direto. Aqui foi feita uma argumentação com respeito às obras dos CEUs que nos leva a fazer uma comparação com o passado e a gente não veio aqui para ficar olhando no retrovisor. Vimos aqui para discutir o Orçamento de 2019 e mais ainda queremos saber qual é objetivamente a visão que o atual governo tem sobre os CEUs porque já tivemos uma audiência no gabinete do Secretário que nos disponibilizou

gloriosos cinco minutos para dizer que não era prioridade do governo e nos deixou falando sozinho com a chefe de gabinete.

Para frente o que a gente pode ver é que o governo assumiu em 2017 com cerca de quase metade dos recursos no Orçamento para os 14 CEUs, mais de 200 milhões, estavam contidos no Orçamento e foram remanejados para outras atividades. Para o Orçamento de 2018 nós frequentamos essa Casa, discutimos com o relator do Orçamento, visitamos os gabinetes, conseguimos com alguns Vereadores fazer emendas para a retomada das obras e nada foi considerado, ou seja, a perspectiva que a gente tem de que alguma coisa vai ser feita é mínima. Até porque se a gente verificar o Programa de Metas e o PPA não há nenhum indício de que isso vá ser cumprido. É bem verdade que a retomada das obras, como disse o Secretário, e a gente tem verificado se retomou no período pré-eleitoral, só que está andando na velocidade de um transatlântico, não em alto mar, mas na saída do porto. Eu diria até que com a velocidade de uma lesma manca, se é que pode haver lesma manca.

Então não evolui. Essa retomada de obra não há garantia de que vá adiante. O que está destinado, o remanejamento feito para retomada equivale ao valor da conclusão de um CEU. Nós temos 14, quer dizer, se vai ser um CEU por ano vai ter de esperar 14 anos para concluir todos.

Reforçando o que falou o Vereador Suplicy e a Cida Perez, o que está destinado no orçamento, 12 mil reais. Isso é simbólico. Isso é para não cumprir. Vai ter remanejamento, mas em que ritmo será? Para concluir ou para não concluir?

Gostaria de corrigir uma informação passada aqui de que houve reunião no CEU Carrão, um dos CEUs que está no nosso movimento. Na verdade há lá pessoas que querem o Clube Brigadeiro Eduardo Gomes funcionando e que não era as mil maravilhas relatada aqui. Era um Clube precário com problemas de toda a ordem, mas depende de com que ele falou porque depois da verticalização do Tatuapé o perfil social da população ali mudou.

Então temos uma população que tem ojeriza a pobre, que não quer um CEU para

pegar crianças que TEG, Transporte Escolar, pode ir buscar lá na comunidade e trazer para frequentar o CEU do Carrão. Não quer conviver com esse tipo de gente. Então querem um clube com características privadas, assim como o Pacaembu que foi relatado e era feito com carteirinha.

Acho que temos de pensar fora da caixinha, a demanda que está orientando a retomada das obras, e especialmente do CEU Carrão, não é uma demanda local, até porque o grande avanço do transporte escolar é poder potencializar o equipamento buscando usuários em uma área maior. E temos o CEU Carrão ao lado do Metrô Carrão, próximo ao Metrô Tatuapé onde temos dois shoppings, um de cada lado; mais um centro comercial grande e inúmeros trabalhadores que frequentam a região, no comércio ou trabalhando nos apartamentos e que precisam ter escola para os seus filhos.

Então para não pensar na caixinha como estava se falando de buscar alternativas do transporte escolar, a alternativa de um CEU no Metrô Carrão é a possibilidade de conseguir gente de vários lugares que possam se servir daquele equipamento.

Muito obrigado.- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra a Sra. Cida da Comunidade da Associação de Moradores do Jardim Colônia e depois Valmir Sanches.

Cida? Bom, vou continuar e depois se ela retornar chamamos novamente. Valmir Sanches, do Movimento pela Retomada das Obras do CEU.

O SR. VALMIR SANCHES – Boa tarde a todos os munícipes, só quero fazer uma apreciação inicial. Acho que no conceito mínimo republicano temos de melhorar - não estou partindo de nenhuma ideia ideológica – o modelo das audiências nesta gestão.

Faço parte da Coordenação de uma Comissão pela Retomada das Obras dos 14 CEUs paralisados na cidade de São Paulo. Eu, especificamente, sou do CEU que fica no bairro do Jaraguá, o Pinheirinho d'Água, e me juntei a outros munícipes para que levássemos adiante essa luta, coletivamente.

É uma luta suprapartidária, com pessoas de contextos multiculturais e de diversas crenças, que têm uma necessidade real de um centro de educação como o CEU em suas comunidades. Em que acredito, por exemplo? O modelo de estruturação do CEU na minha comunidade inserido ocupa um espaço que poderia ser ocupado... Como posso falar? Pela marginalidade, assim... Porque, no mundo, não existe espaço vago. Se você não ocupa aquele espaço, alguém vai ocupar.

Eu acho que as estruturas de Cultura, cidadania e Esportes não devem se limitar apenas ao Centro Expandido. Os extremos têm direito à cidadania. Mais do que isso, temos direito à Cidade. O que me preocupa muito nessa retomada de obras do CEU é, por exemplo, o que ocorreu em um anúncio no CEU Parque Pinheirinho d'Água, que pareceu mais uma reverência política a um dos candidatos ao Governo do Estado. Hoje, as grandes movimentações que se veem na obra são, inicialmente, a troca da placa e a pintura no tapume. Gente, eu quero a minha Cidade no meu bairro, também. Eu quero ter Cultura, acesso. Temos uma demanda de crianças carentes. Ali, é uma região que tem problemas com isso.

Eu quero até mesmo ressaltar ao Vereador, antes Senador, Eduardo Matarazzo Suplicy, que a questão de Educação, no meu ponto de vista, não é um gasto. Educação e cidadania são um investimento, porque, se formos ver os estados que têm melhor desempenho, economicamente, são os lugares em que se investiu em Educação. A Educação parece que, hoje, tanto na questão de remuneração aos servidores, aos professores, quanto nas obras de infraestrutura... Como posso dizer? Parece que é um fardo a se carregar.

Mas, não, gente! Temos de evoluir como um País, sim, e fazer um investimento digno em Educação pública. Que São Paulo seja pioneiro nisso e que não fiquemos, também, nessa onda de marginalização da ciência e ironização da ciência. Temos de investir, assim, em nossas futuras gerações.

Ressalto que me sinto muito contemplado pelos companheiros que estão na luta pelo movimento da retomada das obras dos CEUs. Eu espero que tenha uma demanda real,

um acompanhamento mais transparente sobre essas obras, porque ainda não nos sentimos contemplados pelo ritmo e pelo que é destinado do orçamento a elas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Sr. Valmir. Sr. Luiz Barbosa de Araújo? Está presente? Não? Tem a palavra a Sra. Carolina Borges, munícipe, e, depois, o Sr. Ivan Ferreira.

A SRA. CAROLINA BORGES – Boa tarde. Eu quero falar sobre Educação, primeiramente, e, também, sobre a parte de obras.

A escola pública onde a minha filha está estudando neste momento está sendo reformada e eles estão trocando o piso, lá, da escola. É uma escola para crianças de até três anos e o piso que foi escolhido, que foi definido pela Secretaria de Educação e de Obras, é o concreto. Quem cuida de criança de até três anos sabe que é o pior piso possível, porque eles estão engatinhando, estão caindo, e a gente, da escola, não vai admitir que nossas crianças fiquem expostas a um piso tão ruim, então vão sair do nosso bolso 2.800 reais, dos pais, que a gente vai ter de pagar para pôr um piso adequado para as crianças. Até se algum vereador ou algum de vocês quiser doar para nossa escola eu passo a conta depois.

O Secretário também falou sobre colocar computador na educação infantil. Eu não entendi se são computadores para crianças de quatro anos usarem, porque não faz sentido nenhum crianças de quatro anos usarem computador. Se for computador de escritório, *okay*, acho que precisa; mas se for para criar laboratórios de informática em EMEI não faz sentido algum ter isso. Não era sobre isso? Então está bom.

Também o Secretário falou sobre diminuir os vigias nas escolas. Hoje o cargo de vigia está em vacância, ou seja, quem está aposentando não está sendo repostado. Na escola onde minha filha está neste momento teve um roubo do relógio d'água; alguém subiu, pulou o muro durante a madrugada, pegou o relógio d'água, ficou uma cachoeira lá. Um pai que foi deixar a filha na escola, estava vazando tudo, teve que ir lá consertar; ele passou na loja,

comprou e consertou – assim, MacGyver, sabe? A gente é cidadão, a gente não está aí para fazer isso. Então tem que ter vigia, sim, nas escolas, ou conversar com a Guarda Municipal, porque tem escolas que sofrem vandalismo durante a noite. Sei de uma escola que foi vandalizada, romperam a caixa d'água, inundou toda a escola e as crianças ficaram alguns dias sem poder frequentar a escola. Olha o gasto que dá isso. Isso não é economia, deixar de ter vigia não é economia, isso gera gastos.

Também sobre as tarifas bancárias, não sei se todos sabem, mas hoje as escolas pagam tarifas bancárias. Tenho duas filhas. A EMEI da minha filha paga 70 reais por mês, para o banco. Eu fiz uma conta rápida e chegou a dois milhões de reais, que é dinheiro da educação, vai pelo PTRF para as escolas e esses dois milhões vão para o Banco do Brasil. Eu já falei para o Schneider, já faz um ano que ele prometeu isenção de tarifa bancária para as escolas. Dois milhões as escolas poderiam usar para arrumar relógio d'água, para arrumar caixa d'água, para comprar piso, e estão usando para o Banco do Brasil.

O Schneider também falou de diminuir o número de alunos por sala. Quero lembrar que isso é urgente, está no Plano Municipal de Educação e também no Plano Municipal da Primeira Infância, que a Soninha lançou na semana passada; então é algo urgente, que a gente precisa fazer logo, porque isso também mexe com a saúde do funcionário público. Se a professora tem menos alunos, ela vai ter uma saúde mental melhor.

Falando sobre a comida, hoje a gente gasta dez reais no quilo de pão, as crianças comem pão todos os dias e, contrariando a recomendação da OMS sobre a ingestão de frutas, não é todo dia que são ofertadas frutas nas escolas. E banana custa quatro, cinco reais; inhame também é esse valor; batata doce é esse valor também, então, se trocar uma parte do pão que custa o dobro de uma alimentação saudável, é uma economia e é saudável também, a gente economiza em saúde lá na frente.

Sobre a parte de obras, eu vi na apresentação do orçamento que um dos maiores gastos é com drenagem, então quero propor que a gente falasse sobre captação de água da

chuva através de jardins verdes ou cisternas; porque, se a gente está drenando água, é porque o solo não está absorvendo. Se a gente canaliza os rios, transforma os rios em avenidas, é lógico que a água não vai passar por onde é impermeável. Então a gente tem que, sim, plantar mais árvores, fazer mais calçadas verdes e criar captação de água. Eu sugiro começar pelas escolas, começar pelos equipamentos públicos.

Quanto ao uniforme – voltando para educação -, nenhuma peça de uniforme respeitou o edital. Repito: nenhuma, nem o tênis, nem a camiseta, nem a bermuda, nem a calça respeitaram o edital que foi proposto. As crianças estão usando peças que não respeitaram o edital, então vamos torcer – porque é o que nos resta – para que o novo edital seja respeitado.

Acho que era isso.

Sobre as escolas conveniadas, eu entendo a estratégia de a gente ter escolas conveniadas, o problema não está na criação dos convênios, mas sim como eles são fiscalizados, não tem conselho nas escolas conveniadas. Tem um projeto de lei que o Toninho Vespoli está fazendo, a gente precisa de conselhos nas escolas conveniadas, a gente precisa ter mais conversa lá, porque se ocupa 50% do orçamento, a gente precisa garantir qualidade sobre o que é ofertado para nossas crianças.

Obrigada. (Palmas)

O SR. IVAN - Boa tarde a todos, meu nome é Ivan. Como o companheiro da zona Leste colocou aqui que tem um sentimento de tristeza com este auditório, Salão Nobre, acho que não tem como começar a minha fala, até porque usei uma das minhas abonadas, eu sou professor da rede municipal, para estar presente. Eu sei que uma audiência que discute um orçamento maior do que muitos países têm, é de suma importância. E o plenário esvaziado desse jeito mostra o quanto nós, do serviço público, estamos nos sabotando.

Sou professor do EMEI Geloira de Campos, DRE Santo Amaro, e queria começar discordando de algumas falas que me antecederam, em especial dois casos. A questão de

falar que a ideia que defendemos não é a ideológica, que é mais de investimento público, vou resgatar o Professor Paulo Freire, que já foi inclusive Secretário da Educação deste Município, toda a ideia que defendemos é ideológica, o problema é que querem colocar medo em nós. Sou formado pela Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo e acredito que o que o Estado investiu em mim devo retornar para a sociedade, por isso sou servidor municipal. O meu irmão é formado pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, e por premissa, inclusive dos seus professores da FEA-USP, acredita que tudo que é privado é melhor do que o público. Essa é a ideologia que predomina nos nossos tempos.

Isso é a verdadeira doutrinação ideológica que estamos sofrendo, porque se falassem como infeliz que gravou um vídeo comigo e foi o segundo deputado mais votado das últimas eleições do nosso Estado, se de fato fosse verdade tudo que ele fala, teríamos estudantes do ensino médio discutindo mais valia, certo? A gente não tem essa discussão. Estamos saindo ainda com jovens analfabetos.

Essa é uma discussão que precede e estamos muito aquém, porque mostra nas falas oficiais o quão distante a população está distante daqui, não só deste púlpito que estou agora, mas do poder. E estou discutindo poder e como estamos sendo afastados. Eles estão dividindo a gente para governar, cada vez mais. Estou vendo a moça de libras fazendo a tradução e fico feliz porque eu não consigo ter a serenidade que, às vezes, vejo elas passando. Estou ficando nervoso aqui. Por quê? Porque a gente sabe como essa peça do orçamento é picotada. A questão do CEU é muito delicada e vou fazer uma ponte com o fórum do reggae, eu estou aqui representando e o Erick também está aqui da Associação Nacional Reggae. Nós chegamos no Butantã, pegamos o espaço público do viveiro que estava abandonado, tiramos mais de dez caçambas de lixo e hoje em dia funciona. Ocupamos um espaço público em parceria com a Subprefeitura do Butantã, e resgatando o Eduardo que é assessor, se não me engano do Bispo Atilio, que é o relator do orçamento, há dois ou três anos, falou para nós no Fórum do Reggae, que eles não iriam dar dois milhões para meia dúzia de pessoas fazer 15

saraus pela cidade de São Paulo. Eu gostaria de lembrar o Eduardo para ele buscar no orçamento quanto que o edital de linguagem reggae e o Dia Municipal do Reggae está conquistando, porque quem faz e mostra transparência, mesmo nas adversidades, vai conquistando mais espaço na verba pública. Então, fica um diálogo com o pessoal do hip hop, que às vezes não nos enxerga aqui. Somos o Fórum do Reggae também, além de ser professor da rede municipal.

A minha discussão que gostaria de trazer para este plenário esvaziado, mas acredito que vamos fazer multiplicar nossas vozes para chegar no dia 5 de dezembro muito mais lotado, que é isso que a gente tem de fazer, lotar isso aqui.....

A minha discussão que gostaria de trazer para este plenário esvaziado, mas acredito que vamos fazer multiplicar nossas vozes para chegar no dia 5 de dezembro muito mais lotado, que é isso que a gente tem de fazer, lotar isso aqui, eu gostaria de fazer aqui um exercício que a minha professora na Faculdade de Educação da USP brinca, ela fala: “recordar é viver”, a professora Lisete Arelaro, nossa única candidata mulher para o Governo do Estado esse ano.

Se a gente relembra, o Plano Municipal de Educação, que foi votado na gestão anterior, sem nenhum demérito ao atual Presidente Eliseu Gabriel, da Comissão de Cultura e Educação, o Relator, como a companheira que me antecedeu falou, o Toninho Vespoli, que é professor da rede e está licenciado como Vereador, já tinha colocado um aumento de 31 para 35% do orçamento municipal para a educação. Então, o que a gente tem aqui, além de falta de vontade política, é muita demagogia, porque agora o plano vigente está obrigando a colocar 33%. Mesmo assim, a gente vê como o discurso camufla o destino dessa verba. Por exemplo, vou resgatar também o Professor Florestan Fernandes, dinheiro público para escola pública. O que a gente está vendo aqui é uma farra das conveniadas.

Há dois anos eu cheguei no Vereador Ricardo Nunes e falei: “Vereador, o senhor tem 15 creches conveniadas, você defende a expansão conveniada sendo um agente público”.

Ele desligou o microfone e falou: “Eu tenho 30”. É, é verdade, o Fabio está rindo, mas é verdade. O Goulart tem 60. Creche não é balcão de voto, não pode ser, a gente está trabalhando com vidas, a gente não pode transformar a educação infantil da população paulistana em balcão de negócio de voto para a próxima eleição. E aí é muito cômodo o Schneider vir aqui falar: “É, a outra gestão não fez devolução de prédio público de creche da rede indireta para creche municipal direta”, não é Vereador Suplicy? Só que é muito complicado. Então, quer dizer que o Callegari e todos da educação não fizeram, o Chalita não fez, o Schneider não vai fazer também? E a gente fica em que pé? A gente não pode ficar à mercê, enquanto população, sociedade civil que está organizada aqui para cobrar, de interesses escusos. Por exemplo, o antigo Prefeito João Doria tinha colocado o Natalini na Secretaria do Verde. E aí, segundo o próprio Natalini, peitou a Cyrela e eles o tiraram da Secretaria do Verde. E aqui a gente fica discutindo nas nuvens o Parque dos Búfalos, sendo que está diretamente ligado a isso.

Então, para concluir, porque o Jair Tatto já está me obrigando a concluir a minha fala.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não estou obrigando. (Risos) Temos mais alguns inscritos.

O SR. IVAN – É porque está todo mundo cansado, não é? Eu cheguei cedo. A minha questão é a seguinte, estou sendo muito tranquilo neste momento, ou você tem uma transparência e um compromisso maior dos agentes públicos, e aí estou falando independente... seja eu servidor lá na ponta, no chão da escola como a gente gosta de falar, lá na EMEI, como aqui, porque não dá para jogar o bebê com a água do banho fora da bacia, a gente tem que fazer esse diálogo.

Em qualquer partido político vai ter gente decente e gente que não presta; em qualquer organização social vai ter gente decente e gente que não presta. O que a gente não

pode fazer aqui é uma falsa defesa, seja das instâncias em que estamos trabalhando e no fundo está trabalhando para precarizar o serviço público, porque o nosso futuro Presidente já está sentindo na pele o que vai acontecer: Cuba mostrou, para mim foi a melhor resposta para o infeliz que vai ser o nosso Presidente. Se vocês não fazem um diálogo decente, mesmo com quem tem menos poder econômico, a população vai se revoltar e isso não é profecia, é um fato. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Ivan. Rafael Carvalho, depois o Luiz Carlos Gualter e por último Claudio Benvindo Barbosa.

O SR. RAFAEL CARVALHO – Boa tarde a todos. Estou representando o Vereador Claudio Fonseca, ele está junto com os profissionais de educação, organizando junto ao sindicato a luta contra o Sampaprev, no dia 5 de dezembro. Já foi dito muita coisa, muitos dos temas que eu tinha separado, mas eu queria fazer uma pergunta para a Secretaria da Educação ou talvez a da Fazenda para poder me dizer qual é a verba de manutenção e desenvolvimento do ensino, que está programada nesse orçamento, não dá para fechar, né? Mas, qual é a previsão de ter o mínimo de 25%, se ficou acima disso e se já tem isso em 2018 e a previsão para 2019?

Em relação aos CEIs diretos também a gente tem algumas ações em defesa, o Alexandre já falou sobre isso. Em relação ao plano de reformas, eu queria perguntar se existe uma listagem dessas prioridades que estão sendo colocadas, tanto para esse ano, como para o próximo ano. Se é possível, tanto a educação, como a Siurb, também deixar isso de forma mais clara: as escolas que estão sendo priorizadas, o que está sendo feito e qual o valor dessas reformas. Isso fica mais fácil até para a gente poder acompanhar e ajudar em eventuais emendas ou alguma outra ajuda.

E por último, a gente tem um nível de absenteísmo dos servidores muito alto e na educação é um dos mais altos, principalmente pela questão de condições de trabalho, eu queria saber se tem algum plano de prevenção ligado à saúde do servidor público, para que

esse número seja melhor, porque é um número que assusta bastante e tem aumentado muito.

É só isso, obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Luiz Carlos Gualter, Cooperativa ex-Atletas Profissionais. Ausente? Claudio Benvindo Barbosa, União das Favelas do Grajaú.

O SR. CLAUDIO BENVINDO BARBOSA – Olá, boa tarde a todos. Eu represento a comunidade de Vargem Grande através da Unifag, que é uma associação e eu faço parte da comissão dessa associação. Viemos aqui com uma demanda relacionada à urbanização do bairro, à regularização fundiária do bairro e outras pendências que temos por lá, por conta de que realmente a situação é crônica, principalmente nas chuvas.

Todo o sistema de drenagem é precário e temos cerca de 45 mil moradores, uma boa parte de crianças, que ficam com o esgoto a céu aberto e todas as situações a que se referem à questão da dignidade e da saúde de quem mora naquela região. Não é só Vargem Grande que sofre com esses problemas. Todo o extremo Sul de São Paulo tem uma condição realmente precária mediante até outras comunidades.

Eu também trouxe, já encaminhado ali, a petição e trouxe um dado de um tempo atrás, vou até colocar o olho aqui, que as nossas obras e tudo o que foi determinado em 2009 para que fosse executado no bairro. Teve início em 2009 e o término de toda a conclusão da pavimentação da rua e a questão da drenagem e do saneamento a gente tinha um orçamento de 62 milhões de reais. Não tenho os dados corretos sobre onde, por onde foi distribuída essa verba, mas o que se tem de informação, que eu também não afirmo, só estou passando um recado do que eu ouvi, é de que todas as ruas deveriam estar como asfaltadas, só está concluído um terço desse montante. Então, nos temos dois terços e isso está causando um problema terrível. Eu já citei outras vezes que têm crianças com problema de saúde sério, por conta de estarem pisando, as ruas realmente viram rios. Estou reiterando o que eu falei na outra audiência. Claro que todas as prioridades são prioritárias, mas o que a gente observa é que é sempre mais fácil dizer que a culpa é do outro, como dizia o Raul, e a gente precisa

parar com isso. A gente precisa pegar a verba que existe e realmente investir nas necessidades básicas das pessoas para que elas tenham um pouco de dignidade.

Claro que também sinto-me contemplado com o pessoal que estão aqui falando sobre Educação e que realmente a Educação é a chave para o desenvolvimento, mas existem também outras prioridades, como a moradia. A gente tem a prioridade na Saúde, que é indiscutível, mas uma linha puxa outra.

Eu vim aqui para defender e reiterar para a Mesa e para o pessoal incumbido no orçamento que passe os olhos um pouco mais para o lado do extremo sul de São Paulo, especialmente no Vargem Grande devido à quantidade de moradores. Não é brincadeira. A média é de 45 mil pessoas vivendo de uma forma irregular e ainda a gente vê aqui um caso como esse, onde já existiu uma verba e não foi concluído. E eu não sei se consta como asfaltado ou não. Gostaria que realmente fosse feita essa vistoria nesse caso. Estamos lá há trinta anos e não temos o básico em uma cidade como São Paulo que, repito, é uma das maiores do mundo, uma metrópole incrível. A gente tem tudo aí.

Então está na hora de parar de jogar para cima e para baixo, para um lado e para todos os ângulos, o que é preciso ser feito. Tem de ser um pouco mais direto e realista. Temos tanto e é tanto que podemos distribuir para cada área. Priorizar, principalmente a dignidade humana. Fora isso tem outra questão que precisamos nos ater. Estão acabando as nossas oportunidades de debater. Por quê? A professora ali falou muito bem. Vamos cair em uma maré de escuridão, de participação, que será sem precedentes. Temos de aproveitar esses últimos instantes que ainda temos aberto algumas portas, porque, como a outra companheira falou estão sucateando tudo.

Nos países mais desenvolvidos, eles investem no estatal, porque é simples a conta. Quando você tem um Estado forte, você serve melhor, quando diminui a capacidade de orçamento, você serve de forma precária, que é o que está acontecendo com a gente. Eles estão aí para privatizar quase tudo que é nosso, entregar para o capital estrangeiro. Eles vão

destruir toda nossa capacidade de desenvolvimento. E vamos ficar a mercê de empresários e eles não estão preocupados com a gente, lógico que não, já está provado.

Muito obrigado pela oportunidade. Já pedi a apreciação do senhor e dos senhores todos. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos. Já caminhando para o encerramento, vamos para as perguntas à Siurb, que o Secretário está aguardando, infelizmente foram poucas as perguntas na questão da infraestrutura, mas agora vou fazer bastante agora.

Queria também perguntar ao Secretário Caio Megale, qual a Secretaria responsável pelo planejamento da cidade, haja vista que a antiga Secretaria do Planejamento desapareceu, ainda na malfada gestão Fernando Haddad.

Também o assunto de urbanismo, abrigos e coberturas, pontos de ônibus, porque não há uma dotação específica? O povo vai continuar tomando chuva, sobretudo em bairros carentes, na Brasilândia, por exemplo, aqueles pontos de ônibus nababescos da licitação imobiliária, não chegou nenhum? Parelheiros, Vargem Grande, acho que nenhum mesmo. Então é uma grande injustiça para a cidade de São Paulo a questão do investimento que não chega à periferia, a questão da cobertura dos pontos de ônibus.

Queria saber, Secretário Caio Megale, e o Tribunal de Contas que desapareceu aqui, quem publica a lista anual dos devedores da Prefeitura? Dos maiores devedores desta Cidade? Antigamente o Tribunal de Contas publicava essa lista. Onde podemos achar, ver quais os grandes bancos que devem à Prefeitura? Porque com esse dinheiro dá para fazer muito mais obras sociais, projetos e ações da Prefeitura.

Queria também perguntar, Sr. Secretário Caio Megale, chegou-se à conclusão aqui na semana passada de que os anexos de PPA não foram publicados ainda. Tem uma previsão de publicação dessa documentação? Porque essa documentação detalha a peça quadrienal

orçamentária do Município e isso está causando alguns óbices, até na própria análise de outras questões importantes.

Gostaria de lembrar, nosso amigo da Vargem Grande, que no ano passado – na audiência onde o Secretário Schneider esteve ausente, repito ausente – uma munícipe de nove anos de idade, aluna, Kauane Andrade, fez sérias críticas à questão da Educação na Vargem Grande e em Parelheiros. Quer dizer, se uma aluna de nove ou oito anos já sabe os problemas, o Secretário deveria ter humildade e educação – coisa que ele não tem também, o Sr. Alexandre Schneider – para poder dizer que melhorar seu trabalho aqui na Educação, haja vista as duas derrotas eleitorais dele, 2012 e 2014, mostram muito isso. O Sr. Alexandre Schneider é rejeitado pela população de São Paulo, inclusive no voto, inclusive porque foi vice de José Serra, não precisa nem dizer as maldades que esse senhor fez nesta cidade.

Siurb, finalmente, o senhor executou apenas 12% do seu orçamento. Muitas obras da Cidade estão seriamente comprometidas. O Córrego Zavuvus, não sei se o senhor sabe, morre gente lá todo ano. Todo ano ocorre tragédia no Córrego Zavuvus, no Distrito da Pedreira. Tem um milhão de reais, nobre Vereadora Soninha? Não foi executado esse dinheiro. Queira Deus Pai, e São José de Anchieta – que estou vendo aqui – lá do céu não permitam mais que morram pessoas nessa região e em outras da Cidade, porque pela falta de investimento o risco, infelizmente, é grande.

Queria também perguntar sobre os terminais de ônibus, porque que a dotação não foi executada? Corredores de ônibus também não. Também a questão das obras de artes especiais, cinco milhões, nada executado; intervenção na área de mobilidade urbana, 174 milhões, nada executado, 9201. Será que vai precisar cair mais pontes e viadutos para se executar essas dotações? Esse viaduto que caiu na Marginal não tem nem nome, como é possível um viaduto há 40 anos não ter nem nome? É do Estado, da Prefeitura? Situação bastante desagradável.

Córrego Freitas, dotação zerada, intervenção do sistema viário zerado. Projeto para

o parque Cocaia, região próximo ao Jardim Castro Alves, Billings, nada executado. E por fim, uma questão: dinheiro do Estado, fonte 03 em Siurb. Nada foi liquidado no passado, nada este ano. Governo Alckmin, Doria, não está dando um centavo da fonte 03 para as obras da cidade de São Paulo. É uma situação absurda.

E por fim queria entender da Comissão de Finanças, a questão para quem a gente vai falar este ano na questão da iluminação e do serviço funerário. Esses assuntos não foram tratados este ano. Está na pasta de Siurb? Não sei, porque houve uma fusão de assuntos aí e esses assuntos importantes como Funerária e Iluminação não foram tratados neste ano de 2018.

A munícipe, minha vizinha, Caroline, sempre brilhante nas explicações, falou da questão da segurança urbana, que as escolas não precisam terceirizar vigilância, se ela tem a Guarda Civil Metropolitana para esse trabalho. Cita também os cemitérios. O cemitério mais importante da Cidade, onde os pais do Senador Suplicy estão sepultados, está tendo assalto toda a hora, no Cemitério da Consolação, onde tem dois Presidentes da República sepultados – é um patrimônio histórico - Washington Luiz e Campos Sales. E está havendo assaltos, violações de túmulos, no cemitério mais tradicional de São Paulo. Por isso queria saber por que a Guarda Civil Metropolitana não está atuando em Próprios Públicos dessa importância. Repito, Dr. Paulo Cochrane Suplicy está sepultado lá.

Então é importante que haja, como há no Jardim São Luiz, uma base fixa da Guarda Civil e que esse assunto da funerária, da iluminação e da segurança urbana seja melhor tratados no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – De fato, hoje o serviço funerário continua em Serviços.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, voltou?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Ilume também?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não sei se voltou, mas o Ilume era de Serviços na época.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tivemos, sim, com a Secretaria das Subprefeituras e tivemos também com a de Serviços, mas, talvez, não estivéssemos tão atentos.

Tem a palavra o Sr. Daniel De Bonis, Secretário Adjunto da Educação do Município de São Paulo.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Boa tarde a todos e todas. Vou esclarecer os pontos citados que dizem respeito à educação.

O primeiro tema é a retomada dos CEUs. Como o Secretário Schneider disse anteriormente, houve a retomada de 12 obras que estavam paralisadas. É evidente que essa retomada, após a obra ter ficado paralisada todo esse tempo, tem um período inicial e o ritmo ainda não é tão rápida. Mas, sobre isso, o Santoro pode acrescentar algo.

Em relação aos recursos do ano que vem, há esse acordo judicial que foi fruto de um entendimento com o Ministério Público relativo a recursos que estavam sendo destinados para o Parque Augusta e que agora estão sendo revertidos para a educação e para a retomada das obras do CEU. Estamos contando com esses recursos, além de outras suplementações que se fizerem necessárias. Então, em relação aos CEUs, as obras finalmente foram retomadas e em andamento.

Quanto ao recurso mínimo constitucional destinado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, são 25% e a informação que tenho em relação ao Orçamento do ano que vem é que a previsão do percentual para a manutenção e desenvolvimento do ensino estaria em 25,16%; portanto, dentro do previsto do mínimo constitucional. Evidentemente, isso

ainda é uma estimativa, porque isso é feito sempre em relação à receita estimada e é sempre revisado pela Fazenda, que faz esse acompanhamento ao longo do ano já que a execução desse mínimo tem que ser feita de acordo com a receita efetivamente arrecadada pela Prefeitura no exercício. Isso, então, é algo que está em curso ao longo deste ano – temos aqui os demonstrativos para quem está acompanhando – e, para o ano que vem, há previsão, sim, de que haja esse cumprimento.

Em relação à indicação das unidades que estão sendo reformadas, sem dúvida alguma, nós podemos tornar essa informação de mais fácil acesso, já que é pública, transmitindo-a ao gabinete do nobre Vereador Claudio Fonseca, que a solicitou.

Sobre o absenteísmo, isso é algo que também nos preocupa. Juntamente com a Secretaria de Gestão, temos discutido ações possíveis que promovam a saúde dos profissionais não só da educação, mas os da Prefeitura como um todo, além da promoção da agilidade de procedimentos que, muitas vezes, são muito burocráticos em relação às próprias consultas médicas nos serviços de saúde da Prefeitura. Desde o ano passado, temos debatido isso com a Secretaria de Gestão no sentido de melhorar esses procedimentos, porque isso também interfere nos tempos, inclusive nos da posse do servidor público, que tem que passar por uma série de exames e de consultas médicas.

Sobre os pontos que a Carolina abordou, sempre temos dialogado em diversas situações, pois as demandas que ela nos traz são sempre muito relevantes. Em relação à reforma nas escolas, elas são sempre um memorial descritivo aprovado pelo diretor da unidade escolar. Entendemos que também é papel dos pais, via conselho de escola, acompanhar e, se houver qualquer questão, que acionem, sim, todas as instâncias necessárias. Então, se houver qualquer divergência...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Não, isso não tem como...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Não, não é isso. Mas se você puder, encaminhe a questão ao gabinete para apurarmos onde houve esse ruído, porque não há como se fazer uma reforma na unidade sem a anuência do diretor. Esse é o procedimento padrão em todas as unidades e, até hoje, não houve nenhum relato de que tenha havido algum tipo de divergência nesse sentido. Peço, portanto, que nos encaminhe para que possamos verificar por que está tendo algum tipo de ruído em relação à obra que está sendo executada. Lembrando que, de fato, as unidades ficaram muito tempo sem serviços de conservação e de manutenção, e estamos retomando isso.

Em relação aos computadores - e a pergunta foi direcionada à educação infantil -, eles são para a área administrativa, para a sala dos professores e para a secretaria. É uma demanda grande porque ficamos muito tempo com um parque muito defasado em relação a equipamentos de informática, e essa renovação está sendo feita agora. É uma oportunidade grande que vai melhorar muito o trabalho dos profissionais que estão na ponta.

Sobre a vigilância, nós estamos com um novo edital de segurança escolar que demorou para ser feito porque havia todo um entendimento com a Secretaria de Segurança e com o próprio Tribunal de Contas. Mas chegamos a um modelo adequado em que vamos estender e ampliar a vigilância eletrônica inclusive em unidades que não possuíam esse tipo de serviço, sempre permitindo o acionamento imediato da Guarda Civil Metropolitana, instituição responsável pelos próprios municipais. É algo, portanto, que não pretendemos reduzir, mas expandir, principalmente nessa modalidade da vigilância eletrônica, considerada mais eficaz pelos especialistas, uma vez que a Guarda Civil pode ser acionada imediatamente após o ocorrido para que possa intervir na situação e, eventualmente, também a Polícia a partir desse protocolo.

Em relação ao uniforme escolar, sobre essa questão de que haveria uma divergência no edital, a nossa área técnica possui diversos laudos, que foram elaborados com técnicos do Senai e de outras unidades, que atestaram o seu cumprimento. Se houver

qualquer divergência, de fato, é importante que venha...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Exato. O Tribunal apontou algumas unidades onde haveria essa divergência, mas nós estamos contestando isso com os laudos técnicos do Senai. Essa é uma discussão que está em curso; temos um diálogo muito frutífero e diário com o Tribunal de Contas e, às vezes, existem divergências técnicas que discutimos. O fato é que temos conseguido garantir a entrega do uniforme em todas as unidades, inclusive reduzindo seu tempo de chegada às escolas, o que era uma preocupação muito grande da sociedade.

Em relação à alimentação, é uma área para a qual sempre buscamos uma melhoria contínua, e eu acho que, para uma rede que fornece dois milhões de refeições por dia, temos que ter um cuidado muito grande com qualquer alteração realizada no cardápio, na estrutura. Ao longo de diversas gestões, a Prefeitura, principalmente a Coordenadoria de Alimentação Escolar, tem buscado, cada vez mais, oferecer uma alimentação mais saudável. Aquela história de que era servida salsicha com macarrão está superada, e temos oferecido proteínas mais saudáveis, saladas e frutas, uma mudança muito grande nos últimos anos na rede. Mas queremos, sim, continuar melhorando. Não estamos dizendo que está ideal, mas acho que é muito melhor do que já foi, a cada ano a gente tem buscado essas melhorias, a avaliação geral tem sido boa, os problemas pontuais têm sido corrigidos, então acho que é algo que buscamos cada vez mais melhorar e esse *feedback* dos pais, da comunidade escolar.

Em relação às unidades conveniadas, de fato temos buscado, essa é uma realidade constituída na Cidade, se entendermos que mais de 80% dos alunos de creche hoje estão em unidades parceiras, que são geridas por organizações da sociedade civil. São selecionadas com base em critérios, todos definidos em portaria, têm de cumprir todos os requisitos que estão colocados ali. São fiscalizados por supervisão escolar, como foi colocado aqui pelo próprio sindicato e a gente busca sim que a qualidade desse atendimento melhore cada vez mais por meio da formação, que era algo que não existia na rede e vai começar a ter

de uma forma cada vez mais presente também na rede parceira por meio da orientação.

Então, nós temos hoje a lei que rege, que nos permite e nos dá ferramentas para isso, que é a 13.019. Hoje temos um manual que está servindo para que possamos ajudar as equipes gestoras dessas unidades a que também se capacitem e possam garantir um atendimento de cada vez maior qualidade e sim, acho que através da participação também da comunidade escolar nessa rede parceira da forma que entendermos que seja viável e mais adequada e estamos abertos a esse debate.

Então, em relação aos temas que foram levantados, era isso que eu queria colocar, agradecer muito a todos que estão aqui até esse horário, porque estamos aqui para isso, somos servidores públicos e buscamos sempre aprimorar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Foi falado aqui, nós estamos estourados no tempo aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu queria a sua compreensão, estamos arrebetados aqui, já foi falado sobre isso, sobre as demandas, já deu para entender. De verdade, já foi abordado pelo Secretário, que estava aqui, sobre essas demandas todas dessa região. Rodrigo.

O SR. RODRIGO RAVENA – Eu acho que tem só um ponto a tratar, que é a questão do meio ambiente na zona Norte. A Secretaria está passando por uma reestruturação para qualificar e tornar mais efetiva a fiscalização ambiental na Cidade. Então, estamos com o decreto pronto, está com o Prefeito já para ser publicado e altera basicamente a forma de a Secretaria praticar a fiscalização e a ter mais braços para poder chegar nas pontas.

A situação da zona Norte especificamente, com relação ao meio ambiente, a gente tem um impacto na zona Norte na construção do Rodoanel Norte, uma obra licenciada pelo Governo do Estado e que estamos acompanhando *pari passu*. Mas, a efetiva atuação da

Secretaria nessa área de influência nas obras do Rodoanel e do Ferroanel a gente precisa de um tempo, porque teoricamente a compensação ambiental está depositada num fundo estadual de meio ambiente. E o que a gente tem feito é acompanhar junto com o Ministério Público as ações que o Estado está fazendo na região, para que possamos, num momento próximo, tomar as providências para a implantação dos parques, não um só. Têm quatro parques previstos na compensação ambiental do Rodoanel, tem a recuperação de quatro áreas de nascentes, então, está tudo previsto no licenciamento do Rodoanel e a Secretaria está acompanhando, só que por enquanto isso não veio para dentro do Município. Ainda, como o senhor mesmo falou, está dentro da competência de acompanhamento da Cetesb, que está sendo feito. A gente está acompanhando, o Ministério Público está acompanhando, nós não vamos largar a zona Norte, não. Já foi o pulmão verde de São Paulo e a gente quer que volte a ser.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Luiz Santoro.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Vamos começar pela parte das obras e edificações. Com respeito ao andamento...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Aproveita e fale para mim, é o EMEI dos Jardins das Embuias que foi retomado?

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Qual?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu que estou perguntando. EMEI Jardim das Embuias ou é EMEF que está sendo construída lá?

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Deixa ver aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Estou dando aqui uma de bairrista, me permita?

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Aquela do padre?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É a do padre.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Essa vai acabar agora no começo do ano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É, foi retomada. Na última oportunidade que

você havia me permitido eu quero aqui fazer o registro que foi retomada. Eu moro lá, mas não vejo se é EMEI ou EMEF.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Não, é uma CEI.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Porque tem uma creche ao lado e eu fiquei nessa dúvida. CEI Jardim das Embuias.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Nós estivemos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu tento agradar. Está vendo?

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Como o Secretário Schneider falou, a prioridade foi retomar todas essas obras que estavam em andamento, isso que é importante. Tem uma série que já foi entregue, a população já está usando. A intenção é acabar primeiro todas as obras que estão em andamento.

Dentro desse contexto, eu queria fazer apenas uma pequena correção. O projeto original eram 14 CEUs, foram retomados 12, porque já estavam iniciados. Dos outros dois, um não pôde ser construído, porque foi licitado um CEU dentro da área verde de um parque. Existe uma ação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretário, permita mais uma vez.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - ...do Meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O que eu compreendi hoje aqui, pelo Secretário, é que esse dinheiro vai entrar.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Seja com o Parque Augusta, seja com operações urbanas em curso. É isso?

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O que não... é só um parênteses mesmo. Então vocês perdem a oportunidade de dar uma boa notícia.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Vocês não conseguiram fazer uma previsão de tantos milhões e dizer - olha como eu tento ajudar -: vai continuar e vai vir tanto daqui e dali. O Caio não consegue dizer isso?

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - A previsão é que essa continuação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Vai retomar, mas não vem escrito.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - A obra já retomou e tem previsão de manter a obra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Mas o Secretário colocou: compensação daqui, dali, não é isso? Nem privatização precisou citar.

O SR. CAIO MEGALE - Só para completar...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Porque eu acho que é muito importante que nós estamos fazendo - não é Alair? - esse debate, eles retomaram, de fato. Por que não diz que vai ter, retoma, vem zerado? É um desgaste para todos nós.

O SR. CAIO MEGALE - Nós estamos repetindo diversas vezes. Nós...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Secretário até disse...

O SR. CAIO MEGALE - Mas o recurso não entra no Orçamento.

Nós estamos na audiência pública aqui, às 16h, de sexta-feira, na audiência pública da Lei Orçamentária Anual, que prevê receitas e despesas, do ano de 2019. Tem um pedaço da retomada dos CEUs que estão na Lei Orçamentária, porque são recursos que entram, em 2019, vão ser alocados. Outro pedaço de todo o projeto de retomada dos CEUs, vem de recursos que já estão em caixa na Prefeitura ou estão em...

O Schneider deu o exemplo do Parque Augusta, é um recurso que já está em caixa da Prefeitura há muito tempo. Mas tinha um impasse, com relação ao Parque Augusta, o impasse foi resolvido e esses recursos vão ser utilizados, mas ele não está na discussão da Lei Orçamentária, por isso que a gente não traz os números aqui.

Agora, tem outro lado, que é o projeto da retomada dos CEUs, que foi anunciado e tal, tem todo um cronograma que aí precisa ver qual é o curso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Está zerado, mas vai entrar.

O SR. CAIO MEGALE - Não está zerado. Tem um pedaço que está previsto no Orçamento.

A SRA. SONINHA FRANCINE – O Secretário está falando de dois CEUs que não tiveram nem início, porque um está em área de vegetação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tem valores lá.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tá bom. Vamos voltar para o Santoro.

O SR. LUIZ RICARDO SANTORO - Mas é isso. Estamos em andamento. Essas obras foram retomadas. O CEU que o senhor comentou, o Pinheirinho, está sendo montado pré-moldado – eu confirmei com o engenheiro da obra. A retomada de uma obra depende, às vezes, de contratação de um pré-moldado, que demora para ser entregue, a quantidade de pessoas e a velocidade aumentam, têm um pico e depois decresce. Estamos retomando. Isso é normal, isso acontece, mas está dentro do previsto retomar, tocar essas obras.

Outra pergunta colocada é com respeito a problema de águas de drenagem.

Todas as nossas novas obras têm sistema de captação de águas, água de reuso e reutilização de água. Todas as nossas obras novas têm isso – escolas, creches novas que estão sendo construídas. As creches novas já têm aquecimento solar. Então tem toda essa preocupação de sustentabilidade.

Com respeito àquela pergunta sobre o que são definidos e como são definidos as obras de manutenção.

No sentido de dar uma boa discussão de como é feito isso, participa o diretor da escola, o engenheiro da DRE. E tem uma portaria da Secretaria da Educação, já alguns anos, pela qual são listadas as prioridades. Eu não sei de cabeça, mas digamos: telhado, parte

elétrica, parte hidráulica. Tem uma lista, existe uma priorização e nós seguimos essa priorização, essa lista. Itens que não constam aí, mas que são necessários, também são feitos. Tudo isso com bom senso. Sempre participando o diretor da escola, o nosso engenheiro e o engenheiro da DRE.

Vamos falar um pouquinho sobre as obras de infraestrutura.

A obra que Lourival se refere, o Aricanduva, nós estamos retomando. Já teve uma emissão na posse de uma parte dos imóveis. E nós estamos pagando desapropriação dos demais imóveis para fazer uma rotatória para finalizar a Av. Vila Nova Artigas. É importante finalizar esse trecho para a zona Leste. Isso porque já tem dois trechos da Vila Nova Artigas já executados, e não tínhamos a emissão, na posse, desses terrenos, e estamos tendo agora. Então isso será retomado o mais breve possível.

Com respeito ao Zavuvus: ano passado, recebemos uma notificação do Tribunal de Contas da União apontando uma série de irregularidades nos três contratos do Zavuvus e determinando a suspensão desses contratos. Nós, então, propusemos ao Tribunal de Contas da União o saneamento desses contratos, uma vez que isso é superimportante para a região. Existiam recursos do PAC. E a região que é muito carente, a obra é muito necessária, importante, até porque já morreram pessoas. O Tribunal de Contas da União aceitou os nossos argumentos e permitiu que saneássemos esse contrato. Nós refizemos esse projeto e já mandamos para o Tribunal de Contas da União, um mês e meio atrás, no sentido de liberar esse projeto. Essa é a razão de não termos gasto. Estamos com um esforço muito grande, em função da necessidade desse projeto.

Com respeito ao problema dos terminais e corredores, também estamos enfrentando problemas no Tribunal de Contas da União, inclusive com a determinação de que suspendessem transferência de recursos federais. Também estamos saneando esses contratos. E, em alguns casos, vamos religar; estamos cancelando esses contratos e religando, porque são importantes também para essa região. Essa é a razão.

Com respeito aos abrigos de ônibus, nós estamos fazendo um aditivo àquele contrato para incorporar mais uma série de abrigos.

Eu também estudei na USP, eu também tenho muito orgulho, e eu tenho que responder para a sociedade, devolvendo o que eles me deram.

Eu estudei na faculdade do seu irmão. Aí eu discordo: eu acho que tem serviço público que funciona melhor que privado, e, às vezes, privado que funciona melhor que o público. Eu também concordo contigo: nós temos que devolver para a sociedade o investimento público feito na gente. Eu fiz economia na USP e fiz engenharia também na USP.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Gostaria de falar sobre algo que creio que seja do interesse de toda a população de São Paulo: se pode nos dar uma previsão relativa à queda do viaduto na Marginal Pinheiros. Primeiro: se, de fato, vai ser reconstruído, e quando ficará pronto; e em que medida outros viadutos, tais como aquele, estariam com risco de também sofrerem destruição, como aconteceu. Isso está sendo objeto de reflexões, comentários nos diversos meios de comunicação. É uma questão final, porque acho que todos estamos interessados.

O SR. CAIO MEGALE – Claro, acho que é um assunto extremamente pertinente.

Nesse momento, está sendo feito um projeto. Aliás, eu não respondi tudo. Este viaduto foi executado pelo DR, inaugurado no final da década de 70. Então ele pertence ao DR, mas, como nós utilizamos no município, nós que acabamos fazendo a manutenção. E por isso, inclusive, que não tem nome, porque não é nosso para darmos nome. Em função disso, nós não temos o projeto. Hoje, está sendo feito um escaneamento desse viaduto, que será recalculado, pelas peças, para que possamos analisar a situação. Em função disso é que vai se definir o método de recuperação. Estamos trabalhando no sentido de fazer o que é possível e impossível para recuperar o viaduto existente, por vários motivos. Primeiro: porque o custo da recuperação é muito menor do que a demolição e a construção de um novo. Segundo: o prazo é muito melhor, o que significa menos transtorno para a população. Este é o foco do corpo

técnico desenvolvendo neste momento. É prematuro dizermos alguma coisa de prazo. Acho que em mais alguns dias já vamos ter definido a técnica da recuperação, o método construtivo e o prazo que vai demorar. O que é importante? Estamos fazendo o possível para manter o viaduto. Isso é o mais importante.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Como ele não tem nome, acho que todos nós podemos pensar em homenagear alguma pessoa muito significativa da história de São Paulo. Dentre outros nomes, veio-me a mente - acho que não tem viaduto ou via com esse nome - da Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de Despejo*, por exemplo.

Vamos pensar nisso.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Quero registrar para a história o dia em que a Câmara Municipal foi duramente criticada por que o viaduto não tem nome, essa é a primeira vez na história.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Secretário Megale não falará em demandas, mas explicar respostas. Então, quero registrar que todas as demandas apresentadas nas audiências públicas e através do endereço eletrônico ficam disponíveis para o relator do orçamento, Vereador Atilio Francisco e a todos os Vereadores da Câmara em um sistema interno chamado Pasta J.

Tem a palavra o Sr. Secretário Caio Megale.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado. Só três pontos comentados. Primeiro, planejamento. O Planejamento, agora, tem um pedaço na Fazenda, que é a execução orçamentária e outro pedaço continua na Secretaria de Gestão. O Plano de Metas foi conduzido pela Secretaria de Gestão e está acompanhado pela Secretaria de Gestão. Então, ele ficou dividido nessas duas pastas.

Os anexos foram publicados recentemente. Demoraram, de fato, para serem publicados por causa da regionalização. Estamos fazendo um trabalho grande de regionalização do orçamento e acredito que vamos ter boas novidades para a execução do

orçamento ao longo do ano que vem. Era uma demanda antiga e estamos conseguindo avançar, em regionalizar mais o orçamento até o nível do SEP. Vamos conseguir ter uma noção melhor de como é despendido o orçamento na Cidade e essas tabelas já passaram por isso também, por isso demoraram em ser publicados, mas foram publicados no Diário Oficial, pelo número que eu tenho aqui, no dia 20 de outubro. Dá para dar uma olhada lá.

Por fim, a lista dos devedores é a PGM que acompanha, que é responsável pela gestão da Dívida Ativa. Os dados são públicos. Confesso que não sei onde da PGM, posso me informar, mas está lá, os dados são públicos e podem divulgados.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Queria nesta última audiência o empenho da assessoria do Vereador Atílio Francisco, relator; a nossa equipe da CTEO coordenada pelo Emerson.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO - Só dizer para as pessoas que o gabinete estará à disposição a semana toda, a partir das 10h, o Sr. Eduardo estará à disposição para qualquer pessoa que quiser dirimir qualquer dúvida com relação ao orçamento. Contem com a gente, a Bancada, a Comissão de Finanças e Orçamento vai fazer o melhor para que todas as necessidades sejam supridas e, é claro, com o aval do homem dos recursos, o Secretário Caio Megale.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mais uma vez, Vereador Atílio Francisco, com muita presteza e com os munícipes, Vereadores da Casa, agradecer também a equipe da CTEO, a equipe técnica coordenada pelo Emerson, a equipe da assessoria legislativa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com certeza, Marquinho. Perfeito, Marquinho.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Gostaria de fazer uma sugestão ao Prefeito, ao Secretário Caio Megale e também ao Filipe Sabará e todos da área social. Há a

possibilidade potencial de São Paulo aumentar os recursos que vem do Governo Federal. Em 2011, a Presidenta Dilma conclamou os governos estaduais, municipais, entidades da sociedade civil, os sindicatos, as entidades patronais e nós, cidadãos, se soubermos de alguma família que estando nos parâmetros do Bolsa Família hoje com renda até 178 reais per capita e ainda não estão inscritos, é nosso dever como cidadão de informar a mãe para que se inscreva no CRAS ou na Secretaria.

Há cerca de 660 mil famílias inscritas, mas estas correspondem a cerca de 80%. Se aumentar de 80 para 100%, então, haverá os recursos a mais para as Finanças de São Paulo com o estímulo maior para o crescimento da economia paulistana. Essa é a sugestão: ver se é possível chegar a 100% do Bolsa Família.

Quero salientar que essa sugestão foi feita pelo Felipe Vampires, maior autoridade sobre a renda básica, esteve junto com o Prefeito então eleito Fernando Haddad na minha última aula na GV e, no diálogo, tínhamos como objetivo de um dia chegarmos a renda básica, mas o Felipe Vampires entendendo que o Bolsa Família é um passo nessa direção, ele até falou que se nesses quatro anos vocês conseguiram chegar ao máximo da chamada busca ativa, seria ótimo. Na verdade, então, a Luciana Temer era a secretária e ela estava presente e, de fato, quando no último mês do Governo Kassab, estava-se em torno de 56% ou algo assim e o Governo Haddad chegou próximo aos 80%. Então, estamos a um passo de chegarmos lá. Pode contar com todo meu apoio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nada mais a tratar. Está encerrada a audiência pública.